

ARQUIVO

Danilo Alves da Silva

HISTORIOGRAFIA INSTRUMENTAL:

arquivos, pesquisa e produção
interdisciplinar do
conhecimento histórico



FICHA CATALOGRÁFICA

N.º *Núcleo de Documentação
e Informação Histórica Regional*
Assunto *Fontes históricas
Historiografia instrumental*
Autor *Pesquisa interdisciplinar*
Data *1975 - 1986*

HISTORIOGRAFIA INSTRUMENTAL:

arquivos, pesquisa
e produção interdisciplinar
do conhecimento histórico



CONSELHO EDITORIAL

Dra. Adriana Angelita da Conceição (UFSC)

Dra. Adriane dos Prazeres Silva (UEPA)

Dra. Ana Zavala (Facultad de la Cultura, Instituto Universitario – Centro Latinoamericano de Economía Humana. Montevideo, Uruguay)

Dra. Camila Mossi de Quadros (IFPN)

Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil (UFRGS)

Dra. Cláudia Mortari (UDESC)

Dr. Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Dra. Juliana Teixeira Souza (UFRN)

Dra. Luciana Rossato (UDESC)

Dra. Luciana Oliveira Correia (UNEB)

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva (UEPA)

Dr. Márcio Couto Henrique (UFPA)

Dr. Sandor Fernando Bringmann (UFSC)

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Adilson Junior Ishihara Brito (UFPA)

Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)

Dr. Elison Antonio Paim (UFSC)

Dr. Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO)

Dra. Mônica Martins Silva (UFSC)

Dra. Pirjo Kristiina Virtanen (University of Helsinki, Finland)

Dr. Wilian Junior Bonete (UFPel)

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão Textual: o autor

Diagramação: Pablo Madeira

Capa: Eder Monteiro

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

S586h

Silva, Danilo Alves da

Historiografia instrumental: arquivos, pesquisa e produção interdisciplinar do conhecimento histórico / Silva, Danilo Alves da; Prefácio de Margarida Maria Dias de Oliveira. – Ananindeua-PA: Cabana, 2026.

ISBN 978-65-82718-13-7

1. Historiografia. 2. Conhecimento histórico. 3. Arquivo. I. Silva, Danilo Alves da. II. Oliveira, Margarida Maria Dias de (Prefácio). III. Título

CDD 907.2

Índice para catálogo sistemático

I. Historiografia – Metodologia

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução de parte ou totalidade da obra sem a autorização prévia da organização e editora. Os textos presentes neste livro são antigos e mantiveram a escrita da época em que foram produzidos.

Dedico este livro ao meu avô materno,
Sr. Severino Ferreira, do Povo Capuxu.
In memoriam.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio generoso de pessoas e instituições que estiveram presentes ao longo do percurso, em que realizei a pesquisa, escrevi a tese de doutoramento e que agora lanço os resultados ao público por meio desta obra.

À minha família, minha mãe Antônia Alves, meu pai José Noberto, minhas irmãs Dayane Alves e Dairla Alves, meu irmão Diogo Alves, minha tia/madrinha Maria das Dores (Neném), meu tio/padrinho Nicácio e minha tia Silvania, pelo cuidado e incentivo constantes, especialmente nos primeiros anos da pandemia da covid-19, quando trilhei os primeiros passos do doutoramento.

Às minhas sobrinhas, Antonella e Maitê, que renovaram em mim o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa.

À professora, educadora, intelectual, doutora Margarida Dias de Oliveira, que, na condição de orientadora desta pesquisa acadêmica, soube, com afeto, conjugar rigor científico e empatia. Gratidão pelas orientações cuidadosas e respeitosas durante minha formação na UFRN.

Ao querido Almir Oliveira, por abrir as portas de sua casa em Natal e ser presença amiga e acolhedora neste percurso. Muito obrigado!

Às amigas Daniela Medeiros, Lygia Maia, Olga Suely, Paula Roberta e Renate Wellen pela presença constante e pelas trocas que tornaram a jornada mais leve.

Aos amigos Aloirmar José, Vitor Rufino e Matheus Oliveira pela leitura crítica e pelos debates que fortaleceram a construção deste texto acadêmico.

Aos colegas de profissão Aryana Costa, Anitta Luchesi e João Maurício pela interlocução acadêmica e pelas contribuições nos diálogos sobre ensino de história.

A Sanclér William pela presença sensível e pelo incentivo nos momentos decisivos da pesquisa.

Aos professores Magno Francisco de Jesus Santos, Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior e Itamar Freitas de Oliveira, que realizaram a leitura crítica dessa obra. À professora Fabiula Sevilha de Souza, coordenadora do PPGH/UFRN no período do meu curso de doutoramento. À professora Marta Gouveia de Oliveira Rovai, da Universidade Federal de Alfenas, e ao professor Martinho Guedes dos Santos Neto, da Universidade Federal da Paraíba, pelas contribuições analíticas e pela interlocução acadêmica estabelecida.

Ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pelo acesso ao acervo e pela colaboração institucional, especialmente à arquivista Laudereira Morais, à coordenadora Ana Andrea e ao professor Martinho Guedes, também vice-coordenador do Núcleo.

Ao Grupo de Pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais, vinculado ao Departamento de História da UFRN, pelas discussões teóricas e metodológicas que fundamentaram esta investigação, especialmente, Maria Luíza, Cíntia de Andrade e Graciana Dias.

À Rede Marista Brasil e ao Colégio Marista Pio X, pelo suporte institucional que possibilitou a articulação entre prática profissional e pesquisa historiográfica. Ao Estado da Paraíba pela concessão de afastamento para realização desta pesquisa.

Aos estudantes que acompanharam as etapas iniciais e, com curiosidade e afeto, perguntavam: “Está perto de acabar, professor?”

À Associação Nacional de História (ANPUH), nas esferas nacional e estadual (Paraíba), pela oportunidade de atuação na coordenação de ensino de História e educação básica e pelas experiências vividas como tesoureiro e presidente da seção estadual, junto a Edna Nóbrega (UEPB), Noemia Oliveira (UEPB), Sérgio Murilo (UFPB).

Ao EPSI, Espaço Psicanalítico, especialmente a Ivone Vita e Neuma Barros, pela acolhida e pelo afeto. Estendo o agradecimento ao NUPSIH – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicanálise, História e

Contemporaneidade, bem como às integrantes do grupo Nupsihanas, Graça Bandeira, Lica Elimar Neves, Tatiana Vidal e Gilberta Santos, pelo compartilhamento de reflexões e saberes sobre a história da psicanálise na Paraíba e no Nordeste.

À Iracema Luna, minha analista, que trilhou comigo esse caminho, na escuta ativa dos desejos e sonhos que narrei ao longo do percurso de produção dessa obra.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta obra, registro minha profunda gratidão.

SUMÁRIO

DEVER DE MEMÓRIA, CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS

Margarida Dias	12
----------------------	----

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

A UNIVERSIDADE, OS PROTOCOLOS DE PESQUISA E A DITADURA MILITAR:	31
---	----

2.1 Universidade e Ditadura Militar: um olhar sobre a historiografia brasileira	63
---	----

2.2 Aproximações e distanciamentos entre o objeto de pesquisa (NDIHR) e a literatura científica: uma análise do portal CAPES	46
--	----

2.3 Historiografia e Ensino Superior de História: explorando um campo de pesquisa em desenvolvimento	54
--	----

2.4 A experiência do NDIHR na historiografia paraibana: elementos sobre pesquisa histórica e historiografia instrumental	63
--	----

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO NDIHR:	84
---	----

3.1 O contexto e a implantação do Projeto NDIHR/UFPB	85
--	----

3.2 Reitorado de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e sua relação com o NDIHR	93
--	----

3.3 Pessoas e processos administrativos/acadêmicos na fase de implantação do NDIHR	105
--	-----

3.4 As linhas de pesquisas do NDIHR	127
---	-----

3.5 A formação de uma Rede de Informação Histórica no NDIHR: parcerias e relações políticas-acadêmicas	140
--	-----

PESQUISA CIENTÍFICA NO NDIHR:	149
4.1 O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) como espaço de produção historiográfica	151
4.2 A historiografia instrumental: as interfaces do saber histórico especializado com as demandas sociais	156
4.3 A prática historiográfica no NDIHR: um modelo interdisciplinar de pesquisa histórica	166
4.4 Interdisciplinaridade e crítica epistemológica na produção historiográfica do NDIHR	169
4.5 Rede de Informação Histórica e o NDIHR: uma articulação estrutural e epistemológica	174
CONCLUSÕES	178
REFERÊNCIAS	192
SOBRE O AUTOR	201

*Eu hoje tive um pesadelo e levantei atento, a tempo
Eu acordei com medo e procurei no escuro
Alguém com seu carinho e lembrei de um tempo
Porque o passado me traz uma lembrança
Do tempo que eu era criança
E o medo era motivo de choro
Desculpa pra um abraço ou um consolo
Hoje eu acordei com medo, mas não chorei
Nem reclamei abrigo
Do escuro eu via um infinito sem presente
Passado ou futuro
Senti um abraço forte, já não era medo
Era uma coisa sua que ficou em mim, que não tem fim
De repente a gente vê que perdeu
Ou está perdendo alguma coisa
Morna e ingênua
Que vai ficando no caminho
Que é escuro e frio, mas também bonito
Porque é iluminado
Pela beleza do que aconteceu
Há minutos atrás*

Frejat e Cazuza

DEVER DE MEMÓRIA, CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS

Margarida Dias¹

Faz parte das memórias do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, não sei se tão divulgadas hoje, os fatos ocorridos quando da chegada de muitos docentes que vieram se instalar em João Pessoa para trabalhar na instituição e executar os planos do, então Reitor, Lynaldo Cavalcanti.

Ouvi e vivenciei as disputas políticas que se instalaram frutos daqueles anos de 1976 em diante e fui beneficiada pelas formas de pesquisa, ensino e extensão que se construiu no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, então, gerido por docentes daquele Departamento.

O autor do livro que vem à público não se formou na UFPB, nem fez suas pós-graduações nesta instituição. Mas, como bom profissional, sabe que não é permitido ao formado em História se escusar de ler o tempo e, nele, como memórias, fatos, personagens, ações e pensamentos, formulam histórias.

O que Danilo Alves entendeu falta a muito profissionais de História, infelizmente. Uma das polêmicas daqueles anos 70 é que, supostamente, a chegada de tantos brasileiros de outros estados

¹ Professora aposentada do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

estavam retirando um espaço importante de atuação para os paraibanos. Em 2026 o Brasil tem outra configuração em termos de programas de pós-graduações. Seria, como já era naquele momento, antirrepublicano defender que houvesse algum tipo de reserva de mercado em cada instituição de ensino superior para os nascidos em cada estado.

Contudo, aos que viajam dentro do país para se candidatar a vagas e se fixam em estados ou cidades diferentes da sua origem ou formação, não deveria ser permitido deixar de conhecer a história da instituição que se incorpora, nem as especificidades da formação naquela localidade. Não por uma questão de respeito vazio ou bairrismo, mas pela necessidade de projeto institucional.

Desconhecer os traços de formação das instituições de ensino superior, suas diversidades, os perfis construídos e suas memórias e histórias torna o olhar do profissional de História estreito e, inevitavelmente, leva a equívocos de atuação.

Danilo Alves tem olhar largo e atento. Faz conexões. Ativo e incessantemente curioso, olha para todos os lados. Não se formou na UFPB, mas entendeu rapidamente que para prescrutar os caminhos que levam milhares de jovens no país a ansiar pela graduação e, muitas vezes, pela formação continuada na pós-graduação, não deveria se satisfazer com as histórias homogeneizadas das nossas universidades e descobriu um projeto inovador e apagado pelas narrativas hegemônicas.

Por isso, ler este livro, nos leva a querer olhar novamente para as instituições das nossas cidades. Será que todas são iguais? Será que “só” formam profissionais? Será que em todo o tempo em que existem tiveram sempre o mesmo modelo? Será que estudantes, professores e técnicos têm as mesmas memórias? Será que essas instituições interferiram na vida de quem nunca nem adentrou seus espaços?

Partindo do pressuposto que todo estudo traz novas perguntas ouso dizer que esta é uma obrigação de um trabalho como esse. Contudo, como já afirmei antes, o diferencial deste é que o autor chama a atenção de toda a categoria de profissionais de História para refletir sobre a absoluta responsabilidade de compreender que problematizar memórias e escrever histórias das suas instituições de trabalho é dever de ofício para que projetos institucionais sejam confeccionados de forma a, valorizando a ciência, combater colonialismos acadêmicos e valorização dos saberes múltiplos que, para nossa felicidade, constitui a sociedade brasileira.

Boa leitura!

1

INTRODUÇÃO

Em 1976, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura (MEC), lançou um projeto que instituiu Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) em duas universidades públicas: a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizada no Nordeste, e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT), na região Centro-Oeste. Essas instituições foram escolhidas como pioneiras na execução de um projeto voltado à produção de conhecimento histórico, considerado essencial para orientar os investimentos econômicos nessas regiões durante o período de sua implementação, alinhado ao Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico² vigente à época. O NDIHR³ era um órgão complementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), idealizado

² O II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1975-1979) defendia a ideia de que a estratégia para o desenvolvimento do país precisava de novos caminhos e alternativas, sendo o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste novas frentes que precisavam de desenvolvimento social e econômico. No capítulo XIV, que trata sobre a Política Científica e Tecnológica, havia uma concepção de pesquisa que deveria articular de forma orgânica e equilibrar as investigações realizadas nas pesquisas de caráter fundamental e aplicada à economia e sociedade. O plano estabeleceu a criação de centros e núcleos de pesquisas que deveriam alcançar nível internacional.

³ Todos os dados, informações, reflexões e análises realizados nesse trabalho dizem respeito ao NDIHR/UFPB. Reconhecemos a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo NDIHR/UFMT, mas não faz parte deste estudo.

na década de 1970, ainda em funcionamento. Criado à época, com o objetivo de resgatar e preservar a memória, promoveu a produção de conhecimento crítico sobre a realidade nordestina.

A concepção do projeto de implantação⁴ dos NDIHR sobre a Historiografia entendia que essa seria responsável por coordenar pesquisas em diversas áreas do conhecimento, considerando que ela forneceria dados relevantes que, até então, estavam relegados a segundo plano ou inacessíveis para áreas como Recursos Naturais, Geociências, Ciências Agrárias, Tecnologia Construtiva e Industrial e Saúde. O objetivo do projeto, por meio da Historiografia, era elaborar esquemas que orientassem o levantamento de histórias técnicas, histórias agrícolas e histórias da saúde, com o intuito de oferecer não apenas um caráter inovador à Historiografia, mas também elementos significativos para a compreensão e a busca de soluções para problemas contemporâneos das regiões envolvidas na implantação dos NDIHR – o Nordeste e o Centro-Oeste brasileiros –, favorecendo, assim, o desenvolvimento econômico dessas áreas.

Com base na documentação (administrativa, produções acadêmicas do órgão, entrevistas) utilizada nesta pesquisa, correspondente ao período de 1976-1980, foi possível localizar fisicamente o NDIHR em várias dependências da Universidade Federal da Paraíba. Ele esteve situado na Reitoria, na Biblioteca Central, no CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, cujas instalações foram inauguradas em 1976, e mais recentemente, na Central de Aulas, Bloco G, da Cidade Universitária – Campus I, em João Pessoa, Paraíba. A Figura 1 e a Figura 2 mostram a estrutura física do NDIHR em sua configuração atual, localizado na Central de Aulas, Bloco G.

4 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – CUIABÁ – MT – JOÃO PESSOA – PB. [1975].

Figura 1 - Vista externa do NDIHR/UFPB [fotografia]



Fonte: Foto do Autor, 2025

Figura 2 - Arquivo NDIHR/UFPB [fotografia]



Fonte: Foto do Autor, 2025

O período de implantação do NDIHR coincide com importantes transformações na universidade brasileira, resultado das reformas implementadas a partir de 1968. A Lei nº 5.540/1968, que instituiu a reforma universitária, estabeleceu novos paradigmas para a organização acadêmica, privilegiando o sistema departamental e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, o Núcleo surge como uma experiência singular, diferenciando-se dos modelos convencionais de organização acadêmica. Esta pesquisa teve como objetivo central analisar as práticas de produção do conhecimento científico desenvolvidas pelo Núcleo, destacando sua importância no contexto acadêmico, social e regional na sua fase de implantação.

O escopo desta pesquisa centra-se na investigação que analisa como esse Núcleo conseguiu estabelecer-se como um espaço de produção científica interdisciplinar, operando em um ambiente marcado pela disciplinarização do saber, no período de surgimento dos programas de pós-graduação, além do contexto de vigilância e controle ideológico. Além disso, este estudo buscou dialogar com a historiografia sobre universidade, história dos cursos superiores de História, e construiu uma narrativa sobre a trajetória de implantação do NDIHR. Ao analisar as práticas de pesquisa durante a implantação do órgão, mencionamos sua inserção no panorama nacional da historiografia, destacando a importância de iniciativas acadêmicas que valorizem a diversidade e pluralidade de objetos de pesquisas diretamente relacionados a contextos regionais.

A hipótese central desta pesquisa sugere que a aprovação da Lei nº 5540/1968, que instituiu a pós-graduação no Brasil, nos seus momentos iniciais, possibilitou modelos distintos de conduzir pesquisas nas universidades brasileiras. Isso inclui o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPB, com ênfase na ação interdisciplinar e interdepartamental. Ao longo do tempo, esses modelos de pesquisa foram se unificando e consolidando no atual padrão, com foco na especialização. O modelo de pesquisa e

ciência proposto pelo NDIHR insere-se em um cenário diversificado de métodos de pesquisa.

Delineou-se, para o NDIHR neste estudo, um contexto mais amplo de repressão e modernização que caracterizou a Ditadura Militar brasileira, assim como fez Rodrigo Patto Sá Motta (2014) quando se referiu à universidade brasileira e ao regime militar. Cabe, nesse contexto, destacar a figura do reitor Lynaldo Cavalcanti que desempenhou um papel essencial na implantação do Núcleo, articulando interesses acadêmicos e políticos de forma estratégica. Assim, as questões que orientam este estudo sob uma perspectiva histórica são: quais práticas de pesquisa e produção de conhecimento foram desenvolvidas pelo NDIHR e como se conectam com a historiografia instrumental⁵? De que maneira as práticas interdisciplinares do NDIHR contribuíram para o avanço da pesquisa científica na Universidade Federal da Paraíba?

Em relação ao objeto de pesquisa, ele foi concebido originalmente como um Centro de Documentação e Informação Histórica Regional (CDIHR), conforme documentação do projeto de implantação. No entanto, já nos primeiros meses de funcionamento, passou a ser denominado “Núcleo”, refletindo uma concepção diferenciada de sua função acadêmica. Essa mudança de nomenclatura não foi casual, mas sim indicativa de uma compreensão mais ampla de seu papel como espaço de síntese da produção científica, coordenando atividades de pesquisa empreendidas por diferentes pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

A documentação analisada revela que o projeto de criação do Núcleo estava inserido no Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT), visando captar a assistência do Programa das

⁵ Parte central da atuação do NDIHR. Este conceito - historiografia instrumental - será trabalhado nos capítulos 3 e 4, com a demonstração de como se fazia pesquisa e com uma definição do que seria para o NDIHR esse tipo de historiografia, como atividade do Núcleo.

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este vínculo internacional, embora controverso entre os intelectuais da época devido às suspeitas de intervenção externa, proporcionou ao Núcleo recursos financeiros e técnicos fundamentais para sua consolidação. Apresentamos também elementos que ajudam a construir entendimentos das estratégias de articulação política e acadêmica que permitiram ao NDIHR conciliar as restrições do projeto inicial, as oportunidades oferecidas pela política de modernização universitária e os interesses científicos daquele momento. A investigação também pretendeu analisar como o Núcleo contribuiu no diálogo com as demandas sociais da Paraíba e da Região Nordeste durante um período de transformações políticas e econômicas.

A pesquisa fundamentou-se na perspectiva dialética apresentada por Chauí (2000), estruturada em três momentos: tese, antítese e síntese. A tese refere-se à historiografia tradicional, vinculada aos cursos de graduação e pós-graduação, consolidada como espaço hegemônico de produção do saber histórico. A antítese decorreu da identificação de práticas alternativas implementadas durante a Ditadura Militar, exemplificadas pela atuação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), que se distanciou do modelo institucional dominante. A síntese resultou na formulação do conceito de historiografia instrumental, concebido como integração do método histórico às demandas sociais e à interdisciplinaridade (CHAUÍ, 2000, p. 215-218).

Para alcançar essa síntese, adotou-se uma metodologia histórico-crítica, organizada em três eixos: análise documental, revisão bibliográfica e triangulação de dados. A análise documental envolveu a crítica interna e externa de fontes primárias, como ofícios, relatórios e correspondências, e secundárias, como dissertações e teses. A revisão bibliográfica possibilitou o diálogo com autores que problematizam a prática historiográfica, permitindo compreender as disputas no campo científico. A triangulação consistiu no cruzamento entre documentos, entrevistas e literatura especializada, assegurando consistência interpretativa.

Essa abordagem metodológica articulou procedimentos críticos e fundamentos teóricos, garantindo que a síntese proposta não se configurasse como mera conciliação, mas como superação dialética das tensões entre tradição e inovação. Nesse contexto, a historiografia instrumental consolidou-se como modelo metodológico capaz de atender às exigências científicas e às necessidades sociais, preservando a historicidade e ampliando as possibilidades analíticas.

Para a ciência histórica, o presente estudo possibilita pensar o método histórico como base para várias ciências e áreas distintas de conhecimento científico. Para a historiografia, o estudo permite que se pense em suas perspectivas plurais e as renove e, além disso, contribui para a compreensão da complexidade da Ditadura Militar e das relações acadêmico-científicas surgidas nesse contexto brasileiro. A modernização conservadora não extinguiu a possibilidade de resistência; ela existiu e por isso foi possível a criação de espaços críticos que buscaram diversificar a narrativa histórica. O exemplo do NDIHR ilustra como as universidades brasileiras, mesmo sob vigilância e controle, conseguiram implementar práticas acadêmicas de pesquisa com caráter inovador e crítico.

A relevância desta investigação reside também na necessidade de ampliar nossa compreensão sobre as experiências acadêmicas desenvolvidas fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais, tradicionalmente privilegiado pela historiografia. O NDIHR representa uma experiência regional que contribuiu para a renovação dos estudos históricos no Nordeste, desenvolvendo metodologias próprias e abordagens interdisciplinares singulares.

Desse modo, a análise sobre o NDIHR contribui para desnaturalizar a ideia de que o regime militar impôs um modelo único e homogêneo de universidade, mostrando que, mesmo em contextos adversos, surgiram iniciativas que promoveram a diversidade epistemológica e a crítica social. Desse modo, a investigação sobre o NDIHR coopera para o fortalecimento da historiografia regional, o que valoriza a produção de conhecimento local e suas especificidades. Ao evidenciar as

práticas e os desafios enfrentados por um núcleo de pesquisa situado no Nordeste, este estudo amplia o debate sobre a descentralização do saber acadêmico e a importância da regionalização dos estudos históricos para a construção de uma memória plural e democrática.

No que se refere às contribuições da pesquisa para o meio acadêmico, esse estudo permite compreender melhor as tensões e as contradições do projeto modernizador da Ditadura Militar no campo educacional. Enquanto o regime implementou mecanismos de controle e vigilância nas universidades por meio das Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), simultaneamente financiava projetos como o NDIHR, que acabaram por desenvolver práticas críticas e reflexivas sobre a realidade regional. Este tema é particularmente relevante para os estudos contemporâneos sobre a história do ensino superior no Brasil e para a história do ensino de história, pois oferece uma perspectiva inovadora sobre a relação entre ciência, política e sociedade em um período marcado por repressão e transformações estruturais.

A literatura especializada aponta uma homogeneização na historiografia do ensino de História, frequentemente centrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Essa perspectiva, embora compreensível dado o maior desenvolvimento acadêmico dessas regiões no período, ignora experiências significativas desenvolvidas em outras regiões, como o Nordeste, onde o NDIHR se destacou. Rodrigo Motta (2014). Em sua obra sobre as universidades e o regime militar, destacou a necessidade de ampliar o foco das investigações para incluir experiências localizadas, tanto temporalmente quanto geograficamente, deslocando-se para além do eixo tradicionalmente privilegiado. Motta enfatizou a urgência de transcender narrativas que se limitam a abordar exclusivamente a repressão e a violência, propondo a exploração de novas abordagens que considerem as diversas experiências de produção do conhecimento histórico nas universidades.

A análise da bibliografia existente sobre o período revela uma lacuna significativa no que se refere aos estudos sobre Núcleos de Pesquisas e Centros de Documentação criados durante a Ditadura Militar. A maior

parte dos trabalhos concentra-se na análise dos cursos de graduação e pós-graduação, deixando de lado experiências como a do NDIHR, que operavam em formatos diferenciados e desenvolviam práticas acadêmicas inovadoras na estrutura de uma Instituição de Ensino Superior Federal. Além das análises já mencionadas, outros autores têm contribuído para o debate sobre a regionalização da historiografia brasileira, ressaltando a importância de reconhecer as especificidades das diferentes regiões no desenvolvimento do ensino e da pesquisa histórica.

Estudos recentes como o de Rodrigo Patto (2014) e o de Margarida Oliveira (2020) têm apontado para a necessidade de resgatar e valorizar iniciativas acadêmicas que desafiaram a centralização do conhecimento e promoveram a construção de narrativas plurais e críticas. Essa revisão bibliográfica evidencia a urgência de aprofundar o estudo sobre o NDIHR, não apenas para preencher lacunas historiográficas, mas também para compreender melhor os processos de resistência intelectual e inovação acadêmica em contextos de autoritarismo. A compreensão dessas experiências permite ampliar o entendimento sobre as dinâmicas internas das universidades brasileiras e seus papéis sociais durante períodos de crise política.

Nesta pesquisa, olhamos para a historiografia como um espaço dinâmico de construção de memórias e narrativas, conforme proposto por Pierre Nora (1993) em seus estudos sobre os “lugares de memória”. Essa abordagem é importante para a compreensão das intersecções entre história, memória e identidade e para a formação de um campo crítico que valorize a diversidade de vozes e experiências. O NDIHR, nessa perspectiva, configura-se como um espaço de “lugar de memória” no sentido proposto por Nora, um espaço no qual se articulam dimensões material, simbólica e funcional da memória histórica regional. A documentação analisada revela que o Núcleo não se limitava ao armazenamento passivo de documentos, mas atuava ativamente na construção de interpretações sobre o passado regional, desenvolvendo uma “historiografia instrumental” que dialogava com as demandas do presente.

Margarida Oliveira (2020), em seu estudo sobre o NDIHR, propõe a interpretação do Núcleo como um centro ativo de pesquisa e informação histórica, em que a memória institucional é compreendida como um campo de disputa, negociação e construção de sentidos complexos e variados. Essa perspectiva reforça a ideia de que a memória deve ser entendida como um fenômeno dinâmico, em constante negociação e reinterpretação, sujeito a diversas leituras ao longo do tempo.

A abordagem de Nora (1993) e Oliveira (2020) permite compreender o NDIHR não apenas como um repositório de documentos, mas como um órgão ativo na construção do conhecimento histórico. Essa compreensão amplia o escopo da historiografia tradicional, incorporando dimensões simbólicas e políticas que enriquecem a análise da produção do conhecimento histórico, colocando, no debate, o papel das instituições acadêmicas na preservação e transformação da memória coletiva, destacando a importância de espaços que promovem a pluralidade de narrativas e a reflexão crítica sobre o passado. O NDIHR, portanto, emerge como um exemplo significativo de como a historiografia pode ser instrumentalizada para fins sociais e culturais, ampliando seu impacto para além dos muros da universidade.

A produção acadêmica específica sobre o NDIHR revela diferentes perspectivas e abordagens. Laudereida Eliana Marques Moraes (2012), em sua dissertação *“Memória Arquivada”*, interpreta o Núcleo como um espaço de arquivamento da memória regional, enfatizando sua função documental e de preservação. Por outro lado, Robson Arruda de Araújo (2015), em *“A historiografia acadêmica na Paraíba”*, propõe uma visão mais dinâmica, baseada nas ideias de Michel de Certeau (1982), enfatizando que as práticas do Núcleo resultaram em um conjunto diverso de projetos que culminaram em momentos distintos da historiografia paraibana.

Essas diferentes interpretações refletem a complexidade do objeto de estudo e a necessidade de uma análise que considere múltiplas dimensões da experiência do NDIHR. A presente investigação busca articular essas perspectivas, propondo uma compreensão integrada

que valorize tanto os aspectos documentais quanto as práticas de pesquisa e produção de conhecimento desenvolvidas pelo Núcleo.

A obra se baseia fundamentalmente nos conceitos de interdisciplinaridade e historiografia instrumental, que permitem compreender as práticas específicas de pesquisa desenvolvidas no NDIHR. O conceito de historiografia instrumental, elaborado a partir da análise das práticas do Núcleo, refere-se ao uso do conhecimento histórico e do método histórico como ferramentas para a coordenação de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. A documentação analisada revela que a historiografia no NDIHR não era concebida apenas como um campo disciplinar específico, mas como uma área instrumental da educação superior, capaz de fornecer elementos metodológicos e conceituais para outras áreas do conhecimento. Essa concepção inovadora antecipava discussões contemporâneas sobre a interdisciplinaridade e o papel dos historiadores na produção científica.

A interdisciplinaridade adotada pelo NDIHR refletia uma preocupação com a aplicabilidade social do conhecimento produzido, buscando relacionar as pesquisas acadêmicas com as demandas concretas da região. Essa visão integradora antecipava debates atuais sobre o papel social da universidade e a necessidade de aproximar a produção científica das questões sociais e políticas.

Metodologicamente, nesta investigação, combinamos a análise documental (análise interna e externa) das fontes e a revisão bibliográfica, que proporcionaram um olhar sobre as práticas do NDIHR. A análise documental baseou-se em um amplo conjunto de fontes primárias, incluindo: **correspondências oficiais**, tais como ofícios trocados entre o NDIHR e diversas instituições, revelando as redes de colaboração estabelecidas pelo Núcleo; os **relatórios de atividades** que documentam as linhas de pesquisa desenvolvidas, os projetos em andamento e os resultados alcançados e **documentos administrativos**, reunindo portarias, editais de seleção de bolsistas e documentos de gestão que evidenciam a estrutura organizacional do Núcleo.

A análise desses documentos é complementada por entrevistas encontradas no acervo do NDIHR com ex-membros e pesquisadores que participaram de suas atividades, proporcionando uma visão das práticas cotidianas e das dinâmicas internas do Núcleo, permitindo acessar dimensões subjetivas e experiências pessoais que não estão presentes nos documentos oficiais, enriquecendo a compreensão das motivações, desafios e conquistas dos integrantes do referido órgão. Essa triangulação metodológica fortalece a validade da pesquisa e possibilita uma reconstrução mais completa e crítica da trajetória do Núcleo na fase de implantação entre os anos de 1976 e 1980.

Michel de Certeau (1982), com seus conceitos de “operação historiográfica” e “lugar social”, fornece instrumentos para analisar como as práticas de pesquisa do Núcleo eram condicionadas por seu contexto institucional e político. A noção de “lugar social” é particularmente relevante para compreender como o NDIHR conseguiu manter sua autonomia acadêmica em um contexto de vigilância e controle. Pierre Bourdieu (1976), com seu conceito de “campo científico”, oferece ferramentas para analisar as estratégias desenvolvidas pelos pesquisadores do NDIHR para legitimar o Núcleo, como microcosmo social dotado de certa autonomia, que permitiram suas práticas irem se consolidando na universidade e reconhecidas pelos cientistas.

A criação do NDIHR deve ser compreendida no contexto das transformações introduzidas pela reforma universitária de 1968. A Lei nº 5.540/1968 estabeleceu novos paradigmas para a organização acadêmica brasileira, privilegiando o sistema departamental, a carreira docente unificada e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas mudanças visavam modernizar o ensino superior brasileiro, adaptando-o aos padrões internacionais e às demandas do desenvolvimento econômico. No entanto, a implementação da reforma universitária foi marcada por contradições e tensões. Enquanto propunha a modernização e a autonomia universitária, o regime militar simultaneamente implementou mecanismos de controle e vigilância que limitavam a liberdade acadêmica. As Assessorias de Segurança

e Informação (ASIs), criadas em todas as universidades federais, exemplificam essa contradição entre modernização e controle.

O NDIHR surge nesse contexto contraditório, beneficiando-se dos recursos e oportunidades criados pela política de modernização universitária, mas desenvolvendo práticas que, em muitos aspectos, contrariavam a lógica de controle e uniformização promovida pelo regime. A estrutura do Núcleo, vinculado diretamente à Reitoria e operando fora do sistema departamental, representava uma alternativa aos modelos organizacionais estabelecidos pela reforma.

O entendimento desse contexto é fundamental para analisar as estratégias adotadas pelo NDIHR para garantir sua sobrevivência e relevância, bem como para compreender as implicações políticas e sociais de suas práticas acadêmicas. A reforma universitária, portanto, não deve ser vista apenas como um processo técnico de modernização, mas como um fenômeno profundamente político, que moldou as condições de produção do conhecimento e as relações de poder dentro da universidade.

O reitor da UFPB na época da implantação, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, desempenhou papel fundamental na criação e consolidação do NDIHR. Sua experiência anterior como Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC proporcionou-lhe conhecimento detalhado dos mecanismos de financiamento e das políticas educacionais do governo federal, facilitando a aprovação e implementação do projeto. A política científica desenvolvida por Lynaldo Cavalcanti baseava-se em diretrizes específicas: regionalização, interiorização, descentralização, integração e diversificação. Essas diretrizes orientaram não apenas a criação do NDIHR, mas toda a estratégia de desenvolvimento acadêmico da universidade durante seu reitorado. A concepção de Cavalcanti sobre a função da universidade enfatizava o diálogo com as demandas regionais e a produção de conhecimento aplicado aos problemas locais.

Documentos da época revelam que Lynaldo Cavalcanti concebia a ciência como atividade integradora de todas as ações universitárias,

contrapondo-se à tendência de especialização que caracterizava o desenvolvimento da pós-graduação no período. Sua visão interdisciplinar e aplicada do conhecimento científico encontrou no NDIHR um espaço privilegiado de concretização. Portanto, a atuação política e administrativa de Lynaldo Cavalcanti foi marcada pela busca de equilíbrio entre as exigências do regime militar e as necessidades da comunidade acadêmica. Sua habilidade em articular recursos, parcerias e estratégias institucionais foi decisiva para a criação do NDIHR e para a manutenção de sua autonomia relativa em um contexto de forte controle político.

A estrutura organizacional do Núcleo diferenciava-se significativamente dos modelos convencionais de organização acadêmica. Vinculado diretamente à Reitoria, o Núcleo operava com autonomia em relação aos departamentos, embora mantivesse estreita colaboração com eles. Essa estrutura híbrida permitia maior flexibilidade na composição das equipes de pesquisa e na definição das linhas de investigação. As equipes de pesquisa do NDIHR caracterizavam-se pela diversidade disciplinar e pela integração entre docentes, estudantes de graduação e pesquisadores externos. A análise da documentação revela a presença de profissionais de História, Geografia, Sociologia, Economia, Arquitetura e Biblioteconomia, trabalhando de forma articulada em projetos comuns. Essa composição interdisciplinar não era meramente nominal, mas implicava uma integração efetiva de metodologias e perspectivas teóricas.

A seleção de bolsistas e estagiários seguia critérios específicos que privilegiavam não apenas o desempenho acadêmico, mas também a capacidade de trabalho em equipe e o interesse pela pesquisa interdisciplinar. Os editais de seleção analisados revelam a preocupação em formar equipes equilibradas, com representação de diferentes áreas do conhecimento. Essa organização inovadora permitiu ao Núcleo desenvolver projetos de pesquisa que ultrapassaram as fronteiras disciplinares tradicionais, promovendo um ambiente acadêmico propício à experimentação metodológica e à produção

de conhecimento crítico. A participação ativa dos estudantes nas atividades do Núcleo também contribuiu para a formação de uma cultura de pesquisa colaborativa e interdisciplinar, que influenciou gerações subsequentes de pesquisadores.

Dessa maneira, a estrutura do NDIHR favoreceu a criação de redes de colaboração internas e externas, fortalecendo a integração entre diferentes setores da universidade e com outras instituições. Essa dinâmica contribuiu para a consolidação do Núcleo como um espaço de referência na pesquisa histórica regional e para a ampliação do impacto social e acadêmico de suas atividades. O NDIHR desenvolveu suas atividades através de linhas temáticas específicas, definidas a partir das demandas regionais e das competências disponíveis na universidade.

Este estudo está dividido em quatro capítulos. O primeiro é a introdução. No capítulo 2, contextualizamos a reforma universitária de 1968, os protocolos de pesquisa, a produção historiográfica e as memórias da Ditadura Militar, focando nas universidades e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica (NDIHR). O capítulo 3 aborda a criação e implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional na UFPB (1976-1980), destacando sua infraestrutura, sujeitos e concepções de pesquisa. No capítulo 4, discutimos a Lei nº 5540/1968, que organizou o ensino superior e fortaleceu a pós-graduação no Brasil, incentivando a criação de centros e núcleos de pesquisa, ampliando a produção científica e a autonomia universitária, ao tempo que apresentamos o conceito de historiografia instrumental e interdisciplinaridade na perspectiva do NDIHR. Por fim, apresentamos considerações finais que oferecem elementos conclusivos e abrem espaço para futuras pesquisas.

2

A UNIVERSIDADE, OS PROTOCOLOS DE PESQUISA E A DITADURA MILITAR:

a historiografia como espaço de memórias

Neste capítulo, realizamos um percurso que busca contextualizar a relação entre a reforma universitária de 1968, os protocolos de pesquisa, a produção historiográfica e as memórias construídas sobre a Ditadura Militar, especialmente no que tange às universidades e ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica (NDIHR). Nesse sentido, as perguntas adotadas na revisão bibliográfica sobre esses temas construíram um entendimento da importância de se pensar a historiografia como um espaço de memória que não apenas registra, mas também interpreta e reinterpreta as experiências vividas durante a Ditadura Militar brasileira.

A historiografia, ao ser compreendida como um espaço de memórias, exige que os profissionais da História adotem uma perspectiva crítica em relação à produção historiográfica. Isso implica reconhecer que cada obra historiográfica é uma construção que reflete não apenas os fatos, mas também as interpretações e os significados atribuídos a eles. Esses significados não estão necessariamente inscritos no texto acadêmico, mas nos usos e interpretações desses textos, posicionando-os na historiografia como “leituras obrigatórias”, “leituras fundamentais” ou até mesmo “leituras indispensáveis”. Tal posicionamento, muitas vezes, leva à construção de narrativas

hegemônicas, mitos de origem para diversos processos históricos, no nosso caso, para as experiências de pesquisa na universidade no contexto da Ditadura Militar.

Embora a revisão bibliográfica geralmente não se restrinja a um resumo das leituras, admitimos que, em alguns momentos, foi necessário realizar uma síntese dos autores para evidenciar o ineditismo deste trabalho. A experiência do NDIHR, ainda pouco conhecida, contribui para ampliar os debates sobre a reforma universitária, os cursos superiores e a história do ensino de História, resultantes de ações de diferentes sujeitos da Ditadura Militar. Essa contribuição é relevante ao se perceber que as abordagens anteriores não investigam de maneira suficiente as intersecções entre esses temas, abrindo espaço para novas reflexões e entendimentos dentro da historiografia brasileira.

Assim, ao analisar as experiências de pesquisa e produção de conhecimento no contexto do NDIHR, este capítulo ressalta a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre como essas narrativas condicionam a compreensão da universidade e das reformas no ensino superior durante a Ditadura Militar. Portanto, o percurso deste capítulo objetiva questionar e argumentar a importância de pensar a historiografia não apenas como um registro histórico, mas como uma ferramenta científica que contribui para uma compreensão mais crítica do passado, ou seja, como espaço de memórias.

Inicialmente, tomamos as pesquisas de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Carlos Fico da Silva Júnior (2004) e Marcos Napolitano (2014), historiadores brasileiros que estudam a Ditadura Militar brasileira em perspectivas diferentes. As abordagens metodológicas e interpretativas sobre a ditadura levam a debates significativos entre os três historiadores, influenciando as narrativas historiográficas, suas formas de compreensão do passado histórico brasileiro. O diálogo sobre esses pontos de vista não apenas enriquece o campo da história, mas também contribui para a formação de uma memória crítica e reflexiva acerca desse período. Contudo, foi na obra de Rodrigo

Motta, que conseguimos perceber indicativos de que a pesquisa sobre universidade e ditadura precisa avançar e se alargar.

O NDIHR fazia parte do conjunto de ações do Ministério da Educação, conforme relatório⁶ do Departamento de Assuntos Universitários de 1977 como estratégia para a expansão da pesquisa científica no Nordeste e Norte do país. Considerando essa perspectiva educacional em que se insere o Núcleo, decidimos dialogar com Luiz Antônio Cunha⁷, intelectual e estudioso da área da educação brasileira sobre o período da Ditadura Militar. Em sua obra, Cunha propõe uma reflexão crítica sobre a memória educacional desse período específico, além disso, ele enfatizava a importância de resgatar as experiências e as narrativas desse período, contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre o ensino superior. Sua análise aborda como a educação foi utilizada para difundir e manter as ideologias do regime vigente, evidenciando as políticas educacionais que buscavam formar cidadãos alinhados aos interesses do Estado, ao mesmo tempo em que buscavam neutralizar qualquer forma de oposição.

Além de contextualizar a instalação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e sua relação com o contexto educacional, buscamos posicionar o objeto de pesquisa dentro da historiografia brasileira, até mesmo na grande área de Ciências Humanas. No entanto, nosso estudo revelou a escassez de trabalhos que abordem a temática da pesquisa universitária no recorte temporal correspondente desta investigação (1976-1980). Para avançar nessa lacuna, uma das seções deste capítulo será dedicada a explicar o percurso metodológico⁸ adotado, o que nos permitirá esclarecer os desafios enfrentados e as direções tomadas.

⁶ Brasil, DAU/MEC. Relatório de 1977.

⁷ Professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa na PUC-Rio, completou seu mestrado e doutorado na mesma instituição, refletindo sua longa trajetória acadêmica na área da Educação, com ênfase em pesquisa e formação docente. Ver obra: CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Reformanda: o Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

⁸ Refere-se ao processo de revisão da literatura científica e à produção historiográfica que se relacionam direta ou indiretamente com a problemática e objeto de pesquisa, delineando,

Assim, decidimos posicionar esta pesquisa no campo da história da historiografia, dialogando com estudiosos que se dedicam à análise da formação dos cursos superiores de História, ao ensino universitário dessa disciplina e à trajetória das disciplinas acadêmicas. Essa abordagem não apenas enriquece a compreensão do papel do NDIHR, mas também contribui para um debate mais amplo sobre pesquisa histórica no ensino superior. Por meio de uma análise crítica de estudos elaborados por pesquisadores como Marieta de Moraes⁹, Aryana Costa¹⁰, Margarida Oliveira¹¹, Mateus Oliveira¹² e

assim, o percurso metodológico que fundamenta a construção deste capítulo.

- 9 Consideramos duas produções acadêmicas desta autora para dialogar. A primeira, FERREIRA, Marieta. M. *A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. E a segunda: FERREIRA, M. de M. *O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB)*. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 45-64, 2013. DOI: 10.15848/hh.v0i11.572. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/572>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- 10 Consideramos três publicações desta autora, a primeira, sua dissertação de mestrado: COSTA, Aryana Lima. *A Formação de Profissionais de História: o caso da UFRN (2004-2008)*. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. A segunda, sua tese de doutoramento: COSTA, Aryana. *De um Curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*. 2018. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2018. E a terceira, um artigo publicado na *Revista História da Historiografia*: COSTA, A. L. *Clio no espelho: um estado da arte sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil*. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 251-281, 2022. DOI: 10.15848/hh.v14i37.1736. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1736>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- 11 Consideramos que a pesquisa no pós-doutorado da professor Margarida Oliveira (UFRN), foi de extrema importância para essa investigação. Portanto, dialogamos com os resultados de sua pesquisa publicados no artigo: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Por uma história plural da pesquisa e do ensino nas instituições de ensino universitário no Brasil: o caso do NDIHR/UFPB*. *Boletim do Tempo Presente*, [S. l.], v. 10, n. 09, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/16516>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- 12 SILVA, Matheus Oliveira da. *Saberes da disciplina, saberes da profissionalização: uma leitura sobre a institucionalização da História por meio de Introdução ao*

Itamar Freitas¹³, buscamos identificar tanto as aproximações quanto os distanciamentos historiográficos que cercam o objeto de pesquisa, tensionando o campo para alargar suas discussões para além dos cursos de graduação e pós-graduação em história, por compreender que práticas de pesquisas, de ensinamentos, de aprendizagens históricas na universidade precisam ser pautadas como objetos de estudo. Esse diálogo visa não apenas contextualizar as transformações no campo da historiografia, mas também compreender as dinâmicas que influenciaram a formação e a atuação dos historiadores no ensino superior brasileiro¹⁴.

2.1 UNIVERSIDADE E DITADURA MILITAR: UM OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O contexto histórico que precedeu a instalação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está profundamente entrelaçado com os eventos que marcaram o Brasil durante os anos 60, especialmente a Ditadura Militar que se instaurou após o Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964. Os rumos tomados pelo Estado brasileiro no final dos anos 50 e início dos anos 60, em particular durante o governo

Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Natal (1963-1968). Orientadora: Margarida Maria Dias de Oliveira. 2023. 167f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

- 13 FREITAS, Itamar. Discursos sobre o método em manuais de História (1870-1930). Porto Alegre, 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 14 Será recorrente o uso dessa expressão ao longo do texto. Pedimos ao leitor que ao ler “ensino universitário de história”, entenda que estamos nos referindo às práticas de pesquisa, ensino e extensão que acontecem na universidade. Mesmo o NDIHR não sendo um curso superior, uma pós-graduação, no contexto desta pesquisa ele se insere no ambiente universitário, sendo regulamentado pela Reitoria da UFPB, e na natureza da sua produção científica, promoveu ensino, pesquisa e extensão.

de João Goulart, geraram uma crescente insatisfação entre as elites do país. A proposta de uma agenda política com reformas de base, que buscavam democratizar a cidadania, foi percebida como uma ameaça aos interesses estabelecidos. Nesse cenário, um discurso que clamava pela manutenção da ordem e da soberania nacional ganhou força, sustentando que o Brasil se rendia aos ideais comunistas e que a corrupção havia se infiltrado nas instituições políticas. Essa narrativa mobilizou as elites contra o governo de Goulart.

Com o apoio logístico e diplomático dos Estados Unidos, a partir de sua embaixada e de várias agências, como o Departamento de Estado e o Pentágono, as Forças Armadas e o empresariado nacional se uniram para efetivar o golpe. Essa aliança foi reforçada pelos discursos ufanistas das esquerdas brasileiras, que se apresentavam como representantes do povo. Assim, o golpe não foi um evento isolado, mas sim o resultado de uma complexa rede de interesses e ações que refletiam as tensões políticas e sociais da época (FICO, 2004a; NAPOLITANO, 2014; NETTO, 2014).

É importante destacar que o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura Militar que dele se seguiu não foram movimentos acidentais; eles condensam as marcas das mudanças estruturais do capitalismo brasileiro e revelam a índole golpista dos conspiradores, além da fragilidade política e institucional do país. Essa conjuntura se desenvolveu a partir de fatores tanto internos quanto externos, atendendo a diversos interesses econômicos, políticos e sociais, e não apenas às forças que os instauraram. Nesse sentido, os elementos, os fatos, as situações, as narrativas e as memórias desse período histórico não podem ser analisados de maneira isolada ou linear. Tanto o golpe quanto a ditadura se configuraram a partir de forças convergentes e divergentes, contradições internas e ações de resistência (FICO, 2004b; NETTO, 2014; RODRIGUES, 2017).

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira se dedicou a construir explicações históricas sobre a Ditadura Militar brasileira, de 1964 a 1985, sob diferentes perspectivas. Além dos historiadores,

cientistas políticos, juristas, jornalistas e sociólogos também contribuíram com análises sobre o período, como o caso de Luiz Antônio Cunha (2014), cuja obra foi fundamental para compreender o legado do período de governo ditatorial na educação brasileira.

O cenário da educação superior no Brasil no início da década de 60, reunia um certo consenso: aumentar o acesso a ele e, assim, elevar a escolaridade, pois o processo de urbanização e as novas demandas do mercado de trabalho ampliaram a busca pelas universidades, que, por sua vez, consistiam em um amontoado de faculdades isoladas, marcadas por estrutura física e organizacional precária, escassez de docentes em termos de número e de qualificação, insuficiência de vagas, elevada concorrência nos vestibulares e incipiência da pós-graduação. Nesse contexto, os debates e as lutas em torno da reforma universitária também estavam em curso e eram protagonizados principalmente pelo Movimento Estudantil que combatia com veemência o elitismo e o caráter arcaico das Instituições Públicas de Ensino Superior do país.

Embora a necessidade de modernização do ensino superior fosse latente nos diversos setores da sociedade brasileira, inclusive entre os militares, não havia consenso sobre como realizá-la e qual seria a direção mais acertada a tomar. Reforçando ainda mais o complexo de inferioridade da capacidade nacional de emancipação, os dirigentes da Ditadura Militar brasileira recorreram a “ajuda” norte-americana, realizando acordos financeiros e técnicos com a USAID (United States Agency for International Development), com apoio da Fundação Rockefeller, Fundação Ford, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Desse modo, o trabalho realizado pelos consultores da USAID, o Plano Atcon (1966), o Relatório Meira Mattos (1968) e o Relatório do Grupo de Trabalho para Reforma das Universidades constituíram a base da Lei nº 5.540/1968 que instituiu a reforma universitária nesse período (MOTTA, 2014; SILVA, 2016).

As mudanças feitas no funcionamento das universidades públicas, nesse período, não se originaram apenas na Lei nº 5.540/1968, mas também nos decretos e na gama de atos normativos baixados pelos ministros da educação que interferiam diretamente nas rotinas administrativas e pedagógicas dos espaços universitários. Todavia, foi a partir do legado imperialista de educação norte-americano incorporado por essa Lei que houve a unificação dos vestibulares; a extinção das cátedras e a criação do regime departamental; a instituição do regime de tempo integral e de dedicação exclusiva dos professores; a periodicidade semestral e o sistema de créditos; as listas sêxtuplas para escolha de reitores e a representação estudantil fixada em 1/5; e o fortalecimento das instituições centrais, a racionalização de recursos e o aumento de verbas para as reitorias (MOTTA, 2014; PELEGRINE, 2017).

Na esteira dessa reforma, a literatura acadêmica indica que houve uma expansão no número de vagas no ensino superior, com a ampliação dos campus das universidades existentes, com a criação de novas universidades públicas e com o apoio financeiro dado à iniciativa privada, bem como o fomento à pesquisa e à ampliação da pós-graduação. Contudo, sinaliza também que a expansão em quantidade não significou aumento da qualidade, acentuando ainda mais as desigualdades regionais do país. Além disso, o investimento em ciências e tecnologias não se converteu nos resultados esperados para o setor produtivo, sem contar os transtornos causados pela infraestrutura insuficiente para o aumento de estudantes, pelo planejamento deficitário, pela conturbada execução das obras dos novos campus e pela continuidade do isolamento das faculdades, agora com outra nomenclatura e ainda agravado pela distância dos novos espaços físicos construídos.

Para Motta (2014), o que ocorreu nas universidades durante a Ditadura Militar brasileira foi a implementação de um projeto modernizador autoritário que reuniu, em seu bojo, elementos modernizadores, conservadores e repressores, combinados com jogos de

acomodação, violência e negociação. Já para Cunha (2014), o projeto triunfou na reforma uma concepção de educação como motor do progresso, alinhando desenvolvimento econômico, em função da simbiose Estado-capital, com a tarefa de promover a regeneração moral do indivíduo e da sociedade, haja vista a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino do país.

De fato, as direções apontadas por esses pesquisadores se completam, pois é evidente que, por um lado, as mudanças incorporaram várias reivindicações dos movimentos em prol da reforma universitária, inclusive anteriores ao Golpe Civil-Militar de 64 e, em certa medida, promoveram a modernização das instituições públicas de ensino superior do país. Por outro lado, também foram fiéis a um projeto societário elitista, conservador e autoritário, que, na fronteira entre ruptura e continuidade, exigiram, dos espaços acadêmicos, um alto custo humano e social, pois as violações aos direitos humanos de estudantes, docentes, técnicos administrativos e gestores, alcançaram números, níveis e proporções assustadoras.

De acordo com Mansan (2010; 2014) e Motta (2014), ocorreram dois grandes expurgos de docentes universitários durante a Ditadura Militar brasileira: o primeiro, nos meses seguintes ao golpe, caracterizado como operação limpeza, e o segundo, com a promulgação do AI-5 e do Decreto nº 447, em 1969. Os autores sinalizam ainda que, além desses expurgos, outras violações aos direitos humanos de docentes ocorreram durante toda a Ditadura Militar, em universidades públicas e privadas de diferentes regiões brasileiras, especialmente porque, a partir de 1970, os mecanismos coercitivos e o monitoramento político-ideológico dos espaços universitários foram institucionalizados e atingiram novas proporções com as Aesis, cujo trabalho se constituía como um dos tentáculos da polícia política.

Outras agências de informação ligadas às Forças Armadas, à Polícia Federal, aos Dops e às Polícias Militares jamais deixaram de atuar, no ambiente universitário, durante a Ditadura Militar brasileira, por ser visto como centro irradiador das ideias comunistas

que destruíam as estruturas morais da ordem social e mobilizava os jovens universitários a abraçarem ideais subversivos. Essa obsessão pelo combate ao comunismo enquadrava qualquer movimento de contestação ou reivindicação, bem como seus agentes como sendo manifestação do “inimigo vermelho” e, por isso, o controle, a repressão e o extermínio vinham como consequência. Entretanto, coube às Aesis, mesmo com a eficiência e a qualidade de seu trabalho questionado pelo SNI, “retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade” (MOTTA, 2014, p. 241).

Com base nas experiências consideradas promissoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foram criadas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs) em todas as universidades públicas e nos demais órgãos ligados ao Ministério da Educação (MEC). Seu papel principal consistiu na vigilância permanente do espaço universitário para combater o crescimento e/ou retorno da ameaça comunista, sendo um elo com a Divisão de Segurança e Informação (DSI) do MEC. As Aesis eram responsáveis pelo recebimento, pela produção, pelo envio e pelo cuidado com a circulação de documentos sigilosos.

Além disso, as Aesis atuavam na triagem ideológica, evitando que opositores do regime participassem de eventos ou estudassem no exterior. Elas produziam informações sobre os candidatos selecionados para cargos de docente ou de gestão, emitindo recomendações para demissão ou não renovação de contratos de docentes e gestores. O monitoramento de pesquisas, especialmente aquelas financiadas por órgãos estrangeiros e as da área de ciências humanas e sociais, também era uma de suas atribuições. Nesse contexto, as Aesis vigiavam os pesquisadores e cientistas, recomendando a negação, o corte ou a não renovação das bolsas de estudo.

As Aesis agiam ainda na distribuição de materiais de contra informação e no monitoramento dos Centros e Diretórios Acadêmicos. Elas também realizavam o rastreamento de diplomas soviéticos revalidados em universidades brasileiras e a vigilância das cerimônias

de colação de grau, além de eventos culturais e acadêmicos, como shows, peças de teatro, palestras, seminários e congressos. Por fim, estavam envolvidas no controle das publicações estudantis e na disseminação de análises e proibições de obras censuradas (MOTTA, 2014; PELEGRINI, 2016).

No escopo desse aparato ditatorial que o Estado brasileiro impetrou sobre suas universidades públicas, cabe destacar as intervenções políticas, econômicas e repressivas feitas pela Ditadura Militar às Faculdades de Filosofia e de Ciências Humanas, visando desorganizá-las, como também destruir livros e documentos, excluir estudantes, dissolver seus diretórios acadêmicos e perseguir, sobretudo, docentes de Ciências Sociais, de Ciências Políticas e de Filosofia devido a seus esforços em manter vivo o pensamento crítico e a força das idéias e das atitudes consideradas subversivas pelos militares e conservadores.

De modo geral, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras englobavam as áreas de Filosofia, Geografia, História e Letras e as Ciências Matemáticas, Físicas, Químicas, Naturais, Sociais e Políticas. Em sua maioria, contavam com docentes e pesquisadores considerados intelectuais influentes no país, obviamente nem todos ligados às ideologias de esquerda, muito menos opositores do Golpe Civil-Militar e da Ditadura Militar (MANSAN, 2010; 2014; FERREIRA, 2014; MOTTA, 2014).

É evidente que as ciências humanas e sociais não figuravam entre as prioridades da reforma universitária, sendo consideradas perigosas devido à afinidade de alguns de seus profissionais com conceitos socialistas e marxistas. Nesse contexto, as iniciativas do governo foram mais repressivas do que modernizadoras, refletindo-se no significativo número de docentes expurgados e vigiados. Além disso, os conteúdos dessas disciplinas atraíam mais a atenção das agências repressivas, que viam nelas uma ameaça ao regime. Cabe destacar que o maior ímpeto pelas ideias marxistas advinha dos próprios estudantes, que, para atender as suas necessidades, organizaram

diversos grupos de estudo nas universidades, sem a participação de professores, com o intuito de estudar as obras de Marx e de outros autores marxistas (MOTTA, 2014).

Nesse sentido, nem mesmo o furor repressivo da ditadura conseguiu impedir o contato dos jovens universitários com conceitos, ideias e valores marxistas (MOTTA, 2014). A resistência estudantil se manifestava por meio da busca incessante pelo conhecimento e pela construção de espaços de diálogo e reflexão crítica. Essa dinâmica revela a força das redes informais de aprendizado que emergiram nas universidades, desafiando a lógica de controle imposta pelo regime militar. Assim, as ciências humanas e sociais, mesmo em um ambiente de forte repressão, continuaram a desempenhar um papel fundamental na formação de uma consciência crítica entre os jovens, evidenciando que a luta pelo conhecimento transcende os limites impostos pelo autoritarismo.

Se por um lado, é possível perceber que a Ditadura Militar brasileira se ocupou de vigiar, censurar e reprimir as ciências humanas e sociais de modo geral, calando as vozes dissonantes, suscitando a autocensura e possibilitando o contato de estudantes brasileiros com matrizes teóricas norte-americanas de cunho positivista, por outro lado, os estudos realizados deixam várias questões em aberto, com possibilidades de novas pesquisas. Uma delas é que as ideias marxistas, os valores socialistas e revolucionários parecem exercer mais influência nos docentes ligados às Ciências Sociais, que ainda estava se institucionalizando na década de 60 e 70 no Brasil, do que nos cursos de Filosofia que existiam há muito mais tempo.

Considerando a intrincada e paradoxal relação entre a Ditadura Militar brasileira e as universidades públicas, especialmente no que se refere às Faculdades de Ciências Humanas, Filosofia e Letras que integravam essas instituições antes e após o Golpe Civil-Militar de 1964, este estudo busca responder a sua questão central: quais foram as outras formas e os modelos de pesquisa desenvolvidos pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal da Paraíba

(UFPB) durante seu período de formação, entre 1976 e 1980? Essa indagação emerge em resposta a um modelo de pesquisa consolidado pela reforma universitária de 1968, que se traduziu na criação de programas de pós-graduação amplamente aceitos como o único paradigma viável.

Ademais, no campo historiográfico, observa-se uma predominância espacial do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais, acompanhada por um modelo de análise que, em sua maioria, concentra-se nas ideias de violência, perseguição e tortura nas universidades durante o período da Ditadura Militar. Essa questão se mostra relevante diante da necessidade de ampliar os estudos sobre experiências de pesquisa que transcendem o modelo de pós-graduação advindo da reforma universitária de 1968, bem como do eixo tradicionalmente privilegiado de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

No que diz respeito à relação entre a universidade e a Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 e 1985, Motta (2014) aponta que a historiografia avançou de maneira tímida na investigação do impacto do regime militar sobre as universidades e os profissionais da academia. Ele examina a atuação dos apoiadores do regime autoritário nos meios acadêmicos, os impulsos modernizadores e autoritário-conservadores que influenciaram a política universitária, além dos acordos estabelecidos com a United States Agency for International Development (Usaid). Ele também destaca a criação de sistemas de informações nos campi universitários, a rede de Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) e os desdobramentos do expurgo político, revelando, assim, a complexidade das dinâmicas que permeavam o ambiente acadêmico durante esse período conturbado da história brasileira. A obra contribui de maneira significativa para o entendimento das interseções entre a cultura política e a estrutura universitária sob a égide da modernização autoritária.

Além disso, Motta (2014) enfatiza a urgência de que a historiografia amplie seu foco para incluir experiências localizadas, tanto em termos temporais, abrangendo o período de 1964 a 1985, quanto em termos geográficos, deslocando-se para além do eixo Rio-São

Paulo-Minas Gerais, que historicamente tem sido a principal referência nas análises das relações entre a universidade e a Ditadura Militar brasileira. Ele ressalta a necessidade de transcender uma narrativa que se limita a abordar exclusivamente a repressão, a violência e os aspectos modernizadores e autoritário-conservadores da política universitária. Em vez disso, Motta propõe a exploração de novas abordagens que considerem as diversas experiências de produção do conhecimento histórico nas universidades, permitindo a construção de narrativas alternativas que reflitam a complexidade e a pluralidade do ambiente acadêmico durante esse período. Essa perspectiva não apenas enriquece o campo historiográfico, mas também contribui para um entendimento mais abrangente das dinâmicas sociais e políticas que permeiam a história do Brasil.

Nesse contexto, uma variedade de estudos e pesquisas culminou em produções acadêmicas significativas em 2014, ano que marcou os 50 anos do golpe de 1964. A escolha de examinar esses resultados se justifica pela necessidade de construir novas camadas de significado em relação ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica da UFPB (NDIHR), considerando os antecedentes políticos e educacionais que o precederam. Por exemplo, os estudos realizados entre 1964 e 1970 oferecem uma compreensão das transformações sociais e acadêmicas durante os primeiros anos da ditadura, enquanto as análises do período de implantação do NDIHR, entre 1970 e 1976, revelam as estratégias de controle e vigilância implementadas nas universidades. Além disso, as interpretações históricas produzidas em 2014, em um momento em que os debates sobre a Ditadura Militar foram renovados, trazem à tona questões como a resistência acadêmica e os impactos das políticas educacionais autoritárias. Esses exemplos ilustram como o NDIHR não apenas se insere em um contexto histórico mais amplo, mas também como ele pode ser visto como um reflexo das tensões entre a produção de conhecimento e a repressão política, enriquecendo, assim, a compreensão das dinâmicas universitárias durante e após o regime militar.

O fato de Motta (2014) nos convidar a olhar para a universidade durante a Ditadura Militar a partir de novas perspectivas não implica minimizar a violência e a repressão ou abandonar o que já foi produzido, mas sim pluralizar a história das práticas de pesquisa histórica desenvolvidas nas universidades em meio à repressão, à tortura e à violência no ambiente acadêmico. Por essa razão, acreditamos que inverter o foco, partindo das práticas de pesquisa e das formas de produção de saberes históricos universitários em meio à violência do Estado e de seus agentes, significa avançar e possibilitar uma ampliação e pluralização da historiografia.

A abordagem defendida por Motta (2014) nos auxilia a questionar as práticas de pesquisa, as formas de produção acadêmica e científica desenvolvidas, pensadas e articuladas pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional no período de 1976 a 1980. Essa visão é corroborada por Veras (2018, p. 376), que nos permite compreender que:

[...] o conjunto de atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão demonstrou um quarto ângulo da produção universitária no ambiente de exceção. Através destas práticas culturais, professores importantes assumiram posições políticas normalmente associadas ao regime autoritário. Em ambos os casos estes programas inauguram espaços privilegiados de formação, de arregimentação, de ação e de expressão do corpo social superior e do governo militar. De tal modo que estética e política se misturavam para afirmar declaradamente ou indiferentemente o Estado de exceção.

Assim, a análise de Veras (2018) sobre a produção acadêmica no contexto de exceção, com foco na UFPE, apresenta semelhanças com o nosso objeto de estudo, o NDIHR/UFPB, no que diz respeito ao ambiente acadêmico de produção de conhecimento histórico, porém se distancia por não ter sido alvo dos ditadores, e, portanto, conseguiu defender a ciência, coordenando pesquisas científicas com base no método histórico. Essa pesquisa busca justamente narrar uma

experiência/modelo de pesquisa científica desenvolvido na UFPB, em que a produção do conhecimento histórico acontecia fora dos centros e departamentos tradicionais, permitindo um deslocamento de saberes históricos para dialogar com diferentes áreas do saber científico.

A realidade vivida pela universidade pública no período de 1976 a 1980 é complexa devido à presença de repressão, tortura, perseguição e diversas atrocidades. No entanto, é inegável que, na Universidade Federal da Paraíba, mais especificamente no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, ocorria um momento de grande importância para a historiografia paraibana e, por conseguinte, para a brasileira. Nesse contexto, a circulação de conhecimentos históricos e a elaboração interdisciplinar de saberes contribuíam para a resolução de questões regionais e para o desenvolvimento de políticas públicas. Através da historiografia instrumental, que oferecia uma relevante contribuição teórica, metodológica e epistemológica, os pesquisadores e historiadores envolvidos nesse processo geraram respostas significativas. No entanto, é importante ressaltar que tais contribuições foram silenciadas no âmbito da historiografia brasileira.

2.2 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE O OBJETO DE PESQUISA (NDIHR) E A LITERATURA CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE DO PORTAL CAPES

Diante do contexto em que se insere a problemática de nossa pesquisa, realizamos uma revisão abrangente da literatura científica já produzida sobre o tema em questão. Entre os dias 15 de fevereiro e 28 de março de 2025, dedicamo-nos a investigar obras disponíveis nos Catálogos de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com foco particular na temática da Ditadura Militar brasileira, especialmente no recorte temporal de 1976 a 1980. A escolha do catálogo oficial da CAPES se justifica não apenas por sua relevância, mas também por motivos técnicos, uma vez que representa a plataforma com a maior abrangência e o

maior número de trabalhos disponíveis para pesquisa, totalizando impressionantes 1.616.777¹⁵ produções acadêmicas.

Ademais, a plataforma oferece uma série de ferramentas que facilitam a busca por palavras-chave e combinações de termos e o uso de filtros estratégicos, o que permite ao pesquisador refinar sua investigação de maneira eficaz. Entre as opções de filtragem, destacam-se categorias como tipo de trabalho (mestrado, doutorado, mestrado profissional, doutorado profissional e profissionalizante), ano de defesa, autor, orientador, banca examinadora, grande área de conhecimento, área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração, nome do programa, instituição e biblioteca. Essa riqueza de opções não apenas enriquece o processo de pesquisa, mas também proporciona um acesso mais direcionado e eficiente aos conteúdos relevantes, possibilitando uma análise mais profunda das produções acadêmicas relacionadas ao nosso tema de interesse. Assim, buscamos, por meio desta revisão, não apenas compilar informações, mas também estabelecer um diálogo crítico com as narrativas existentes, contribuindo para o avanço do conhecimento na área de estudo.

Desse modo, empenhamo-nos em explorar e implementar estratégias eficazes para otimizar o processo de pesquisa, mantendo a integridade e a profundidade da análise que pretendemos realizar, mesmo diante das limitações temporais impostas por essa tarefa. Essa busca por eficiência é fundamental na elaboração científica de conhecimento, uma vez que o rigor acadêmico não deve ser comprometido em função da urgência. Com esse intuito, decidimos adotar as seguintes abordagens metodológicas: a utilização de palavras-chave e a análise manual e individualizada das correspondências na plataforma.

¹⁵ Considera-se essa quantidade de trabalhos com base na consulta realizada em 15 de fevereiro de 2025. É importante ressaltar que, à medida que o tempo avança, o volume de produções acadêmicas continua a se acumular, refletindo o dinamismo e a evolução constante da pesquisa na área.

A técnica de utilização de palavras-chave foi fundamental para direcionar nossa investigação, permitindo-nos filtrar e acessar, de maneira mais eficaz, o vasto universo de informações disponíveis. As palavras-chave escolhidas foram criteriosamente selecionadas para refletir os principais aspectos da temática em estudo, buscando abranger tanto as dimensões históricas quanto as metodológicas da pesquisa. Os termos estabelecidos para a busca incluem *“Ditadura Militar”*, que remete ao contexto político e social do período; *“Protocolo de Pesquisa”*, que se refere às normas e diretrizes que orientam a condução de investigações acadêmicas; *“Formas de Pesquisa”*, que abrange as diversas metodologias empregadas na construção do conhecimento; *“Produção do Conhecimento”*, que envolve a geração de saberes e a disseminação de resultados; *“Protocolo”*, que pode se relacionar a procedimentos específicos adotados em contextos de pesquisa; *“Revista”*, que indica a importância da publicação científica na comunicação do conhecimento; *“Centros de Documentação”*, que são fontes essenciais de dados e informações; e *“Núcleos de Informação”*, que representam estruturas organizacionais voltadas para a gestão e disseminação de saberes.

Já a análise manual e individualizada das correspondências na plataforma, embora tenha sido mais trabalhosa, permitiu uma avaliação minuciosa de cada entrada, possibilitando a identificação de nuances e detalhes que poderiam passar despercebidos em buscas automatizadas. Ao realizarmos uma leitura atenta e crítica das produções encontradas, buscamos não apenas compreender o conteúdo, mas também situá-lo dentro de um contexto mais amplo, considerando as inter-relações entre as diferentes obras e a contribuição de cada uma para o campo de estudo. Essas abordagens, somadas à nossa dedicação e rigor, visou garantir que a análise fosse não apenas abrangente, mas também substancial, contribuindo de maneira significativa para o avanço do conhecimento na área.

Ao iniciarmos nossa pesquisa, logo nos deparamos com a impraticabilidade de realizar buscas termo a termo, uma vez que

o volume de correspondências era excessivamente alto e tornava a análise inviável. Diante desse desafio, decidimos adotar uma estratégia mais eficiente e, por isso, optamos por combinações de termos agrupados em pares. Por exemplo, estabelecemos combinações como *‘Ditadura Militar’* com *‘Protocolo de Pesquisa’* e *‘Ditadura Militar’* com *‘Formas de Pesquisa’*.

Esse método nos permitiu gerar um total de 21 combinações distintas, calculadas pela fórmula ($c = N! / (P! * (N-P)!)$), em que N! representa o número total de elementos (neste caso, 7 termos) e P representa o número de elementos em cada combinação (que fixamos em 2). Assim, ao invés de pesquisarmos individualmente cada um dos sete termos, o que seria extremamente trabalhoso e pouco produtivo, conseguimos otimizar nosso enfoque aumentando o número de termos a serem pesquisados de sete para 21 combinações.

Essa abordagem possibilitou uma análise mais viável e prática, pois, embora o número de combinações tenha aumentado, cada uma delas resultou em um conjunto mais manejável de correspondências. Com isso, conseguimos filtrar informações de maneira mais eficaz, e isso facilitou a identificação de materiais relevantes e contribuiu para a qualidade e profundidade da nossa análise. Essa estratégia não apenas melhorou a eficiência da pesquisa, mas também garantiu que fôssemos capazes de explorar as intersecções entre os diferentes temas de forma mais abrangente.

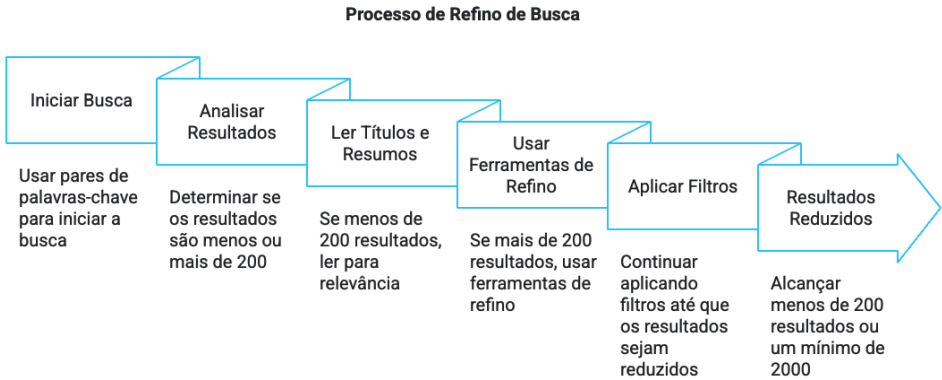
A escolha por formar grupos de dois termos foi motivada pelo desejo de ampliar a abrangência da pesquisa. No entanto, ao longo do desenvolvimento do estudo, decidimos incorporar novos motores de busca, incluindo palavras-chave como “Formação”, “Núcleo de Formação”, “Pós-graduação” e “Ditadura”, totalizando agora 11 palavras-chave. Ao aplicar essas palavras na fórmula combinatória, chegamos a um total de 55 combinações possíveis.

Outra decisão importante, que está implícita nos trechos anteriores, foi a de evitar a pesquisa por duplas de termos que incluíssem as palavras “Ditadura” e “Ditadura Militar”. Essa escolha

foi fundamentada na hipótese de que poderiam existir programas de pós-graduação que tenham surgido durante esse período histórico e que tenham evoluído ao longo dos anos. Além disso, consideramos a possibilidade de que os autores das pesquisas não tenham utilizado diretamente esses termos específicos, optando por mencionar apenas as datas relevantes ou empregando substituições, como “regime militar”, “Ditadura Civil-Militar”, entre outros. Essa abordagem nos permitiu explorar um espectro mais amplo de materiais, potencialmente revelando informações valiosas que poderiam ter sido negligenciadas em uma busca mais restrita.

Durante a pesquisa, dedicamos esforços para seguir uma sequência lógica e estruturada em nossas ações, definindo critérios específicos para a busca de pares de palavras-chave. Esses critérios estão detalhados no Quadro 1.

Quadro 1 - Esquema do processo de refinamento de busca



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No início de nossa investigação, optamos pela utilização de pares de palavras-chave na realização de consultas na plataforma da Capes. Tal escolha visou otimizar a eficiência da pesquisa, permitindo uma

exploração mais abrangente e direcionada dos materiais disponíveis. O critério estabelecido para a análise dos trabalhos encontrados foi rigoroso: caso a busca resultasse em menos de 200 trabalhos, procederíamos à leitura dos títulos e resumos, com o intuito de identificar aqueles que se mostrassem mais relevantes em relação ao problema de pesquisa em questão.

Por outro lado, na eventualidade de que o número de trabalhos encontrados superasse a cifra de 200, faríamos uso das ferramentas de refino de busca disponibilizadas pela própria plataforma. Essas ferramentas são projetadas para auxiliar os pesquisadores na filtragem eficaz de resultados, possibilitando a aplicação de critérios adicionais que poderiam restringir ainda mais o escopo da pesquisa. Continuamos a aplicar esses filtros até que o número de resultados fosse reduzido para menos de 200 trabalhos ou até que não houvesse mais possibilidades de uma redução significativa dos dados. A Tabela 1 demonstra os pares de termos utilizados na primeira busca:

Tabela 1 - Termos de busca na plataforma Capes

Dupla de Termos	Correspondências
Ditadura Militar, núcleo de formação	13
Ditadura Militar, pós-graduação	63
Ditadura Militar, centro de documentação	87
Ditadura Militar, protocolo de pesquisa	2
Ditadura Militar, protocolo	3
Ditadura Militar, núcleos de informação	10
Ditadura Militar, revista	151
Protocolo de pesquisa, centro de documentação	69
Protocolo de pesquisa, núcleo de informação	55
Formas de pesquisa, pós-graduação	1843
Formas de pesquisa, núcleo de informação	137
Formas de pesquisa, centro de documentação	427
Formas de pesquisa, protocolo	143

Dupla de Termos	Correspondências
Formas de pesquisa, produção de conhecimento	1211
Produção do conhecimento, pós-graduação	531
Produção do conhecimento, núcleo de informação	199
Produção do conhecimento, centro de documentação	153
Produção do conhecimento, revista	119
Produção do conhecimento, protocolo	130
Protocolo, pós-graduação	111
Protocolo, núcleo de informação	104
Protocolo, centro de documentação	103
Centro de documentação, pós-graduação	199
Centro de documentação, núcleo de informação	53
Núcleo de informação, pós-graduação	132
Total ¹⁶	6318

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Durante o processo de busca na Plataforma Capes, identificamos inicialmente um total de 6.318¹⁷ correspondências. Contudo, ao proceder com a análise dessas correspondências, verificamos que muitas delas eram repetidas, o que, embora aumentasse o número total, não contribuía para a relevância das informações. Após uma avaliação criteriosa, constatamos que apenas uma dessas correspondências estava efetivamente alinhada ao escopo da nossa investigação. As demais falharam em atender a pelo menos um dos critérios estabelecidos, os quais incluíam aspectos relacionados ao recorte espaço-temporal e à temática geral da pesquisa. Ademais, uma quantidade significativa das correspondências se concentrava em aspectos da educação básica,

¹⁶ Esse número não reflete a quantidade de trabalhos reais, pois há casos de o mesmo trabalho ser encontrado em mais de uma busca.

¹⁷ Considera-se essa quantidade de trabalhos com base na consulta realizada em 28 de março de 2025.

desviando, portanto, o foco de nossa investigação, que se centrava no ensino superior nas universidades brasileiras.

Diante desse panorama, no qual a maioria das correspondências não se mostrava adequada para a resolução da questão de pesquisa, decidimos redirecionar nossa busca para trabalhos relacionados ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Nossa intenção era encontrar referências ao modelo de pesquisa desenvolvido por este Núcleo na Universidade Federal da Paraíba, com a expectativa de localizar materiais que se alinhassem de maneira mais estreita com nossos objetivos de pesquisa e que pudessem contribuir de forma substancial para o avanço de nosso estudo. Essa abordagem foi fundamental para assegurar que nossa investigação fosse direcionada a fontes relevantes e pertinentes, permitindo, assim, uma análise mais aprofundada e substancial sobre a temática em questão.

Este trabalho se mostra inédito ao analisar as formas de pesquisa e produção do conhecimento, bem como suas implicações nas alterações organizacionais das universidades brasileiras no período imediatamente posterior à reforma universitária de 1968. Ao investigar a experiência do Núcleo de Documentação e Informação Histórica (NDIHR) e suas intersecções com a historiografia, buscamos preencher uma lacuna importante na literatura existente, que frequentemente negligência a relação entre as práticas acadêmicas e as transformações institucionais ocorridas nesse contexto. Essa análise não apenas contribui para um entendimento sobre as práticas e os protocolos de pesquisa da época, mas também oferece uma nova perspectiva sobre as histórias relacionadas ao ensino superior no Brasil, revelando como essas práticas de pesquisa influenciaram a formação de diferentes profissionais em um período de significativas mudanças sociais e políticas.

Diante do fato de não encontrar trabalhos diretamente relacionados a essa pesquisa, decidimos dialogar com a historiografia sobre o ensino superior, que vem se debruçando sobre a trajetória dos

cursos universitários de História, a formação dos profissionais e a profissionalização da área, a história de disciplinas universitárias que vem emergindo como um tema central no campo, intimamente ligado à história do ensino de História. Nesse contexto, estudos realizados por Matheus Silva (2023), Margarida Oliveira (2021), Itamar Freitas (2019), Aryana Costa (2018) e Marieta Ferreira (2013), elaborados nas últimas duas décadas no Brasil, serão incorporados para estabelecer um diálogo enriquecedor com a produção historiográfica sobre o ensino superior em História e com a historiografia relativa ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba, que constitui o foco desta pesquisa. Assim, compreendemos que a trajetória desse Núcleo integra a história do ensino universitário de História, coexistindo em diálogo com os percursos dos cursos superiores na área.

2.3 HISTORIOGRAFIA E ENSINO SUPERIOR DE HISTÓRIA: EXPLORANDO UM CAMPO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

Questionar a existência de outros espaços na universidade, onde se produzia conhecimento histórico durante a Ditadura Militar, é essencial para pluralizar a história do ensino de História universitário. Costa (2018) analisou a transformação do saber histórico em uma disciplina universitária no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, nos primeiros anos do curso. Sua pesquisa revelou que o pouco que se conhece sobre as práticas dos cursos de História está concentrado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. A tese principal defendida por Costa (2018) é a de que existe uma narrativa homogeneizada sobre os cursos de História, como se todos eles coubessem nessa mesma narrativa.

Seguindo a lógica e os argumentos de Costa (2018), que apontam para a existência de uma narrativa homogeneizadora sobre os cursos de História no Brasil, também podemos afirmar que predomina uma

narrativa sobre as práticas de produção do conhecimento histórico na universidade, centrada no modelo instituído pela reforma universitária, como os centros e departamentos que abrigam os cursos superiores e as pós-graduações.

A pesquisa de Silva (2023), realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aproxima-se da anterior no que diz respeito ao rompimento com a narrativa homogeneizadora centrada no eixo Rio de Janeiro e São Paulo sobre a história dos cursos superiores de História. No entanto, ela se distancia da nossa perspectiva por observar especificamente a contribuição de uma disciplina *Introdução ao Estudo da História* no processo de institucionalização da História em Natal, através do curso de História da Faculdade de Filosofia da cidade.

Reconhecemos a importância de estudos que abordam a história dos cursos de licenciatura e bacharelado, a história de disciplinas desses cursos e a trajetória profissional de determinados historiadores, tanto para o campo de pesquisa em ensino de História quanto para a historiografia e a história dos cursos superiores. Contudo, sentimos a necessidade de ampliar o olhar sobre a universidade brasileira, compreendendo que nela já foram possíveis outras experiências de produção do conhecimento histórico, que impactaram a sociedade por meio de pesquisas científicas orientadas pelo método histórico, como é o caso do NDIHR/UFPB, objeto de nossa investigação.

Consideramos que o ensino universitário de história é um espaço produtor de saberes históricos, orientado por métodos históricos. Tanto Costa (2018) quanto Silva (2023) centram suas análises no ensino superior, o que nos aproxima em termos de ensino universitário de história. Contudo, distanciamos-nos deles por focarem suas análises nas disciplinas dos cursos superiores e nas histórias desses cursos. Nossa escolha pelo distanciamento dessas pesquisas se deve à necessidade de evitar o uso de expressões, nomenclaturas e balizas conceituais construídas para o ensino superior em seu formato de curso de graduação e pós-graduação, o que poderia nos afastar das especificidades do NDIHR, que não era nem uma graduação nem uma pós-graduação,

embora algumas de suas atividades fossem semelhantes às pesquisas desenvolvidas em grupos como os existentes atualmente.

Esse distanciamento é necessário para que evitemos “encaixotar” experiências como a do NDIHR – e de qualquer outro projeto voltado para a produção de conhecimento histórico na universidade – no modelo predominante instituído pela reforma universitária de 1968. As balizas conceituais específicas para cada experiência analisada nos permitem ampliar e pluralizar as narrativas sobre a história da pesquisa e do ensino de História na universidade, auxiliando-nos a vislumbrar novos horizontes formativos para os profissionais da área.

O mesmo ocorre com as reflexões de Marieta Ferreira (2013) sobre a trajetória dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro (1935-1965). O notável reconhecimento da produção acadêmica dessa pesquisadora, seja pelo seu interesse nos cursos superiores de História, seja pela sua trajetória como pesquisadora, aproxima-nos em termos de campo de pesquisa. No entanto, isso também nos instiga a tensionar o campo para que ele se expanda, acomodando novos objetos, inclusive incluindo outras regiões do País, para além do Sudeste e Sul. Assim, outras cartografias de práticas de produção e saberes históricos, além de diferentes formas de organização e divulgação de conhecimento devem ser anunciadas na historiografia brasileira.

Relativo a isso, Itamar Oliveira (2019), em sua tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no primeiro capítulo intitulado *Institucionalização, profissionalização e manuais*, conclui que seria improvável identificar padrões de significados e práticas de formação profissional e de institucionalização histórica em escala transcontinental devido à multiplicidade de variáveis geradas pelas particularidades de cada Estado pesquisado (Oliveira, 2019, p. 15). Esse mesmo raciocínio nos serve para pensar as experiências de pesquisa histórica nas universidades brasileiras, uma vez que o padrão de pesquisa instituído nos programas de pós-graduação não abarca as práticas do Núcleo de Documentação e Informação Histórica

Regional da UFPB. Predomina na historiografia, estudos da historiografia dos cursos superiores de História. Embora, a investigação sobre as práticas e formas de pesquisa desenvolvidas no NDIHR esteja diretamente vinculada a uma instituição de ensino superior no Nordeste brasileiro e ao curso de história da Universidade Federal da Paraíba, nossa atenção reside sobre o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, que se aproxima mais do formato de pós-graduação do que propriamente dos cursos de graduação.

Questionando a historiografia e a história do ensino de História, Margarida Maria Dias de Oliveira (2021) fez uma análise crítica e reflexiva sobre a narrativa hegemônica que se consolidou ao longo do tempo nas diversas experiências de pesquisa realizadas nas universidades brasileiras. Focando especificamente no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, ela argumenta que este projeto deve ser compreendido como uma proposta de futuro que não se concretizou em sua totalidade e potencialidade. Esse indício na sua pesquisa de que foi um projeto potente, mas que não se concretizou, já é um primeiro elemento que ressaltou para nós a urgente necessidade de se construir narrativas históricas que, ao longo do tempo, foram sistematicamente ignoradas, marginalizadas ou até mesmo apagadas pela historiografia oficial sobre experiências de pesquisas na universidade. Por isso, incorporar discursos que representam realidades locais, alternativas e plurais será um passo importante para o avanço da historiografia brasileira, sendo o NDIHR um exemplo emblemático desse processo.

Conforme Oliveira (2021), o Núcleo não deve ser visto simplesmente como um repositório passivo de documentos históricos, mas sim como um centro ativo e dinâmico de informação histórica, em que a memória institucional é tratada como um espaço de disputa, negociação e construção de significados variados. Essa perspectiva nos permite reconhecer que a memória associada a esse Núcleo é um fenômeno em constante mudanças, suscetível a várias leituras,

interpretações e ressignificações ao longo do tempo, dependendo dos contextos sociais, políticos e culturais em que está inserida.

Um conceito fundamental que Oliveira discute é o de “projeto vencido”, uma noção que se inspira nas reflexões filosóficas e historiográficas de Walter Benjamin. A partir dessa compreensão, emergiu a hipótese que orienta nossa investigação, a qual propõe a existência de formas alternativas e de modelos de pesquisa científica na universidade. Esses modelos foram implantados e projetados para funcionar em paralelo aos enfoques tradicionais e hegemônicos da pesquisa de pós-graduação (mestrado e doutorado), mas que acabaram sucumbindo às pressões institucionais e acadêmicas, tornando-se, assim, projetos vencidos e, conseqüentemente, silenciados e invisibilizados pela historiografia oficial.

Ademais, é imprescindível construir, no campo da historiografia, uma abordagem plural, aberta e inclusiva que reconheça e valorize as diversas culturas, sociedades e regiões que compõem o Brasil, proporcionando voz, espaço e alternativas a grupos que historicamente foram marginalizados e excluídos das narrativas oficiais. Para Oliveira (2021), a História deve ser considerada um campo dinâmico, em constante transformação, em oposição à visão tradicional e reducionista de um mero repositório de eventos sequenciais e lineares. Nesse sentido, sua análise sobre a Reforma Universitária de 1968, quando observada apenas sob a perspectiva da modernização institucional, revela que instaurou um modelo educacional centralizador, tecnocrático e restritivo, limitando drasticamente a pluralidade de abordagens metodológicas e teóricas, o que restringiu a capacidade crítica e a emergência de outras narrativas que são necessárias para a compreensão da complexidade social e histórica do país.

Oliveira (2021) também discute a relevância e o significado da história regional, não como uma especificidade isolada ou secundária, mas como uma resposta crítica e necessária às profundas desigualdades socioeconômicas e culturais que persistem no Brasil durante aquele período. Essa perspectiva regionalista é interpretada considerando

as complexas dinâmicas de desigualdade entre as diferentes regiões do país, permitindo que a historiografia seja analisada de maneira crítica, contextualizada e sensível às especificidades locais.

Além disso, Oliveira (2021) observou, em sua investigação, que a interdisciplinaridade era um princípio metodológico e político no núcleo. Esse entendimento e modo de proceder e fazer pesquisa demonstra a articulação entre a história e as outras disciplinas do conhecimento naquele momento, o que permitia a mobilização de diversos saberes e perspectivas em prol de uma pesquisa mais abrangente e crítica da realidade. Isso resultou, para o historiador, em uma formação profissional mais completa, contextualizada e comprometida com as demandas sociais daquela época. Todavia, a pesquisadora não aprofundou o conceito de interdisciplinaridade a partir do Núcleo, o que nos impulsionou a investigar as nossas práticas e a avançar sobre esse entendimento de interdisciplinaridade na pesquisa científica.

Em síntese, dois elementos centrais da pesquisa de Oliveira (2021) nos ajudam a compreender de forma mais profunda e articulada nosso objeto de investigação. O primeiro é a interpretação do NDIHR como um centro ativo de pesquisa e informação histórica, no qual a memória institucional é compreendida como um campo de disputa, negociação e construção de sentidos complexos e variados. Isso reforça a ideia de que a memória deve ser entendida como um fenômeno dinâmico, em constante negociação e reinterpretação, sujeito a diversas leituras ao longo do tempo. O segundo elemento é a concepção do NDIHR como um espaço que integra indissociavelmente pesquisa, ensino e extensão. Isso implica que pesquisa, ensino e extensão devem ser concebidos em um diálogo permanente entre a universidade e as demandas sociais contemporâneas, com o intuito de refletir sobre a necessidade de articular teoria e prática de maneira coesa, crítica e comprometida com a transformação social e a valorização das diversas vozes e experiências históricas.

Além desses aspectos, é importante destacar que a reflexão de Oliveira (2021) também nos convida a pensar sobre os desafios

atuais da historiografia brasileira, especialmente no contexto das universidades públicas, onde ainda persistem tensões entre diferentes formas de produção do conhecimento histórico. A ideia de projetos vencidos nos alerta para a necessidade de revisitar e revalorizar experiências acadêmicas que foram deixadas de lado, não por falta de definições teóricas, de inconsistência acadêmica e científica, mas por questões institucionais, políticas e ideológicas que construíram o campo acadêmico de maneira excludente.

Por fim, a reflexão sobre o NDIHR como um espaço que integra pesquisa, ensino e extensão nos convida a repensar o papel das instituições de pesquisas acadêmicas na formação de profissionais, capazes de dialogar a partir de suas ciências de referência. Nesse sentido, nossa pesquisa busca ampliar o olhar para além dos cânones tradicionais, refletindo como as práticas de pesquisa podem ser ressignificadas a partir de modelos de pesquisas interdisciplinares que valorizam a historicidade das ciências, dos objetos de pesquisa e dos campos historiográficos, promovendo uma historiografia mais democrática, inclusiva e comprometida com a diversidade.

Desse modo, consideramos importante dizer que os primeiros cursos de Pós-Graduação em História criados no Brasil foram marcos importantes para o desenvolvimento acadêmico e científico da área no país. Entre as instituições pioneiras que inauguraram esses cursos, destacam-se: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), ambas em 1971; a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1972; a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1973; a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal de Goiás (UFGO), em 1974; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1975; a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ambas em 1976; a Universidade Estadual Paulista (UNESP-SP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ambas em 1980 (MENEZES, 2006, p.44). Esses cursos representaram o início da consolidação da

pós-graduação em História no país, proporcionando a formação avançada de pesquisadores, professores e profissionais comprometidos com o aprofundamento do conhecimento histórico e sua difusão e, também, pode ser considerado o início da produção historiográfica realizada por historiadores brasileiros, nos moldes contemporâneos.

Até as décadas de 1960 e 1970, não era considerado apropriado pensar na historiografia brasileira como o resultado do trabalho de historiadores profissionais, como é habitual nos dias de hoje. Somente a partir desse período é que as universidades brasileiras começaram a conduzir suas pesquisas de forma mais organizada, estabelecendo-se como um ambiente legítimo para a construção do conhecimento histórico. Até a década de 1960, com poucas exceções, predominava uma historiografia elaborada principalmente por indivíduos sem formação específica em História. Nomes como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Celso Furtado eram considerados “intérpretes do Brasil” (REIS, 2007) e contribuíram, de forma significativa, para a construção de uma identidade brasileira a partir da narrativa de seu passado histórico, mesmo sem possuírem a titulação universitária correspondente a um curso superior em História.

Em todas as investigações realizadas sobre a historiografia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, os autores destacam a importância da expansão dos cursos de pós-graduação para revitalizar a historiografia nesse período. Esse movimento de crescimento acadêmico não apenas criou um ambiente mais propício para a produção científica, mas também estimulou o debate crítico e a diversificação das abordagens historiográficas até então praticadas. Nesse aspecto, Fico e Polito (1996) apresentam observações relevantes que ajudam a compreender melhor esse cenário complexo. Em primeiro lugar, os programas de pós-graduação em História no Brasil foram estruturados com base em modelos estrangeiros, especialmente europeus e norte-americanos, o que gerou um descompasso entre a produção francesa, que possuía uma tradição teórica e metodológica consolidada, e a interpretação brasileira, ainda em fase de adaptação e construção de suas próprias peculiaridades.

Por outro lado, é notável a forte presença do marxismo entre os historiadores brasileiros desse período, mais evidente no meio acadêmico, nas discussões e nas redes de pesquisadores, do que propriamente na elaboração conceitual estruturada. Essa predominância marxista tem suas origens no contexto político da época, caracterizado por regimes autoritários e pela resistência intelectual à repressão, o que tornou o marxismo uma ferramenta crítica fundamental para a análise das estruturas sociais e históricas do Brasil. Assim, o contexto político foi um fator crucial para a formação e consolidação desse pensamento, influenciando não apenas o conteúdo das pesquisas, mas também a postura dos historiadores em relação à sociedade e à política.

Além disso, Fico e Polito (1996) destacam a importância dos *brasilianistas* na historiografia brasileira. Esses, como pesquisadores estrangeiros interessados no Brasil, desempenharam um papel fundamental na divulgação internacional da história do país, pois trouxeram novas perspectivas e estimularam o diálogo entre diferentes tradições historiográficas. Essa interação com o exterior contribuiu para inserir a historiografia brasileira em uma rede global de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que provocava uma reflexão crítica sobre as especificidades nacionais e as limitações dos modelos importados.

Em resumo, o ambiente acadêmico nas décadas de 1970 e 1980 foi caracterizado pela predominância do marxismo, pela adoção de abordagens teórico-metodológicas francesas, como a análise estruturalista e a história das mentalidades, e pela influência norte-americana, que introduziu novos métodos quantitativos e uma maior preocupação com a história social e cultural (FICO & POLITO, 1996). Essa convergência de influências resultou em um campo historiográfico dinâmico e movimentado, marcado por conflitos e debates que contribuíram para a consolidação da história como disciplina científica no Brasil. Ao mesmo tempo, esse período foi crucial para a formação de uma geração de historiadores que buscava superar o tradicionalismo e a visão nacionalista restrita, abrindo espaço para a diversidade de

temas, abordagens e fontes, o que enriqueceu significativamente a produção historiográfica nacional nas décadas seguintes.

É relevante ressaltar que, nesse contexto, o fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa, aliado à criação de revistas especializadas e eventos acadêmicos, estimulou a circulação das ideias e a formação de redes de colaboração entre historiadores. Essas iniciativas contribuíram para a profissionalização da área, ampliaram o acesso aos debates internacionais e promoveram a formação de profissionais qualificados para o ensino e a pesquisa. Dessa forma, as décadas de 1970 e 1980 podem ser vistas como um período de transição e consolidação, no qual a historiografia brasileira começou a se afirmar como um campo diversificado, crítico e comprometido com a compreensão das complexidades sociais e culturais do Brasil.

Por fim, é importante destacar que, apesar das limitações e dos desafios enfrentados, como a censura e as restrições políticas da Ditadura Militar, os historiadores brasileiros dessas décadas conseguiram estabelecer um legado significativo para as gerações futuras. A busca por novas fontes, a valorização da história regional e local e o crescente interesse por temas como a história das mulheres, dos movimentos sociais e das minorias étnicas indicam que a historiografia brasileira estava em processo de expansão e diversificação. Esse movimento preparou o terreno para as transformações que ocorreriam a partir dos anos 1990, quando a história passou a interagir de forma ainda mais intensa com outras áreas do conhecimento e a incorporar as perspectivas pós-modernas e pós-coloniais, enriquecendo o debate acadêmico e social no Brasil.

2.4 A EXPERIÊNCIA DO NDIHR NA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA: ELEMENTOS SOBRE PESQUISA HISTÓRICA E HISTORIOGRAFIA INSTRUMENTAL

Nesta seção, nos debruçaremos sobre os trabalhos produzidos na UFPB, estabelecendo conexões e divergências entre esses estudos

referentes ao NDIHR e ao problema desta pesquisa. As pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação da UFPB, tais como a dissertação “O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais”, de Francisco Chaves Bezerra, defendida em 2007; a dissertação “Memória arquivada: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional NDIHR (1976-1990)”, de Laudereida Eliana Marques Moraes, defendida no Programa de Ciências da Informação na UFPB em 2015; a dissertação “A historiografia acadêmica na Paraíba: o NDIHR e a história regional”, de Robson Arruda Araújo, defendida no Programa de Pós-Graduação em História; e a tese de doutoramento “O itinerário de duas uspianas na UFPB - Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira: trajetórias que se cruzam a partir da História ensinada”, de Maria Helena Cavalcanti Virgulino, defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação. Esses trabalhos servirão como referências para dialogar com a produção acadêmica sobre o NDIHR.

Procederemos a um diálogo crítico com os trabalhos identificados, buscando compreender suas contribuições para o campo da pesquisa histórica, com foco nas metodologias empregadas, nas temáticas abordadas e nas implicações dos resultados obtidos. Investigaremos como esses estudos discutem práticas de pesquisa, avaliando a eficácia das abordagens utilizadas e a relevância dos achados para o avanço do conhecimento. Além disso, consideraremos as interações entre eles e como colaboram para o desenvolvimento de novas perspectivas e debates dentro do campo. Esse diálogo permitirá identificar as contribuições significativas dos trabalhos e suas limitações, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB na pesquisa histórica e no fortalecimento das práticas acadêmicas relacionadas a essa área. Destacamos quatro estudos que tratam, de maneira direta ou indireta, a temática desta pesquisa.

Primeiramente, apresentamos a pesquisa de Francisco Bezerra (2007) que trata do curso superior de História da UFPB como

objeto de investigação. Esse estudo buscou investigar a formação do profissional de História em instituições de ensino superior na Paraíba, de 1952 a 1974, sendo o único, até o momento, a abordar a implantação do curso de História. A partir dele, pudemos alargar nosso entendimento sobre os impactos da Reforma Universitária de 1968 na formação docente, especialmente no curso de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), após a Reforma Universitária e no período do surgimento da pós-graduação no Brasil.

Baseando-se na dissertação supracitada elaboramos um quadro comparativo que examina a formação do historiador antes e depois da Reforma Universitária de 1968 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essa análise oferece uma compreensão das mudanças no processo de formação dos profissionais de história no Departamento de História da instituição. Observamos que tanto docentes quanto estudantes atuaram como pesquisadores ao longo do tempo nos projetos de pesquisa ligados ao Núcleo, o que ressalta a relevância dessa investigação.

O quadro comparativo permite a identificação de aspectos que passaram por modificações após a Reforma Universitária. Dentre esses aspectos, destaca-se o modelo de pesquisa adotado, que sofreu mudanças, refletindo novas metodologias e abordagens teóricas que impactaram a produção acadêmica e científica. Também analisamos o modelo curricular vigente antes e depois da reforma, a fim de evidenciar alterações no conteúdo programático, na estrutura dos cursos e nas práticas pedagógicas. Outro ponto discutido foi a organização da cátedra, que passou por modificações em sua estrutura e funcionamento, influenciando a transmissão e discussão do conhecimento histórico.

O quadro ainda ressalta as mudanças no corpo docente, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, levando em conta a formação, a experiência e o perfil dos professores que atuavam no Departamento de História. Da mesma maneira, foi analisado o corpo discente, observando as mudanças no perfil dos estudantes e a participação nas atividades de pesquisa e extensão. Essa análise comparativa revela as transformações institucionais e acadêmicas promovidas pela Reforma

Universitária de 1968 e contribui para a compreensão do desenvolvimento da formação em história na UFPB. Entender essas mudanças é importante para avaliar os impactos da reforma no ensino, na pesquisa e na produção do conhecimento histórico, além de refletir sobre os desafios e as perspectivas da formação de historiadores na universidade. A seguir, no Quadro 2, detalharemos cada um dos aspectos mencionados, proporcionando uma visão contextualizada das transformações ocorridas antes e depois da Reforma Universitária de 1968.

*Quadro 2 - Comparativo: formação do historiador UFPB
- Antes e depois da reforma universitária de 1968*

Aspecto	Antes da Reforma (1952–1967)	Depois da Reforma (1968–1974)
Instituição	Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI)	Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH)
Modelo Curricular	Regime seriado, currículo fixo, disciplinas obrigatórias agrupadas por série	Sistema de créditos, matrícula por disciplina, maior flexibilidade curricular
Ênfase da Formação	Formação para o magistério, com foco conteudista e humanista	Formação mais técnica, voltada à racionalização e produtividade, com tentativa de integrar pesquisa
Cátedra	Presença da cátedra vitalícia, com forte poder do professor catedrático	Extinção da cátedra, criação de carreira docente estruturada (assistente, adjunto, titular)

Pesquisa	Praticamente inexistente; monitoria confundida com pesquisa	Incentivo à pesquisa, mas ainda incipiente; monitoria valorizada como iniciação docente
Extensão	Pouco desenvolvida	Início de ações de extensão, ainda com caráter assistencial e institucional
Corpo Docente	Professores com formação precária, muitos sem graduação na área específica	Início da valorização da pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)
Relação Ensino-Pesquisa	Ensino desvinculado da pesquisa	Discurso da indissociabilidade, mas prática ainda fragmentada
Participação Estudantil	Limitada, com pouca autonomia	Participação formal em colegiados, mas sob vigilância e controle institucional

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A dissertação de Bezerra (2007) investiga a formação do profissional de História no contexto paraibano, articulando as transformações institucionais, curriculares e políticas educacionais que ocorreram ao longo do tempo. Essa análise foi fundamental para compreender a criação da Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI) em 1952, que marcou o início do curso de História e a Reforma Universitária de 1968 na Paraíba, que resultou na fundação do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH) da UFPB. Essas instituições desempenharam papéis importantes na estruturação do curso de

História e influenciaram a formação dos historiadores paraibanos. É relevante ressaltar que o Núcleo se inseriu nessa trajetória, refletindo as práticas de ensino e pesquisa adotadas pelos profissionais formados nesse curso e logo passaram a ser formadores. Ele argumenta ainda que, apesar do discurso que defende a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a prática revelou uma continuidade na separação entre esses dois aspectos, especialmente nas licenciaturas, em que a pesquisa foi frequentemente negligenciada em favor de um enfoque teórico e pedagógico. Essa constatação suscita reflexões sobre as concepções de prioridades formativas da formação acadêmica e sua aplicação no campo da História.

Conforme Bezerra (2007), a formação docente, inicialmente era centrada em uma tradição humanista e conteudista, voltada ao magistério, marcada por currículos rígidos, ausência de pesquisa e forte influência da cátedra. Com a reforma, houve a introdução de ciclos de estudos, sistema de créditos e valorização da pós-graduação, embora a prática ainda revelasse uma frágil articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A dissertação evidencia que, apesar das mudanças formais, a formação do historiador permaneceu, em grande parte, atrelada a um modelo reprodutivista, com pouca inserção crítica e investigativa, refletindo as tensões entre projeto pedagógico e realidade institucional. A partir desses dados históricos fornecidos pela pesquisa de Francisco Bezerra, problematizamos o papel que o Núcleo teve na formação de pesquisadores que influenciaram a pesquisa historiográfica paraibana. Isso nos interessa para entender a forma de efetivar pesquisa no Núcleo.

Outro trabalho que se relaciona de forma interessante com o objeto de pesquisa é o de Helena Virgulino (2016), que explora as trajetórias de duas professoras envolvidas na implantação do Núcleo, Rosa Maria Godoy Silveira e Joana Neves. A autora ofereceu uma perspectiva sobre o NDIHR, destacando aspectos que informam elementos para compreensão do contexto em que o Núcleo foi criado. Enquanto nosso objetivo é focar nas operações historiográficas e nas

formas de produção e divulgação dos saberes históricos desse órgão, a abordagem de Virgulino (2016) traz à tona a trajetória de duas professoras de história importantes para o NDIHR.

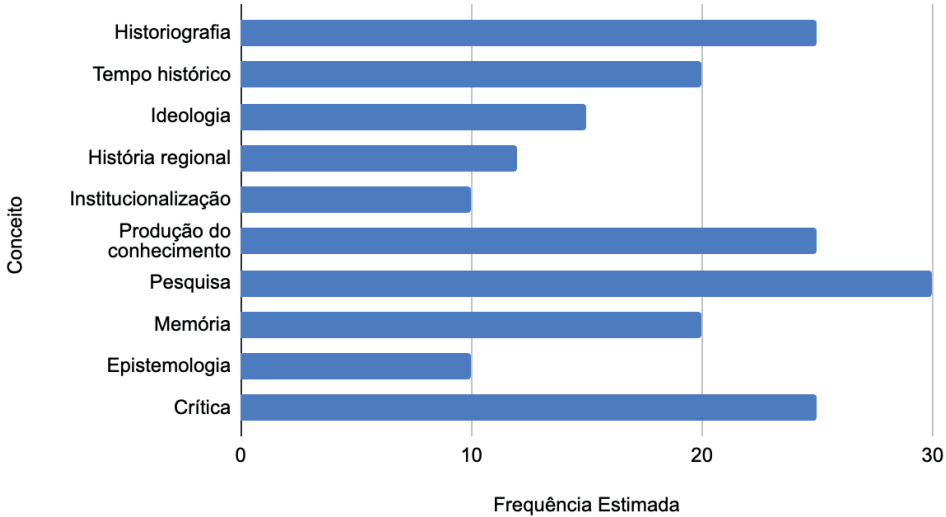
A tese de Virgulino (2016) permitiu-nos compreender a visão das duas professoras no momento da implementação do núcleo. De forma crítica, as professoras analisaram que a história era tradicional, destacando a importância de valorizar a história local ensinada, especialmente no contexto educacional. Associada frequentemente à História do Tempo Presente (HTP), a pesquisa contribui para discussões relevantes sobre regionalismo, currículo e ensino, enfatizando a relevância da formação de professores e da estrutura curricular na construção do conhecimento histórico. A atuação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) emerge como um elemento central na análise de Virgulino (2016), evidenciando a importância da história local como um componente essencial para a construção de uma historiografia comprometida com as realidades regionais. A tese destaca a criação de núcleos de pesquisa e cursos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que promovem uma abordagem integrada entre teoria e prática no ensino da história.

A temática da história do tempo presente é abordada de forma predominante na tese, especialmente ao considerar o ensino como um espaço de produção de conhecimento. Essa abordagem é discutida ao longo de quase todos os capítulos, articulando-se à prática docente e ao emprego de métodos como a história oral e os testemunhos, que enriquecem a compreensão das narrativas contemporâneas e regionais. Ademais, a pesquisa estabeleceu uma relação direta com a fundamentação da História do Tempo Presente, propondo uma reavaliação crítica das narrativas históricas tradicionais.

Na tese de Virgulino (2016), buscamos verificar como ela aborda a historiografia, a pesquisa e a produção do conhecimento ao se referir ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Em nossa leitura, realizamos um levantamento dos conceitos mais relevantes utilizados em seu trabalho, observando a repetição

de termos e ideias que permeiam o texto acadêmico. A partir dessa investigação, apresentaremos um gráfico que ilustra os resultados obtidos, permitindo uma visualização clara das principais questões discutidas pela autora e suas contribuições para a compreensão do papel do NDIHR na formação de saberes históricos. Para ajudar a destacar as dinâmicas de produção e divulgação do conhecimento no contexto da historiografia, elaboramos a Figura 3.

Figura 3 - Frequência Estimada versus Conceito



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A autora explora o conceito de historiografia, mas não fornece uma definição explícita. Através dos exemplos apresentados em sua pesquisa, fica evidente que a historiografia vai além da mera produção de conhecimento sobre o passado, apresentando-se como uma prática intimamente ligada à formação docente, à crítica social e à transformação da realidade. Virgulino (2016) inicia sua análise destacando a crítica das duas professoras (cujas trajetórias delas são seu objeto de pesquisa), em relação às concepções historiográficas

tradicionais, consideradas insuficientes diante das exigências teóricas e metodológicas do período. Essa crítica evidencia a necessidade de revisar os pressupostos que sustentaram a historiografia ao longo do tempo, abrindo espaço para abordagens mais dinâmicas e contextualizadas. Além disso, ela menciona a insatisfação com os padrões historiográficos predominantes, especialmente a partir da década de 1980, quando surgem propostas de renovação que buscam romper com a linearidade e a suposta neutralidade da narrativa histórica. Essa renovação está diretamente relacionada à valorização da história como prática social e política.

A conexão entre a historiografia e a formação do professor de História é outro aspecto relevante abordado por Virgulino (2016), que considera essa relação fundamental para a construção de uma prática pedagógica crítica. A autora enfatiza que Rosa Maria Godoy Silveira e Joana Neves defendiam um ensino de História que priorizasse a produção de conhecimento, fundamentado em temas e eixos que dialogassem com a realidade dos estudantes. Para ela, a rejeição da neutralidade na historiografia é um ponto central discutido, em que a historiografia é apresentada como uma prática engajada, desempenhando um papel político e social significativo na sociedade. Por fim, desenvolve a ideia de integração entre o ensino e a historiografia, reiterando a importância de que o ensino de História se configure como uma prática formativa e crítica, capaz de articular teoria, pesquisa e ação pedagógica.

De forma direta, os trabalhos de Laudereida Eliana Marques Moraes (2012) e Robson Arruda de Araújo (2015) estão diretamente relacionados à nossa investigação. Apesar de terem como objeto de estudo o NDIHR, considerando-se as contribuições dadas por cada um deles, a forma de abordar e conceber o NDIHR é distinta da nossa. Dessa forma, estabeleceremos, a partir daqui, um diálogo com esses dois pesquisadores, evidenciando em que aspectos nos aproximamos e nos distanciamos deles ao colocar nossas hipóteses de pesquisa e nossos objetivos em contato com a perspectiva construída

na investigação realizada por eles. Apresentaremos inicialmente o trabalho de Laudereida Morais, por ter sido a primeira investigação e, logo em seguida, dialogaremos com o pesquisador Robson Araújo.

A dissertação intitulada “Memória Arquivada: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR (1976 a 1999)”, de Laudereida Eliana Marques Morais (2012), apresenta uma análise da produção científica e literária do NDIHR, vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para identificar categorias conceituais recorrentes na obra, adotamos uma abordagem metodológica que envolveu a elaboração do Quadro 2, no qual organizamos os principais conceitos presentes no trabalho da autora, distribuindo-os ao longo de três décadas. Além disso, incluímos exemplos de como esses conceitos foram utilizados, proporcionando uma visão clara de sua aplicação e relevância. Essa metodologia permitiu não apenas a identificação de temas centrais na dissertação, mas também como a autora define as fases do NDIHR ao longo do tempo.

Do estudo desenvolvido por Morais (2012), emergiram conceitos que consideramos importantes para nossa investigação, como *memória*, *historiografia*, *documentação* e *interdisciplinaridade*, pois eles dialogam com a problemática da nossa pesquisa. Identificar essas categorias nos permite analisar quais sentidos são atribuídos a elas e como se conectam com a nossa investigação. Desse modo, o Quadro 3 foi elaborado a partir da leitura crítica da dissertação da autora, definindo, como critério para sua construção, as relações entre os conceitos e as suas aplicações no contexto da dissertação, assim como as fases para a história desse Núcleo.

Quadro 3 - Comparativo por década - conceitos centrais da dissertação de Laudereida Morais (2012)

Década	Memória & Historiografia Regional	Documentação	Interdisciplinaridade	Educação & Extensão	Crise Institucional
1970	Fundação do NDIHR (1976); foco na história regional.	Início da organização de acervos históricos.	Equipe multidisciplinar (história, biblioteconomia, sociologia).	Primeiras ações com escolas e comunidades	—
1980	Consolidação da produção historiográfica regional.	Ampliação do acervo e criação de instrumentos de pesquisa.	Projetos integrados entre áreas; pesquisa aplicada.	Produção de materiais didáticos; formação de professores.	—
1990	Continuidade da produção, mas com menor intensidade.	Ênfase na organização de arquivos e digitalização.	Redução da atuação interdisciplinar por falta de recursos.	Diminuição das ações de extensão.	Início da crise: falta de financiamento e projetos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Além dos conceitos, conseguimos, no estudo de Morais (2012), acessar alguns documentos, criados pela autora, como o inventário que recupera informações sobre os projetos empreendidos no Núcleo.

Esse inventário inclui dados como títulos dos projetos, objetivos e linhas temáticas, composição das equipes e áreas de atuação, tipos de bolsas e bolsistas, órgãos financiadores, coordenadores, período de execução, entre outras informações, elementos que serviram de base para a compreensão das práticas desenvolvidas. Além disso, a pesquisa de Araújo (2015), que mapeou os historiadores e suas trajetórias acadêmicas e intelectuais, permitiu-nos examinar os sujeitos que atuaram, produziram e organizaram saberes históricos neste espaço visto por ela como sendo espaço de memória.

No contexto da historiografia regional, Moraes (2012) atribui o resultado da produção de conhecimento do Núcleo, voltada para a Paraíba e o Nordeste brasileiro, como sendo o resultado dos projetos que valorizaram as fontes locais e promoveram uma narrativa histórica “vista de dentro”. Segundo a autora, essa abordagem buscava romper paradigmas centralizadores e eurocêtricos, oferecendo uma perspectiva que valorizasse as especificidades e as experiências regionais.

Para Moraes (2012), a documentação e a arquivística desempenharam um papel essencial no processo de implantação do Núcleo, pois, por meio da organização, recuperação e preservação de documentos históricos, foi executar projetos. Para ela, a criação de instrumentos de pesquisa, como guias, catálogos e inventários, foi fundamental para facilitar o acesso ao conhecimento, permitindo que as comunidades e os pesquisadores pudessem consultar e utilizar essas fontes de maneira eficiente.

Além disso, Moraes (2012) defendeu a abordagem interdisciplinar adotada pelo NDIHR em que saberes da história, sociologia, antropologia e biblioteconomia se integravam. Essa interdisciplinaridade possibilitou, segundo ela, uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos sociais e históricos, enriquecendo a análise e a interpretação dos dados coletados. Outro destaque relevante enfatizado por ela foi a produção científica do Núcleo que se materializou em publicações significativas, como os Cadernos de Estudos Regionais, Textos UFPB/NDIHR e Debates Regionais, consolidando o NDIHR como um agente ativo na

socialização do conhecimento e na construção da memória coletiva. Vale ressaltar outro sentido que Moraes (2012) atribuiu ao Núcleo, que é o caráter disseminador de informações, espaço desenvolvidor de materiais didáticos voltados para escolas e comunidades, bem como a formação de professores e o estímulo ao ensino da história local.

Por último, utilizamos as fases da história do Núcleo (implantação, consolidação e crise institucional) estabelecidas por Moraes (2012), por concordar com os critérios estabelecidos por ela para essa divisão, ao tempo que já sinalizamos que nos detivemos na primeira fase que é a implantação. Para a autora, foram os desafios financeiros e estruturais que comprometeram a continuidade das ações do Núcleo. Essa análise crítica sublinha a necessidade premente de um suporte institucional mais robusto, capaz de assegurar a preservação e a promoção da memória histórica regional, enfatizando a relevância de um aparato institucional forte para a efetivação das práticas de documentação e pesquisa na construção da historiografia local.

Em um estudo subsequente ao de Moraes (2012), Robson Araújo (2015) analisa a produção historiográfica gerada pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), propondo uma perspectiva que se distancia da visão de Moraes. Araújo argumenta que os documentos elaborados por historiadores, geógrafos, sociólogos e cientistas políticos refletem mudanças nas concepções historiográficas, sugerindo uma dinâmica de transformação contínua na produção de conhecimento.

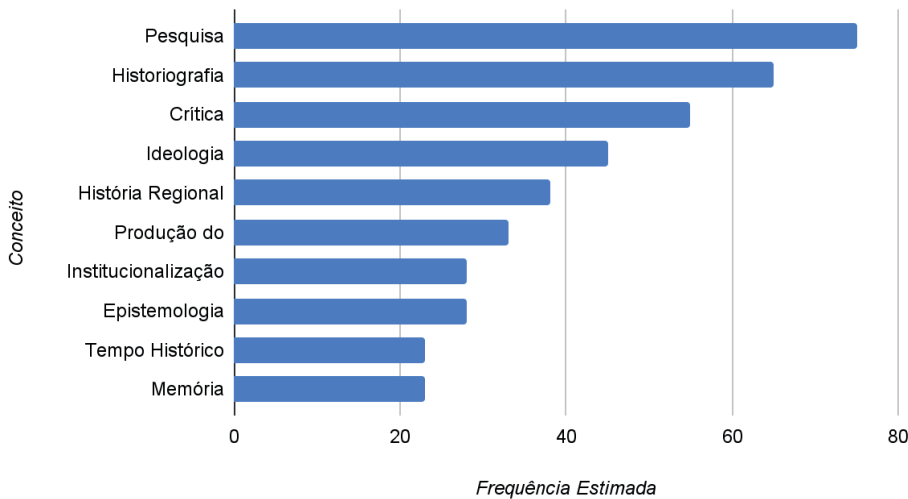
Enquanto Moraes (2012) compreendeu o NDIHR como um espaço com uma identidade fixa, ancorada em seu projeto inicial¹⁸, Araújo (2015) se apoiou nas ideias de Michel de Certeau (1982) para enfatizar que as relações e práticas estabelecidas ao longo do tempo, especialmente nos anos iniciais (1976-1980), não resultaram em um modelo único e

¹⁸ Apresentaremos no próximo capítulo, a partir do Projeto de criação do Núcleo, outra visão deste mesmo projeto, diferente da visão de Laudereida de Moraes que concebe o NDIHR como sendo um espaço de arquivamento.

permanente, mas sim em um conjunto de projetos diversos e disputados que culminaram em momentos distintos da historiografia paraibana. Araújo (2015) destaca esse período como particularmente efervescente para a produção historiográfica, contrastando com a defesa de Moraes da ideia de uma memória arquivada, na qual o arquivo institucional se posiciona como a principal forma de organizar essa memória.

Essa divergência entre as abordagens reflete a complexidade e a riqueza do campo historiográfico regional, sublinhando a necessidade de uma análise que considere a multiplicidade de vozes e práticas que contribuíram para a produção de conhecimento histórico no Núcleo. Desse modo, objetivando analisar e dialogar com a investigação de Araújo (2015), realizamos uma verificação da frequência dos principais conceitos abordados em sua dissertação, cujo objeto é a produção historiográfica do NDIHR. Ressaltamos que a Figura 4 não apresenta a quantidade da repetição da palavra em si, mas do seu uso enquanto conceito.

Figura 4 - Frequência Estimada versus Conceito



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Na dissertação de Araújo (2015), a categoria “*pesquisa*” é a que aparece com maior frequência, sendo utilizada aproximadamente 80 vezes. Ao realizarmos uma análise qualitativa da concepção de pesquisa defendida pelo autor, observamos que ele não estabelece, de forma consistente, um modelo próprio de pesquisa para o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) a partir das fontes utilizadas na investigação. Em vez disso, o autor se limita a discutir essa categoria a partir de modelos de pesquisa desenvolvidos por historiadores renomados tanto da historiografia brasileira quanto da internacional.

Nas notas de rodapé elaboradas por Araújo (2015), encontramos evidências de que diferentes modelos de pesquisa eram objeto de disputas no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Um exemplo disso pode ser observado na expressão “*pesquisas engajadas*”, mencionada no discurso de Moacyr Madruga¹⁹, que argumenta que a universidade deve funcionar como um espaço de discussão política, sensível ao diálogo com os movimentos sociais. Essa perspectiva ressalta a importância de uma pesquisa comprometida com as realidades sociais e políticas, promovendo uma interação mais significativa entre a academia e a sociedade. Sobre essa discussão, veja o que diz Araújo (2015, p. 90):

No debate sobre a pesca da baleia, Moacyr Madruga discute a relação entre movimentos sociais, em específico os ambientalistas, e a universidade. O contato entre crítica acadêmica e movimento social vai ser defendido por Moacyr Madruga

¹⁹ Antônio Moacyr Madruga era professor e investigador, membro do NDIHR, no período de sua instalação. Em 1992, ele defendeu a dissertação de mestrado “*Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica*”, na Universidade de São Paulo, ou seja, à época que esteve no NDIHR não havia passado por programas de pós-graduação como etapa de formação. A sua dissertação tem relação direta com as pesquisas que ele participou no NDIHR, conforme consta na sua dissertação. Disponível em < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08122022-160415/publico/1992_AntonioMoacyrMadruga.pdf.> Acesso em: 01 de jun, 2025.

como algo indispensável. Se por um lado a academia não deve preterir a ação política e social, contribuindo com estudos e pesquisas engajadas, por outro, os movimentos sociais devem se pautar em críticas mais científicas, pois, caso o contrário, seus argumentos são fragilizados pelo excesso de “sentimentalismo”, contribuindo, apenas, para àqueles contra os quais dizem lutar. O que está sendo colocado em pauta por este geógrafo é que a universidade deve ser um espaço de discussão política e atenta ao diálogo com os movimentos sociais. Estes, por outro lado, deveriam se apropriar do saber acadêmico, já que poderiam fundamentar os argumentos e ações de suas causas.

Essas afirmações sublinham a importância de uma abordagem crítica e reflexiva na condução de pesquisas, ressaltando a necessidade de que a academia se integre efetivamente às demandas sociais. O trecho sugere uma defesa da ideia de que a prática da pesquisa deve estar intrinsecamente vinculada à ação política, bem como à luta do historiador por uma historiografia comprometida com a transformação social. Contudo, a investigação de Araújo (2015) não se aprofunda nas práticas de pesquisa como objeto de estudo; em vez disso, direciona seu foco para os resultados dessas investigações, que o autor classifica como historiografia paraibana. Essa abordagem revela uma lacuna na análise crítica das práticas de pesquisa, das metodologias e das abordagens que fundamentam a produção do conhecimento no Núcleo. Embora ele mencione que sua pesquisa se preocupa com a produção do conhecimento histórico, sua atenção se limita aos resultados dessa produção, desconsiderando a operação historiográfica em si. Essa falta de aprofundamento nas práticas e metodologias pode comprometer uma compreensão mais ampla e crítica do processo de construção do conhecimento no contexto historiográfico e avaliar a partir do modelo atual como se fosse o único possível.

Cabe destacar ainda que, na dissertação de Araújo (2015), são apresentadas ideias centrais sobre a pesquisa histórica, organizadas em torno de temas que refletem a complexidade da discussão.

Contudo, o autor não especifica práticas de pesquisa concretas do Núcleo. As ideias expostas, embora não representem uma posição pessoal do autor, oferecem uma visão abrangente sobre a pesquisa histórica a partir da perspectiva de historiadores reconhecidos e de um indivíduo que vivenciou a pesquisa no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), como é o caso de Rosa Maria Godoy Silveira. A preocupação de Araújo (2015) parece ser a de alinhar o modo de pesquisa do Núcleo aos modelos descritos por historiadores consagrados, sugerindo uma tentativa de avaliar se a pesquisa se conforma ou não aos padrões do consenso historiográfico. Essa abordagem indica um esforço por parte do autor em situar a produção do NDIHR dentro de um quadro mais amplo de legitimidade acadêmica.

As três perspectivas de pesquisa encontradas em Araújo (2015) não são elaborações advindas da análise crítica realizada por ele das práticas de pesquisa, mas são informações encontradas por ele em entrevistas de membros do Núcleo e informações da documentação utilizada por ele na pesquisa. Por não ser objetivo de pesquisa de Robson Araújo, ele não se detém em elaborar entendimento das práticas de pesquisa do Núcleo, mas informa algumas perspectivas encontradas que me fizeram chegar a três conclusões sobre a pesquisa. A primeira delas é a *pesquisa como prática crítica e social*, citando que a produção intelectual em Ciências Sociais, incluindo a História, deve ser vista como uma forma de intervir na realidade social e política. Ele também destacou a perspectiva de que a universidade deveria dialogar com os movimentos sociais, sugerindo que a pesquisa deve ser engajada e crítica, além de estritamente técnica.

Essas observações ressaltam a importância da responsabilidade social dos historiadores, com a *pesquisa como instrumento de posicionamento político*. Robson Araújo deixa evidente que os pesquisadores NDIHR compreendiam que a pesquisa histórica poderia ser uma resposta à crescente politização da sociedade brasileira, especialmente no contexto que se lutava pelo final da Ditadura Militar.

Ele também ressalta que a prática da pesquisa é associada à luta do historiador por uma história comprometida com a transformação social. E, por último, a *pesquisa como leitura crítica da realidade*, em que ele afirma que a pesquisa histórica deve formar leitores críticos e conscientes de seu tempo, enfatizando o papel político e as relações sociais. Além disso, a pesquisa é apresentada como um meio de compreender a realidade histórica e social, indo além da mera acumulação de dados. Essa abordagem crítica é essencial para que os historiadores não apenas relatem o passado, mas também ajudem a construir um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais presentes (ARAÚJO, 2015).

À época, havia dificuldade de formar grupos de pesquisa duradouros e, por isso, a relevância de instituições como o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) para sistematizar a produção científica. Nesse contexto, a pesquisa pode ser vista como parte de uma luta simbólica por legitimidade dentro do campo acadêmico, tendo como fundamento as ideias de Pierre Bourdieu (ARAÚJO, 2015). A análise do trabalho de Araújo (2015) nos permitiu identificar que ele procura justificar a pesquisa a partir de um modelo estabelecido, seja por historiadores, seja por cientistas sociais. Consideramos que seja necessário definir o que é pesquisa para o Núcleo no contexto de sua implantação.

Apesar disso, é possível reconhecer as valiosas contribuições de Araújo (2015) para o campo da historiografia, ao mesmo tempo em que ressaltamos a importância de uma análise crítica mais aprofundada que amplie o debate sobre a infraestrutura científica e as práticas de pesquisa do referido Núcleo. Dessa forma, voltamos nossa atenção para a categoria conceitual “historiografia”, a qual se destaca como a segunda mais utilizada nas pesquisas de Robson Araújo, conforme evidenciado na Figura 3, o que demonstra sua relevância e centralidade na análise proposta pelo autor.

Ao longo da obra, o conceito em questão é empregado em diversos contextos, cada um contribuindo para uma compreensão mais

abrangente do campo historiográfico. Inicialmente, a “*historiografia brasileira*” é examinada, fazendo referência à análise crítica da tradição histórica nacional. Nesse cenário, Araújo explica a maneira como as narrativas históricas do Brasil foram elaboradas ao longo do tempo e quais foram as influências que transformaram tais interpretações. Em seguida, a “*historiografia acadêmica*” é investigada, com foco na produção acadêmica e institucionalizada. Ele analisa o papel da pesquisa acadêmica no desenvolvimento do conhecimento histórico, destacando a relevância das instituições de ensino superior na formação de historiadores e na produção de conhecimento.

A “*historiografia paraibana*” é outro aspecto relevante, no qual Araújo (2015) analisa a produção histórica local e regional. Essa abordagem permite uma reflexão sobre as particularidades da história da Paraíba e como ela se insere no panorama historiográfico mais amplo. Além disso, Araújo reflete sobre a “*história da historiografia*”, destacando a importância de se pensar a história do ponto de vista teórico e metodológico que envolvam as práticas na escrita da história. Essa reflexão é essencial para entender como os historiadores interpretam e reinterpretam o passado, levando em conta as mudanças nas abordagens e nas perspectivas ao longo do tempo.

Por fim, apresenta-se a “*crítica historiográfica*”, momento em que avalia as diferentes interpretações e abordagens históricas, promovendo um debate sobre as diversas maneiras de se entender e narrar a história. Com base na análise dos trechos extraídos da dissertação, constata-se que o termo “historiografia” aparece entre 60 e 70 vezes, consolidando-se como um dos conceitos centrais do trabalho de Araújo. Essa frequência sublinha a importância que o autor atribui à *historiografia*, tratando-a como um campo de estudo dinâmico e em constante transformação, fundamental para a compreensão da produção histórica e de suas implicações sociais e culturais.

O diálogo com o trabalho de Araújo (2015) traz contribuições significativas para nossa investigação ao mencionar e nos informar sobre fontes, discursos e visões de pesquisas e historiografia que

circulavam entre os pesquisadores e a documentação do NDIHR utilizada por ele. No entanto, é preciso reconhecer que, apesar das inovações apresentadas, ele não consegue definir o que é a pesquisa para o NDIHR e como o método histórico conduzia essas pesquisas. Se tivesse feito isso, com certeza fortaleceria ainda mais seus argumentos, pois o resultado da pesquisa (historiografia paraibana, a escrita da história) não deveria se separar da reflexão sobre sua elaboração (epistemologia da história). O mesmo acontece com o conceito de historiografia instrumental, que ele também não define o que é ou como funcionava na dinâmica produtiva de conhecimento científico produzido pelo Núcleo, em seu período de implantação.

É importante ressaltar ainda que a pesquisa de Araújo (2015) contribuiu significativamente para a construção de uma visão ampla e detalhada sobre o que o NDIHR veio a representar para a historiografia paraibana. Essa contribuição é fundamental, pois oferece uma perspectiva que vai além da simples descrição institucional, possibilitando uma compreensão mais profunda das transformações e dos impactos que o NDIHR provocou no campo histórico local. No entanto, essa leitura construída por ele não leva em consideração outras abordagens possíveis, mesmo que perscrutando essas mesmas fontes por ele analisadas. Ao formular a pergunta, o que corresponde ao que os pesquisadores do NDIHR concebiam como pesquisa no momento de sua implementação, chega-se a percepções bastante diferenciadas e pode-se ver outras intenções iniciais que motivaram a criação dessa instituição. Em relação às ideias de pesquisa, o próprio autor reconhece que “seria impossível analisar cada um dos textos separadamente, rediscutindo seus termos específicos, já que carregam consigo práticas de pesquisas e compreensões historiográficas próprias” (Araújo, 2015, p. 205).

Dessa forma, a investigação das diversas práticas de pesquisa realizadas no NDIHR nos permitiu diferenciá-lo dos programas de pós-graduação surgidos à época de sua fundação. Essa visão abrangente e minuciosa das várias abordagens e metodologias utilizadas

pelos pesquisadores destaca as particularidades e contribuições únicas de cada linha de investigação para o campo acadêmico e científico, especialmente no âmbito da ciência histórica. Ao reconhecer essa diversidade, podemos observar que os pesquisadores que atuaram no NDIHR no período 1976-1980 consolidaram sua posição como um centro de pesquisa histórica que promoveu debates críticos e avanços significativos por meio do diálogo interdisciplinar. A variedade de práticas também favorece a formação de pesquisadores preparados para oportunidades profissionais, além do ambiente acadêmico, assim, ao integrar diferentes perspectivas teóricas e empíricas, os pesquisadores são capacitados a aplicar a experiência do NDIHR em outros contextos de produção de conhecimento, contribuindo para a solução de problemas da sociedade.

3

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO NDIHR:

das intenções políticas aos interesses acadêmicos

Recuperar dados históricos sobre a criação e a implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional na UFPB²⁰, entre 1976 e 1980, destacando o surgimento, a infraestrutura científica, os sujeitos e as concepções de pesquisa construídas no Núcleo é objetivo deste capítulo.

De acordo com Oliveira (2021), é ao revisitar a memória histórica dos estudos sobre os cursos superiores de História e as experiências de ensino e pesquisa na universidade que a historiografia poderá renovar seus objetos, suas discussões epistêmicas, teóricas e sua história. Assim, destacamos que a narrativa que propomos sobre o processo de implantação do NDIHR, a figura do professor

²⁰ No projeto inicial de implantação, o NDIHR era chamado de CDIHR - Centro de Documentação e Informação Histórica Regional, mas isso não o colocava na condição dos outros centros de documentação e informação em funcionamento naquele período, cuja principal função era o armazenamento de documentos. Por isso, já no período de sua implantação, ele começou a ser chamado de Núcleo, por se configurar como um espaço acadêmico de síntese de produção científica, controlando as atividades de pesquisas empreendidas por diferentes pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento.

Lynaldo Cavalcanti, assume um lugar importante, já que foi no seu mandato como reitor da UFPB que houve a implantação do órgão, correspondendo ao mesmo período do seu reitorado. Sua nomeação para cargo de reitor ocorreu em 24 de dezembro de 1975, sendo seu mandato de 13 de fevereiro de 1976 até 13 de fevereiro de 1980, ou seja, exatamente a fase de implantação do NDIHR.

Para isso, analisamos documentos históricos, como correspondências trocadas entre o órgão e os indivíduos, além de outras trocadas com diferentes órgãos e universidades, bem como instituições financiadoras de pesquisa. Esses documentos, emitidos e recebidos pelo Núcleo²¹ ao longo de sua implantação, foram as fontes históricas utilizadas para a narrativa que apresentamos a seguir acerca dessa instituição.

3.1 O CONTEXTO E A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NDIHR/UFPB

O cenário do ensino superior no Brasil estava pulverizado de diferentes pautas, sendo a principal delas, a Reforma Universitária de 1968 que objetivava modernizar e expandir as universidades, impulsionar a economia e o desenvolvimento do país, efetivando a instituição de departamentos, autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades. O Relatório do Ministério da Educação e Cultura (1974-1978), que trata do Ensino Superior no Brasil, apresenta uma informação importante para compreender o contexto de aprovação e criação do NDIHR:

No âmbito dos projetos operacionalizados pela CAPES, destacam-se, por sua importância correlata aos próprios planos de

²¹ Para evitar a repetição excessiva da expressão “Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional” ou do uso frequente da sigla NDIHR, optei por me referir a essa entidade como “núcleo”.

desenvolvimento social, consubstanciados no II PND e no II PB-DCT, o Projeto Regional Nordeste e o Projeto Setorial da Educação.

O Projeto Nordeste foi criado com o objetivo de instituir um processo contínuo de desenvolvimento da pós-graduação regional. Para tanto, foi adotada como sistemática a permanente assessoria técnica e a canalização de recursos financeiros e humanos, na expectativa de que, assim, seriam criadas condições locais de consolidação dos cursos existentes e de racionalização na instalação de novos cursos de mestrado e/ou doutorado. Os programas vinculados ao Projeto Nordeste envolvem concessão de auxílios financeiros aos cursos instalados e em implantação; ajuda à formação do Núcleo de pesquisa e pós-graduação; estímulo à vinda de professores visitantes, nacionais e estrangeiros; ajuda à pesquisa e à elaboração de teses e concessão de bolsas de estudo para docentes e recém-graduados que pretendam fazer cursos de pós-graduação no Nordeste ou que se destinem a cursos em outras regiões do País ou exterior.

O Projeto Educação foi iniciado, em 1975, com o objetivo de consolidar e elevar os padrões de desempenho dos cursos de pós-graduação, bem como de planejar a expansão [sic] da área. Além das iniciativas pertinentes à consecução da totalidade de seus objetivos, como a concessão de auxílios institucionais, o Projeto Educação desenvolveu e vem implementando as seguintes atividades: análise curricular dos cursos; análise da produção científica dos discentes; divulgação de material bibliográfico e elaboração de um modelo para auto-avaliação dos cursos de pós-graduação na área (Brasil, 1979, p. 113).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2014), durante o período da Ditadura Militar, as universidades eram vistas como espaços da sociedade que desafiavam as autoridades governamentais, principalmente devido à oposição da comunidade acadêmica, especialmente dos estudantes, ao projeto implementado pelos militares. Entretanto, além das ações repressivas, o Estado brasileiro, com o objetivo de atrair e integrar grupos opositores, desenvolveu projetos, aumentou verbas, elevou salários e bolsas e, dessa maneira, expandiu as oportunidades de pesquisa.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional²², como já anunciado na introdução deste texto, foi criado no contexto da Ditadura Militar brasileira em meio às disputas e reformas na estrutura universitária. Na UFPB, foi vinculado diretamente à Reitoria e sua estrutura se diferenciava do modelo departamental instituído pela reforma universitária defendida pelo governo, no molde norte-americano, e, também, da estrutura de pós-graduação emergente naquele contexto.

À época da implantação do Núcleo, a disponibilidade de mestrado e doutorado estava em expansão no Brasil e a produção científica estava acontecendo na estrutura destes programas instituídos e também ocorria fora da estrutura dos programas de pós-graduação. A ideia de que esses programas representam os principais centros de produção científica é uma prática recente na história das universidades brasileiras. Isso pode ter restringido ou dificultado a continuidade de experiências em andamento ou, até mesmo, o surgimento de outras estruturas voltadas para a produção de conhecimento, como é o caso do NDIHR.

Nos relatórios do DAU (MEC) de 1976 e 1977, encontramos a defesa de uma ideia predominante no órgão de que havia necessidade de treinar o corpo docente das universidades brasileiras para pesquisa. Isso se dava em função do processo de expansão dos programas de pós-graduação no país, além da necessidade de formar mestres e doutores capacitados para atuar na formação de novos pesquisadores. O relatório consultado²³ também afirma que

22 No projeto inicial de implantação, o NDIHR era chamado de CDIHR - Centro de Documentação e Informação Histórica Regional, mas isso não o colocava na condição dos outros centros de documentação e informação em funcionamento naquele período, cuja principal função era o armazenamento de documentos. Por isso, já no período de sua implantação, ele começou a ser chamado de Núcleo, por se configurar como um espaço acadêmico de síntese de produção científica, controlando as atividades de pesquisas empreendidas por diferentes pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento.

23 Brasil, DAU/MEC. Relatório de 1976 e 1977

os cursos existentes seriam fortalecidos, ampliando a capacidade técnica e científica e favorecendo a execução de pesquisas básicas e aplicadas. Além disso, acreditava-se que isso facilitaria a transferência de tecnologia e proporcionaria treinamento para um corpo docente qualificado.

Os cursos de pós-graduação estavam concentrados em 85% nas Regiões Sul e Sudeste do país. Algumas universidades foram escolhidas para sediar o Programa de Pós-Graduação em Engenharia, entre elas UFMG (Engenharia Metalúrgica), UFBA (Engenharia Petroquímica), UFRJ (Engenharia do Produto) e UFPB (Engenharia Térmica). A escolha dessas universidades tinha como objetivo promover uma “relativa descentralização” das atividades de pós-graduação, conforme indicado na justificativa do projeto de criação do NDIHR.

O exemplo da pós-graduação em Engenharia serve para ilustrar dois critérios fundamentais nos projetos desenvolvidos pelo MEC durante o período de 1976 a 1980, que corresponde ao recorte temporal desta pesquisa: o primeiro, relacionado à região geográfica, justificava a necessidade de descentralizar a produção de conhecimento, que até então se concentrava no Sul e Sudeste, promovendo a integração entre pesquisa, ensino e a comunidade local; o segundo critério, de caráter interdisciplinar, reconhecia a especificidade dos cursos já existentes e sua correlação com as atividades industriais da região ou com os programas governamentais. Acreditava-se que essa abordagem traria benefícios a todos os setores.

Na Tabela 2, é apresentado um cenário sobre os cursos de pós-graduação no Brasil durante o período de 1974 a 1978, destacando a evolução e o crescimento dessas modalidades de ensino superior. Esse intervalo de tempo foi marcado por um aumento significativo no número de programas oferecidos, bem como na quantidade de alunos matriculados, refletindo o interesse crescente pela especialização e pela formação avançada no país.

Tabela 2 - Ensino Superior - Evolução do Número de Cursos de Pós-Graduação 1974/1978

Instituição	Cursos Iniciados até 1974	%	Cursos em 1978	%	Varição (1974-1978)
Federais	341	53%	442	50%	+101
Estaduais	222	34%	329	38%	+107
Particulares	82	13%	105	12%	+23
Total	645	100%	876	100%	+231

Elaborada pelo autor com base no
Relatório MEC/DAU/CAPES - Pós-Graduação: Brasil/78

Em 1974, de acordo com o Relatório do MEC/DAU/CAPES, as instituições federais lideraram em número de cursos iniciados até aquele ano, com um total de 341 cursos, representando 53% do total. As instituições estaduais em seguida, com 222 cursos (34%), e as particulares, com 82 cursos (13%). Já em 1978, o número total de cursos de pós-graduação havia aumentado para 876. As instituições federais continuavam com o maior número, totalizando 442 cursos (50%), seguidas pelas estaduais, com 329 cursos (38%), e pelas particulares, com 105 cursos (12%). Podemos notar um aumento no número total de cursos em todas as categorias de instituições entre 1974 e 1978. As instituições federais mantiveram uma participação significativa, embora tenha havido uma ligeira queda percentual. As estaduais também apresentaram um aumento no número de cursos e uma leve elevação na participação percentual. Já as instituições particulares, apesar de também registrarem um aumento no número de cursos, tiveram uma pequena diminuição na sua representatividade percentual no total.

Embora o NDIHR não fosse uma pós-graduação, ele compartilhava o objetivo de produzir conhecimento científico, estabelecendo relações estreitas com a comunidade vinculada às pesquisas desenvolvidas. Dentre os objetivos específicos do NDIHR, registrados em uma correspondência de março de 1976, a pesquisa e o ensino deveriam estar em constante diálogo com a comunidade, uma premissa repetida em diversos documentos analisados.

Em relação à estruturação do Núcleo, foi possível observar que ele deveria fundamentar seu trabalho em três concepções principais: **documentação histórica, informação histórica** e o **caráter regional**. Essa orientação foi identificada em um rascunho de um prospecto de divulgação e apresentação ao NDIHR, redigido por Arsenio Oswaldo Sevá Filho, que à época trabalhava na Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Planejamento da UFPB. Sobre essas concepções, ele escreveu:

Documentação histórica – pretendemos localizar os papéis oficiais ou não, que serviram como registro de acontecimentos passados e presentes, e tiveram importância nos fatos históricos; saber onde se encontram, em que condições estão guardados, se estão arrumados, e em que ordem; ler os documentos, transcrevê-los, copiá-los e fotografá-los, de acordo com o interesse para nossas investigações e de acordo com os direitos de seus proprietários ou responsáveis.

Informação histórica – pretendemos montar cadastros, listas e catálogos de trabalhos já feitos sobre a história do Nordeste, seja de uma região, de um município, de uma época, ou de um setor da sociedade; adquirir exemplares de livros, artigos e reportagens já feitas para aumentar o patrimônio da universidade e difundir esta informação para os estudantes e para o público em geral; produzir, com nossos próprios recursos, e com o auxílio de outras entidades e pessoas, material de valor científico e cultural, como livros, artigos, mapas, atlas, fotografias, filmes, depoimentos, entrevistas etc.

Caráter regional – pretendemos estudar e montar as informações sobre história nordestina em geral, e, para isto, a localização em João Pessoa é favorável, pois a Paraíba é um estado típico do

Nordeste; sua história sempre foi parte integrante da região [...]. Nos interessa documentar e informar sobre o chamado Nordeste Oriental, entre a Paraíba e a margem esquerda do baixo São Francisco, englobando assim seis estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (Sevá Filho, 1976).²⁴

Os aspectos mencionados acima favorecem o entendimento de que o NDIHR foi criado com a incumbência de coordenar a organização de uma memória regional, por meio da documentação, da informação e da pesquisa histórica. Havia o entendimento de que, antes de tentar escrever a história do Nordeste e da Paraíba sob novas perspectivas, era necessário localizar e organizar documentos inéditos e informações ainda não exploradas. Passadas quase cinco décadas de sua implantação, a pesquisadora Laudereida Eliana Marques Moraes, olhado afirmou em texto publicado pelo NDIHR, que:

As ações desse Núcleo de documentação geraram e ainda geram um acervo de documentos produzidos por seus programas de ações e pela ação administrativa do órgão. O NDIHR, como instituição-memória tem, em suas atividades-fim, o ensino, a pesquisa e a extensão. Em seu trabalho diário, atende a vários segmentos da sociedade, desde o pesquisador, iniciante ou profissional, até o “curioso”, e serve de laboratório a vários cursos de graduação, como História, Biblioteconomia e Arquivologia (NDIHR, 2024, p. 08).

²⁴ Na época, Sevá Filho escreveu na condição de representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Planejamento da UFPB, e tinha exercido anteriormente o cargo de assessor do Departamento de Assuntos Universitários/MEC. Graduado em Engenharia Mecânica pela USP, em 1971, obteve Mestrado na mesma especialidade na Coppe/UFRJ, em 1974. Entre 1975 e 1976, trabalhou no Ministério de Educação e Cultura, no então Departamento de Assuntos Universitários. Foi professor de Engenharia nas Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Paraíba (UFPB), sendo que nesta última esteve muito ligado ao Reitor Lynaldo Cavalcanti, assumindo uma posição privilegiada de Assessor da Reitoria. Pela sua trajetória acadêmica, percebe-se a abertura que tinha para as ciências humanas, com destaque relevante para a interdisciplinaridade demonstrada em sua produção acadêmica.

Naquele contexto, de sua criação, com o intuito de que a reforma universitária se concretizasse, o MEC – Ministério da Educação, por meio do Departamento de Assuntos Universitários (DAU)²⁵, efetivou um conjunto de ações para a elaboração de diagnóstico permanente do sistema de ensino superior no Brasil. A partir desse diagnóstico, realizava estudos sobre os setores mais problemáticos, o que resultou na formulação de planos e programas setoriais, a fim de reorientar a ação nesses setores. Considerando esse contexto do Ensino Superior, foi elaborado o Plano Nacional de Pós-Graduação em 1974 e implantado em 1975, a partir de estudos realizados sobre a participação financeira e articulação dos órgãos como PNPG, CAPES, CNPq, FINEP e BNDE e de projetos específicos elaborados para atender às diversas metas propostas pelo Plano Nacional de Pós Graduação.

No ofício nº 869/76, encontrado no acervo do NDIHR, destaca-se a relação estreita e significativa estabelecida entre o Projeto NDIHR e o Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT). Esse documento evidencia a colaboração mútua e o alinhamento estratégico entre as duas iniciativas, que visam promover o desenvolvimento técnico e institucional em diversas áreas prioritárias. Através dessa parceria, foi possível potencializar recursos e compartilhar conhecimentos, fortalecendo a capacidade operacional e a eficácia das ações implementadas.

Relaciona-se com os projetos do sub-setor Fortalecimento do sistema Nacional de “Pós-graduação” no sentido de apoiar a pesquisa a ser realizada nesta área. Está vinculado, também, aos projetos do sub-setor “Tecnologia Aplicada ao regional”, particularmente ao BRA/74/028 – Aproveitamento Integrado da Bacia do Rio Paraguai, para o qual poderá fornecer subsídios historiográficos (BRASIL. MEC/DAU/CODEAI. Ofício nº 869/76, 15 mar. 1976).

²⁵ Por meio do Decreto n. 81.454, de 17 de março de 1978, o Departamento de Assuntos Universitários passa a se chamar Secretaria de Ensino Superior.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB foi um dos seis projetos que foram incluídos no Programa Nacional de Cooperação Técnica, visando captar a assistência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Dentro os projetos aprovados foram selecionados o de Assistência ao Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o do Programa de Pós-Graduação em Engenharia, o de Desenvolvimento e Consolidação do Programa de Pós-Graduação em Química da UNICAMP, o de Ensino e de Pesquisa Agrícola na Universidade Federal de Santa Maria, o de Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórica Regional nas Universidades Federais da Paraíba e de Mato Grosso e, por fim, o da Consolidação do Ensino e da Pesquisa Biológica Básica nas Universidades Federais de Goiás e do Espírito Santo.

3.2 REITORADO DE LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E SUA RELAÇÃO COM O NDIHR

O paraibano Lynaldo Cavalcanti, que tinha sido Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Universitários do ministério da Educação e Cultura (MEC), no período de 1968 e 1969 e que atuava à época como representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho Deliberativo da SUDENE, foi nomeado e empossado reitor da Universidade Federal da Paraíba, em 1976, ficando até 1978. Durante seu reitorado se destacou nacionalmente pelos projetos empreendidos, chegando a ter um dos maiores orçamentos dentre as universidades públicas federais do país. Para se referir a Lynaldo Cavalcanti, Oliveira (2021, p.3), destaca que:

sua biografia contada a partir das palavras empreendedorismo e gestão inovadora, com longa lista de serviços prestados à gestão pública, inicialmente, na Prefeitura Municipal de Campina Grande como secretário e depois junto a Universidade Estadual

da Paraíba e como mais destaque na Escola Politécnica ligada à Universidade Federal da Paraíba – Campus II – Campina Grande. Conforme relatado pela Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira, como diretor do DAU/MEC, recebeu a proposta do Centro de Documentação Histórica e Regional da Universidade Federal do Mato Grosso e incluiu, no projeto, um congênere para a UFPB. Quando assumiu a reitoria desta Universidade em março de 1976, levava consigo a proposta do núcleo (Oliveira, 2021, p.3).

A experiência prévia do gestor no Departamento de Assuntos Universitários do MEC, seguida de sua nomeação como reitor da UFPB, contribuiu para a implementação do Núcleo. É possível que seu conhecimento sobre os procedimentos administrativos e sua articulação política no MEC tenha possibilitado atrair recursos e investimentos para a execução do projeto de implantação do NDIHR, que ganhou repercussões em diferentes universidades brasileiras. No entanto, é importante destacar que, como gestor, Lynaldo Cavalcanti já havia ocupado outros cargos e funções em sua carreira acadêmica, o que certamente influenciou suas ações como reitor. Por exemplo, ele foi diretor da Escola Politécnica de Campina Grande da Universidade da Paraíba, por dois mandatos, sendo o primeiro, de 1964 a 1967, e o segundo, de 1967 a 1971.

É preciso notabilizar, aqui, que a figura de Lynaldo Cavalcanti foi relevante para que o Núcleo fosse implantado na UFPB. Vejam, em correspondência de 15 de março de 1976, o que Lauro Ribas Zimmer, Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC escreveu ao reitor da Universidade Federal da Paraíba:

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Magnificência, com o objetivo de informar que o “Programa de Pós-Graduação em Engenharia” e o Projeto “Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórica Regional”, conforme sínteses em anexo, foram incluídos oficialmente no Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT), que está sendo negociado para financiamento pelo Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD)²⁶ (BRASIL. MEC/DAU/CODEAI. Ofício nº 869/76, 15 mar. 1976).

De acordo com a correspondência entre o diretor do DAU e o reitor da UFPB, o recém-criado NDIHR foi incorporado ao Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT) com o objetivo de obter financiamento para suas pesquisas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Naquele momento, entretanto, prevalecia entre os pesquisadores a percepção de que estabelecer uma Cooperação Técnica Internacional poderia representar um respaldo ideológico à ditadura, uma posição da qual nenhum intelectual desejava se aproximar.

Em relação à criação do NDIHR, a pesquisadora Margarida Maria Dias de Oliveira, em seu relatório final de pesquisa de pós-doutorado, supervisionado por Marieta de Moraes Ferreira, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, destacou que:

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) foi um projeto iniciado no âmbito do Ministério da Educação em 1975, dentro dos processos de modernização da universidade brasileira. A reforma universitária instaurada pela lei 5.540/68, e consolidada pelas várias ações e diversos projetos e convênios estabelecidos, conduziu docentes, discentes, técnicos e gestores a experiências que, embora não tenham se moldado ao modelo vencedor de universidade, se configuram como vestígios importantes para entendimento dos conflitos e acordos que foram se estabelecendo (Oliveira, 2021, p. 1).

Um exemplo prático do que Margarida Oliveira disse sobre o Núcleo é a reação dos professores da UFPB, quando tiveram contato com o Projeto NDIHR. Alguns se sentiam intimidados e desconfiavam da

²⁶ Essa correspondência tem uma anotação feita à mão, como se o Reitor Lynaldo Cavalcanti tivesse lido a correspondência e pedido para ser repassada a Renato Ortiz, primeiro coordenador do NDIHR.

natureza e dos rumos que esse projeto poderia tomar na universidade, outros acabaram se envolvendo, conforme registrado em um ofício de março de 1976, quando um grupo de professores²⁷ de História do Departamento de Filosofia e História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB, debateu temas relacionados ao NDIHR e escreveu algumas questões sobre a natureza do órgão e enviaram por meio de correspondência, concepções que defendia para o Núcleo, destacando elementos sobre a natureza, a organização e o espírito do projeto:

Dada a natureza, se não única, mas basicamente historiográfica de que se pretende revestir a iniciativa, expressa no referido projeto como uma importante área instrumental da educação superior no sentido específico e ainda no sentido interdisciplinar, como repositório de informações e fontes para outros domínios do conhecimento;

Dada a previsão de organização dos mencionados CDIHR dentro da estrutura universitária, embora de uma maneira autônoma, mas com o aproveitamento dos recursos humanos já existentes nas duas instituições de ensino superior (UFPB e UFMT), além do pessoal vinculado expressamente nos Centros;

Dado o espírito do projeto de promover a manutenção do patrimônio histórico nacional; de incentivar a pesquisa e o interesse historiográfico em bases científicas entre os estudiosos brasileiros; de não duplicar esforços e investimentos em pesquisas já realizadas e de associar a pesquisa ao ensino e aos serviços da comunidade;

Os professores de História do Departamento de Filosofia e História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB houveram por bem acordar sobre determinados pontos referentes à iniciativa em questão:

1º Manifestar seu júbilo diante da mesma (*sic*) e, na expectativa de que ela se concretize, manifestar ainda o seu interesse em

²⁷ O grupo era constituído pelos professores: Rosa Maria Godoy Silveira, Elza Regis de Oliveira, Ivanice Frazão de Lima e Costa, Lourdes de Castro Gomes, José Pedro Nicodemos, Emilia Freire, Diana Soares de Galliza, Marta Melo

particular do empreendimento sem prejuízo de suas atividades docentes na UFPB;

2º Sugerir, na qualidade de integrantes de uma das áreas básicas do empreendimento, um projeto inicial para o trabalho de implantação dos CDIHR (Silveira et al, 1976).

No trecho acima, as ideias apresentadas pelos professores do Departamento de História²⁸ sobre o papel deste órgão, evidenciam a ideia original de que ele funcionaria como um repositório de informações e fontes para outras áreas de conhecimento na universidade. Isso fica evidente no Projeto de Implantação e nos primeiros documentos administrativos, em que NDIHR era referido como CDHIR (Centro de Documentação e Informação Histórico Regional). Contudo, havia também um entendimento de que seria um espaço para pesquisa historiográfica, sobretudo, de História da Paraíba.

Durante sua implantação, em 25 de março de 1976, um coletivo de professores de História da UFPB escreveu ao coordenador do NDIHR expressando suas expectativas e sugestões sobre como imaginavam que os trabalhos deveriam ser conduzidos:

- a) a elaboração dos estatutos dos CDIHR para sua institucionalização jurídico-normativa, onde (*sic*) se delimitaram suas metas, a estrutura organizacional, a dotação financeira etc.;
- b) a fixação como etapa inicial de pesquisa de uma linha essencialmente historiográfica, dada a inexistência de acervo documental organizado e passível de servir de base para a exploração de linhas temáticas previstas no projeto ou outras. [...];
- c) a publicação de uma Revista Científica como órgão difusor das atividades do CDIHR. As publicações iniciais, em sintonia com a etapa de pesquisa prevista no item b acima mencionado, consistiriam de catálogos da documentação encontrada e organizada por épocas históricas, municípios ou arquivos particulares etc.;

²⁸ Silveira, Rosa Maria Godoy, et al. Correspondência ao CDIHR da UFPB, 25 mar. 1976. NDIHR UFPB

- d) o estudo da História da Paraíba especificamente e do Nordeste em geral, no intuito de preparar a equipe interessada em participar do empreendimento para a etapa de prospecção de fontes, ao mesmo tempo de esboçar possíveis e futuras linhas temáticas [...];
- e) o contacto com outras instituições congêneres no Estado da Paraíba e no Brasil, de comprovada experiência na pesquisa historiográfica, para uma fundamentação mais sólida, nesta etapa de implantação dos CDIHR e para sondar possível documentação nelas existente sobre a História da Paraíba (Silveira et al, 1976).

Vale destacar que o Núcleo não funcionava nos centros/departamentos ou nos modelos de pós-graduações ou mesmo seguia o padrão dos modelos atuais de mestrado e doutorado. Esse órgão se estruturou de maneira distinta, contribuindo significativamente para a produção de conhecimento científico e a formação de pesquisadores. A perspectiva dos professores do Departamento de Filosofia e História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB em relação ao NDIHR é contundente nos aspectos de institucionalização, sistematização, publicação e proposição dos trabalhos a serem realizados pelo órgão em sua implementação. O grupo de professores, signatários do documento, sugeriu a elaboração de um estatuto para institucionalizar juridicamente o NDIHR, o que revela uma preocupação com sua legalidade.

Considerando o contexto da Ditadura Militar brasileira, Motta (2014) destaca que, mesmo em períodos de abertura política nas universidades, os professores só confiavam em projetos que fossem devidamente regulamentados e legais. Não encontramos documentos de outros departamentos da UFPB com propostas de trabalho direcionadas ao NDIHR, sugerindo que a disputa sobre como o órgão seria estruturado estava principalmente entre os historiadores, que lideraram e disputaram esse projeto interdisciplinar durante sua fase inicial.

Com base nisso, realça-se que havia um entendimento diversificado do que viria a ser esse órgão na Universidade Federal da Paraíba. O NDIHR poderia ser inserido no conjunto de ações que constituíram

o projeto modernizador defendido pelos militares, assim como ser interpretado dentro da perspectiva da criação de uma comunidade de informações robusta e estratégica pelos governos militares, estruturada a partir de modelos norte-americanos, conhecida como Sistema Nacional de Informações e Contrainformações. Esse conjunto articulado de órgãos da administração direta e indireta tinha como objetivo gerar informações para o governo. Um exemplo é o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei n.º 4.341/1964, composto por uma Agência Central e por agências regionais, distribuídas em vários estados brasileiros. Outro exemplo é o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Cíveis, que era estruturado em Divisões de Segurança e Informação (DSIs) e, posteriormente, subdividido em Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis).

Destacamos o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Cíveis, que era estruturado em Divisões de Segurança e Informação (DSIs) e, posteriormente, subdividido em Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis). Havia também outros órgãos, como os que integravam o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares, que agrupava o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). Outro exemplo é o Subsistema de Informações Estratégicas Militares, que reunia as segundas seções dos estados-maiores do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, além do Departamento de Polícia Federal (Motta, 2014)

Os Centros de Informação eram responsáveis por fornecer dados ao Estado, realizando a vigilância de indivíduos, com foco nos funcionários públicos cíveis; de instituições, com ênfase nos ambientes artísticos e universitários; de movimentos sociais e seus líderes; e de grupos políticos, independentemente de suas atividades serem legais ou ilegais. A Agência Central coordenava as agências regionais e as entidades estaduais de informação e repressão, sendo responsável

pelo processamento final das informações e pela sua transmissão ao ministro-chefe do SNI (Reis, 2000; Motta, 2014; Rodrigues, 2017).

Apesar desse contexto e do possível receio dos professores, não encontramos na documentação analisada, relação do NDIHR com esses órgãos nacionais de informação já mencionados. É importante notar que o termo “centro” foi inicialmente usado nos primeiros meses de sua implantação, mas a expressão “núcleo” começou a ser usada nos documentos devido a diferentes interpretações do que seria um Centro de Documentação e Informação Histórica, em comparação com um Núcleo de Documentação e Informação Histórica²⁹, conforme observado na comunicação do primeiro coordenador com o reitor:

Venho, por meio deste, convidar-lhe (*sic*) a prestar assessoria, durante a semana de 10/05/1976 a 17/05/1976, no projeto de implantação do N.D.I.H.R. que se realiza atualmente em João Pessoa.

Visto que a senhora já colabora atualmente na implantação do Núcleo Histórico de Cuiabá e como o projeto global se desdobra em Mato Grosso e Paraíba, sua presença nos será de maior utilidade.

Peço-lhe também que nos traga o nome da pessoa que trabalha na Biblioteca Nacional e que poderá assessorar o início dos trabalhos de classificação das fontes históricas existentes no Arquivo do Estado. (Ortiz, 1976)³⁰

Percebam que o professor Renato Ortiz, primeiro coordenador do NDIHR, ao fazer uma solicitação ao reitor da UFPB de pagamento das passagens aéreas da professora Célia Camargo de Simone, que tinha sido convidada por ele para assessoria de implantação, refere-se ao órgão como Núcleo, ou seja, entre aqueles que implementaram o projeto, era comum se referir a ele como sendo um núcleo de

²⁹ No capítulo 4, faremos uma discussão sobre as diferenças de concepções de centro e núcleo de informação.

³⁰ Ortiz, Renato. Correspondência ao Reitor da UFPB, 28 abr. 1976. NDIHR UFPB

atividades de pesquisas. É notório que, no período de implantação, há concepções diferentes do que viria a ser o Núcleo de Informação Histórica e de Caráter Regional.

Além da professora Célia Camargo de Simone, que possuía experiência com CDIHR de Cuiabá, foi, também, convidado Júlio De Lamônica Freire para assessorar o projeto “Formação da Rede Urbana” que estava em desenvolvimento na Paraíba. O projeto havia sido elaborado pela arquiteta Ângela Tude de Souza e pelo assessor da reitoria, o professor Oswaldo Sevá. Por conta dessa demanda, Renato Ortiz escreveu ao reitor fazendo solicitações:

Dentro das providências da implantação do NDIHR, tenho a satisfação de enviar, em anexo, a proposta de trabalho sobre “Formação da Rede Urbana”, elaborada pela arquiteta Angela Tude de Souza, do Rio de Janeiro e pelo Professor Oswaldo Sevá, assessor desta Reitoria.

O início dos trabalhos pode ser imediato, dependendo de sua aprovação e, nesse sentido, chamo sua atenção para o item 5 da proposta, onde (*sic*) são descritas algumas providências necessárias.

Trata-se de uma proposta de alcance longo e de valor estratégico para o NDIHR, portanto, quanto maior o apoio que receber de sua parte, mais garantida estará a implantação do Núcleo (UFPB. CCHLA/NDIHR. Ofício nº 004/76, 1976).

É importante destacar que, durante o período de implementação, não só havia solicitações de apoio em termos de consultoria técnica, mas também uma demanda por financiamento deste projeto na UFPB, pois, como já mencionado, o NDIHR tinha sido selecionado para receber financiamento pelo Programa Nacional de Cooperação Técnica e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois era, naquele contexto, uma maneira de adquirir financiamento. No entanto, entre os cientistas brasileiros, predominava a ideia de que a cooperação significava receber “ajuda” e “assistência”. De fato, a situação pós-guerra dos anos 1950 contribuiu para solidificar

essa percepção, já que os Programas de Cooperação Técnica que surgiram advinham de contextos de disputas e divisões ideológicas entre capitalistas e socialistas. Esses acordos, na realidade, traziam consigo interesses políticos, econômicos e culturais que ultrapassam uma “simples” ou desinteressada cooperação financeira, científica e tecnológica, como se esses elementos não implicassem em conceitos sobre a prática científica e as utilidades e funções das tecnologias.

É notável observar que, apesar dessa visão sobre cooperação técnica ser predominante entre pesquisadores e intelectuais, foi por meio de um projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a Unesco que o NDIHR foi estabelecido e visualizamos, nesta experiência, atividades e ações que criam ranhuras no que poderia ser a transposição de modelos acriticamente. Em novembro de 1976, Lynaldo Cavalcanti comunicou ao Secretário Executivo da Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas - CNPU, informando sobre um projeto de pesquisa:

A Universidade Federal da Paraíba está iniciando uma política científica cuja tônica principal é o trabalho de elaboração e compreensão de temas regionais relevantes, conferindo-lhes, ao mesmo tempo, o necessário aprofundamento nas características locais e conjunturais, e a universidade e o vigor que são próprios de uma atividade científica moderna e responsável.

Dentro deste espírito, tomamos uma série de medidas, como a criação de um Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, a partir de um projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a UNESCO conforme o material anexo. Neste programa de pesquisa, definimos, como uma de suas linhas temáticas, a formação da rede urbana regional. Paralelamente estamos reforçando nossos quadros nas áreas de Ciências Sociais, Geografia, História e Arquitetura com a finalidade de fazer do desenvolvimento urbano uma das grandes preocupações acadêmicas e científicas desta Universidade.

Para iniciar esta linha dentro de nossos programas, estamos em fase de montagem de uma equipe de geógrafos, arquitetos

e historiadores, com alunos de graduação na forma de estagiários, e com a consultoria periódica do Prof. Manuel Correia de Andrade, coordenador do Mestrado em Geografia da vizinha Universidade Federal do Pernambuco (UFPB. Gabinete do Reitor *(sic)*). Ofício n.º 640/76-R/GR-02, nov. 1976).

É evidente que as iniciativas do reitor se baseavam consistentemente em um pressuposto fundamental: a política científica. A ênfase principal deste aspecto é o esforço dedicado à elaboração e à compreensão de temas regionais significativos, proporcionando-lhes simultaneamente um estudo detalhado das peculiaridades e circunstâncias locais. Em depoimento concedido ao Projeto História da UFPB, em 12 de setembro de 1990, ao ser perguntado sobre as dificuldades encontradas ao assumir a Reitoria, Lynaldo Cavalcanti disse que:

o povo chamava palavra-chave, era “regionalização” e abaixo disso era “interiorização”, “descentralização”, “integração” e... tinha o outro que eu não me lembro agora, mas o fato é que tinha essas diretrizes básicas né... e “diversificação”. Se vocês examinarem o que eu fiz na Reitoria, tudo o que eu fiz e vocês vão encontrar varia aí, por que que a Universidade interiorizou-se (*sic*)? Eu não sabia como ia interiorizar, mas queria interiorizar e nunca imaginei chegar como cheguei. Vinha com essa ideia de mobilizar. Eu nunca imaginei que chegasse em Cajazeiras né (vozes ao fundo e risos)... Então, eu tinha essas diretrizes básicas da gestão e tinha depois as palavras-chaves (*sic*), que eram alimentos, mineração, informação e documentação histórica regional, um conjunto de coisas que eu achava que a Universidade entrando naquilo ali, por exemplo alimento, a Universidade nunca tinha entrado e para entrar tinha que entrar de uma forma integrada, não podia ser porque alimento não era farmácia, nem era agronomia, nem era química era um conjunto disso aí. E aí a gente ver a questão da interdisciplinaridade nessas diretrizes eu coloco interdisciplinaridade como integração, integração horizontal, integração vertical etc, a acuração da pós-graduação no caso. Então, tinha essa posição de que a Universidade teria que se expandir né, e eu dizia muito isso na CAPES, eu dizia: “Professor Darci, se

prepare porque a Universidade paraibana vai ser o quarto pólo de pós-graduação na região, doe em quem doa, com ou sem CAPES” (Albuquerque, 1990, lado A).

As concepções que fundamentavam as ações executadas por Lynaldo Cavalcanti, principalmente no que se refere à pesquisa e à produção de conhecimento, podem ser evidenciadas na prática da interdisciplinaridade, incluindo as premissas “regionalização”, “interiorização”, “descentralização”, “integração” e “diversificação” para qualquer atividade científica que fosse realizada no órgão. Fica notório que, por onde ele passava, defendia tais concepções. Também pode ser observada, em seu discurso de posse de Lynaldo Cavalcanti como presidente do CNPq, a concepção que ele tinha sobre o desenvolvimento científico e tecnológico:

sem perder de vista o sentido da indispensável autonomia no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, postulamos a mais ampla cooperação internacional. Sob diversas formas, buscaremos o treinamento de nossos recursos humanos, como a vinda de técnicos estrangeiros, no entendimento de que um programa apropriado de adaptação e absorção de tecnologias é um dos meios mais econômicos e rápidos para queimar etapas e reduzir a dependência em relação aos países desenvolvidos. Enfatize-se, ainda, o sentido de intercâmbio com diferentes países cooperantes e as negociações mais abrangentes com aqueles de desenvolvimento semelhante ao nosso (Albuquerque, 1990).

Deste modo, o professor e reitor Lynaldo Cavalcanti contribuiu de maneira incisiva para o modelo de pesquisa adotado no Núcleo de pesquisa. As perspectivas intelectuais e os argumentos em defesa de um conceito particular de universidade, de ciência e de produção de conhecimento estavam relacionados intrinsecamente à sua identidade de pesquisador, esboçada em um modelo de pesquisa aplicado no NDIHR que, entretanto, não era comum nas instituições de ensino superior do Brasil daquele momento. Ele tinha uma concepção de

que a ciência estava integrada e era integradora a toda ação da universidade e, naquele contexto, encaminhava-se no sentido contrário, que era o da especialização, ou seja, outro modelo de pesquisa para pós-graduação estava sendo orquestrado, aos moldes norte-americanos.

3.3 PESSOAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS/ ACADÊMICOS NA FASE DE IMPLANTAÇÃO DO NDIHR

Apresentaremos a infraestrutura científica do NDIHR nos seus primeiros anos de funcionamento, associando pessoas e processos. Essa escolha se dá em função de que, na primeira fase do Núcleo, não havia um modelo de estrutura científica a ser implantado. Como qualquer iniciativa em fase de implementação, a estruturação de um centro de pesquisa exige investimentos em recursos e pessoas para que a proposta, inicialmente registrada em formato de plano, possa ser concretizada. Com o NDIHR, não foi diferente. Havia um esboço inicial encaminhado para a UFPB, contendo as intenções e os objetivos a serem alcançados no âmbito da universidade. Como órgão de pesquisa, especializado em documentação histórica do estado da Paraíba e da região Nordeste do Brasil, além de atuar como produtor de informações históricas, o Núcleo foi se estruturando a partir de uma rede de relações políticas e acadêmicas capaz de gerar conhecimento científico sobre problemas regionais.

Portanto, apresentaremos os profissionais que integraram a coordenação do Núcleo entre 1976 e 1980. Em seguida, daremos destaque aos processos e aos atores relevantes na construção dos projetos de pesquisa do NDIHR, por entendermos que não havia estabelecido no projeto de implantação um organograma de quadro de funcionários, de pesquisadores ou até mesmo uma hierarquia acadêmica estabelecida. O propósito é que compreendamos a estrutura científica do Núcleo, por meio de uma narrativa que articule recursos

humanos, projetos, recursos materiais e parcerias como elementos constitutivos de uma infraestrutura científica.

No Projeto de Implantação, em um breve panorama apresentado sobre a pesquisa histórica brasileira, no que diz respeito aos recursos humanos dedicados ao trabalho historiográfico, havia ali uma preocupação com a formação de quadros profissionais constituídos por brasileiros que pudessem se dedicar e serem reconhecidos pelo trabalho de produção de conhecimento histórico regional. Neste sentido, os recursos humanos da historiografia brasileira, daquela época, eram

formados quase de maneira autodidata, através de iniciativas heroicas e da extrema dedicação de algumas dezenas de historiadores, muitos deles profissionais de outras áreas e que começaram a trabalhar no assunto como amadores. São muito poucas as pessoas da área com qualificação e informação técnica a respeito do manuseio dos documentos, e isso requer prática longa e atualização internacional. E, principalmente, há enormes dificuldades na formação de grupos e equipes que se comprometam, nas instituições, a fazer trabalhos de prazo maior, de vários anos. Dada a dimensão temporal da pesquisa, descrita anteriormente, vê-se que essa dificuldade chega a bloquear totalmente iniciativas mais complexas e mais relevantes, ficando os grupos sempre com caráter transitório e instável, prejudicando a continuidade e a sistematização da produção científica.

Ressalte-se, para finalizar este rápido quadro da pesquisa histórica brasileira atual, as disparidades entre as condições de trabalho dos pesquisadores nacionais e estrangeiros. Na última década, avolumou-se elusivo a produção de ensaios, em geral bem documentados, sobre várias fases e aspectos da história brasileira, escritos por norte-americanos e europeus, que já começam a ser designados por “brazilianists”. Segundo depoimentos dos pesquisadores brasileiros, os estrangeiros chegam munidos de credenciais que abrem portas normalmente fechadas, aos próprios brasileiros, com apoio financeiro e profissional de suas instituições de origem e, com prazos de permanência de alguns semestres, voltam para Europa e a América do Norte, fartamente equipados para produzir seus trabalhos, os quais leremos, aqui

no Brasil, anos depois, em línguas estrangeiras, ou em casos mais raros, traduzidos para o português (NDIHR, 1975, p. 6-7).

Dada a dificuldade de mão de obra qualificada e disponível para efetivar o Projeto NDIHR na Universidade Federal da Paraíba, buscou-se profissionais brasileiros, formados em outras universidades do país e até mesmo em outros países. Segundo Moraes (2012), o NDIHR contou com dois coordenadores e quatro vice-coordenadores durante o período de implementação: Renato José Pinto Ortiz³¹ do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, formado em sociologia pela *Université Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis* na França, sendo esse o primeiro coordenador, e Rosa Maria Godoy Silveira do Departamento de Filosofia e História da UFPB, formada pela USP - São Paulo, a primeira vice-coordenadora, oriundos de uma formação acadêmica francesa e brasileira, respectivamente.

Após a saída de Renato Ortiz, a pedido, permaneceu como coordenadora a professora Godoy³² até 1982, a qual dividiu a coordenação do Núcleo com Ivanice Frazão de Lima e Costa³³ do Departamento de Filosofia e História, no período de 10 agosto de 1976 a setembro de 1977. A nova gestão passou a contar com a vice-coordenadora, a pesquisadora Maria Antonia Alonso de Andrade, que ficou de novembro de 1977 a maio de 1980. E por último, assumiu a vice-coordenação o pesquisador Claudio Antonio Gonçalves Egler³⁴ entre junho de 1979 a julho de 1981.

³¹ Portaria nº. 628 trata da dispensa das funções de coordenador do NDIHR, a pedido do professor Renato Ortiz em 29/06/1976.

³² Portaria nº. 629 de 29/06/1976, Rosa Godoy assumiu a Coordenação do NDIHR.

³³ Portaria nº. 651 de 10/08/1976, Ivanice Frazão assume a vice-coordenação do NDIHR.

³⁴ Portaria R/DP/Nº. 513 de 15/06/1979, nomeando Cláudio Egler vice-coordenador do NDIHR.

Nos primeiros meses de atividade, de março a dezembro de 1976³⁵, o NDIHR estava em processo de formação de seu quadro de pessoal, composto por indivíduos que desempenhavam funções administrativas e aqueles que assumiam o papel de pesquisadores. Embora não houvesse recursos disponíveis para a contratação de todo o quadro necessário, a visão política do reitor Lynaldo Cavalcanti, aliada à coordenação do Núcleo, contribuiu para a implementação de ações que suprissem essa carência de recursos.

A professora Rosa Maria Godoy destacou-se pela sua longa permanência como coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação. Apesar de não ter sido a primeira a ocupar essa posição - função inicialmente desempenhada pelo professor Renato Ortiz, pioneiro no processo de implantação - foi ela quem ajudou a estabelecer e fortalecer o papel do coordenador neste recém-criado órgão de pesquisa na UFPB. No início das operações em 1977, o NDIHR recebeu uma comunicação³⁶ do Vice-Diretor da Fundação Educacional do Estado do Ceará, o professor Francisco de Assis Pitombeira, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Ele informava a publicação de um Guia do Arquivo Histórico da Diocese de Limoeiro do Norte - CE, e isso evidencia que a coordenação mantinha um diálogo constante com várias instituições e organizações fora do contexto universitário. A título de exemplo, segue um tipo de informação que era recebida pelo NDIHR durante sua fase inicial de implantação:

³⁵ Neste mesmo ano, que corresponde à implantação do NDIHR, estavam também em discussão os problemas da Pós-Graduação em História e Historiografia Brasileira. No relatório do MEC (DAU), datado de 1976, consta a informação de uma reunião acontecida no FUB, referente ao processo 0826/76, em Brasília, com 200 participantes, durante os dias 08 a 12/11/76, no qual o assunto faz parte da pauta. Essa informação é importante para entendermos que a pós-graduação no Brasil já era uma realidade e que, mesmo em seu início, já apresentava problemas.

³⁶ Pitombeira, Francisco de Assis. Correspondência ao NDIHR da UFPB, 07 jan. 1977. NDIHR UFPB

Temos a satisfação de passar às mãos de V.Sa. um exemplar do –Guia do Arquivo Histórico da Diocese de Limoeiro do Norte – CE”, elaborado por um dos nossos professores, e impresso com o nosso patrocínio.

Trata-se de um trabalho de pesquisa histórica levada a efeito pelo Professor Elmo Vasconcelos, do Departamento de Ciências Sociais de nossa Faculdade, nos Arquivos da Cúria Diocesana. O referido arquivo guarda documentos históricos muito importantes para nossa região. Sendo V. Sa. uma autoridade no assunto, estamos lhe enviando este exemplar. Certo de que V. Sa. dispensará à publicação benevolente atenção, apresentamos atenciosas saudações (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO CEARÁ. Correspondência, 7 jan. 1977).

Destacam-se dois elementos nesta correspondência, que são a articulação política em menos de um ano de implantação do órgão e a referência à professora Rosa Godoy como autoridade no assunto de arquivos. Em pouco tempo, a notícia de que o NDIHR estava preocupado com a localização da informação histórica regional, já movimentava instituições e pessoas em prol da criação de uma rede de informação e como essa rede ajudou na condução das pesquisas empreendidas pelo NDIHR, ao tempo que o estabelecimento de parcerias políticas com diversos órgãos, ajudava na elaboração de políticas de parcerias universitárias.

Além dos coordenadores, na fase de implementação, é relevante destacar a contribuição do professor Oswaldo Sevá, que atuou como conselheiro do reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sevá trouxe consigo sua vasta experiência adquirida ao trabalhar com Lynaldo no Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com a ascensão de Lynaldo à posição de reitor, Sevá, a convite deste, optou por se mudar para a Paraíba, onde passou a desempenhar novos papéis, incluindo o de assessor da reitoria e o de professor de Engenharia na UFPB.

Enquanto atuava como assessor, Sevá realizava leituras antecipadas das correspondências com o intuito de discutir temas e relações

institucionais que demandam a atenção do reitor. As cartas recebidas no gabinete, frequentemente contendo pedidos e necessidades, eram direcionadas por Sevá aos setores e às organizações apropriados. Essa atribuição, desempenhada em parceria com Lynaldo Cavalcanti, transcendia a esfera meramente administrativa, configurando-se como um exercício de estabelecimento de conexões, visando articular a universidade com as demandas da sociedade e, em última instância, fortalecer a capacidade de resposta e relevância da instituição no âmbito comunitário em que se inseria. Por exemplo, diversos registros arquivados no NDIHR incluem anotações manuscritas efetuadas pelo reitor, solicitando encaminhamento ao coordenador do NDIHR, como ilustrado por esta correspondência³⁷ da Diretora do Centro de Estudos Mineiro (CEM) endereçada ao reitor da UFPB:

O Centro de Estudos Mineiros, órgão de pesquisa e extensão vinculada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, promoverá, em agosto de 1977, o 6º Seminário de Estudos Mineiros como parte das comemorações do cinquentenário da UFMG.

O tema do Seminário é Minas Gerais de 1889 a 1930, tema ainda pouco explorado na historiografia mineira. Os interessados em participar do seminário, que terá caráter exclusivamente acadêmico, deverão apresentar, até o dia 31 de maio de 1977, monografia referente ao tema, com um mínimo de vinte páginas datilografadas em espaço dois.

A participação será assegurada aos pesquisadores e professores que comunicarem sua adesão, por escrito, até 15 de março de 1977 (Centro de Estudos Mineiros, 1977).

Ao receber a carta circular, é provável que os responsáveis tenham imediatamente ponderado a qual setor da universidade ela estaria associada, analisando cuidadosamente o conteúdo para compreender

³⁷ CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS (UFMG). Circular nº 1/77, 3 jan. 1977. Correspondência enviada ao NDIHR/UFPB. Arquivo do NDIHR/UFPB

sua relevância e impacto. Já tinham em mente as possíveis ações que essa atividade poderia beneficiar o mencionado setor, avaliando como os recursos, as informações ou as orientações contidas na carta poderiam ser aplicados de forma eficiente dentro da estrutura acadêmica. Esse processo de análise não era feito de maneira superficial; pelo contrário, envolvia um entendimento profundo das necessidades e prioridades da universidade, bem como do funcionamento interno dos seus departamentos.

Eles direcionavam os documentos às entidades adequadas, identificando com precisão qual seria o melhor destinatário para que a comunicação fosse eficaz e atingisse o público correto. Essa prática garantia que as informações chegassem às mãos certas, evitando perdas ou atrasos que poderiam comprometer o andamento das atividades acadêmicas. Além disso, explicavam a razão do envio, muitas vezes escrevendo uma nota à mão no próprio documento, o que conferia um toque pessoal e demonstrava o cuidado e a atenção dedicados a cada processo. Esse detalhe, aparentemente simples, refletia a organização e o comprometimento da equipe responsável pela gestão documental da universidade.

Um exemplo claro dessa prática pode ser observado no caso do Centro de Estudos Mineiro, em que o reitor escreveu cuidadosamente o nome da coordenadora Rosa Godoy, o nome do órgão e do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Ele solicitou que o documento fosse enviado e logo abaixo do pedido, assinou pessoalmente, o que conferia autenticidade e formalidade ao processo. Essa ação não apenas facilitava a identificação do destinatário correto, mas também reforçava a importância da comunicação interna e do respeito às hierarquias institucionais.

Vale destacar que essa organização e atenção aos detalhes só poderiam ser realizadas por alguém que tivesse pleno entendimento dos objetivos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, cuja missão era preservar, organizar e disseminar o patrimônio documental da região, garantindo que as informações fossem

acessíveis e utilizadas de maneira adequada para fins acadêmicos, culturais e administrativos. O conhecimento específico sobre as funções e responsabilidades de cada setor da universidade permitia que as ações fossem planejadas e executadas com precisão, promovendo a integração entre diferentes departamentos e fortalecendo a rede de comunicação interna.

Além disso, a atuação do Núcleo de Documentação Histórica Regional era fundamental para a construção da memória institucional, pois, ao organizar e encaminhar documentos importantes, contribuía para a preservação da história da universidade e da região em que estava inserida. Esse trabalho minucioso e dedicado assegurava que as informações não se perdessem com o tempo, servindo como base para pesquisas futuras e para a valorização do patrimônio universitário. Portanto, o processo de recebimento, análise, encaminhamento e registro das cartas circulares não era apenas uma rotina administrativa, mas era uma atividade estratégica que envolvia conhecimento especializado, responsabilidade e um compromisso com a missão da universidade. Através dessa prática, garantiam que as comunicações internas fossem claras, eficazes e alinhadas aos objetivos institucionais, fortalecendo o funcionamento eficiente da universidade como um todo.

Outra prática registrada no núcleo, encontrada por meio de um ofício administrativo do acervo documental, exemplifica uma solicitação de um funcionário da Caixa Econômica Federal, cuja especialidade e conhecimentos eram considerados importantes para a pesquisa embrionária do Núcleo. O reaproveitamento de servidores públicos, que exerciam suas funções em outros órgãos federais e estaduais, para integrar as equipes de pesquisa, revela a concepção do NDIHR de que os membros dessas equipes precisavam ter saberes e habilidades que contribuíssem para o trabalho efetivo dos projetos a que estivessem vinculados.

Dois movimentos de composição das equipes podem ser observados no processo inicial de formação dos primeiros quadros de

pesquisadores do NDIHR. O primeiro envolvia o recrutamento de pesquisadores provenientes de universidades brasileiras, com experiência em pesquisa acadêmica. O segundo consistia na seleção local de professores da universidade de diferentes cursos, estudantes de graduação, professores da educação básica e pessoas interessadas em pesquisa, que conhecessem a realidade investigada a partir de sua atuação profissional.

Para o Núcleo, era fundamental unir pesquisa e ensino, um objetivo que só poderia ser alcançado pela harmonização das atividades dos profissionais que atuavam tanto no Núcleo quanto nos departamentos de ensino da universidade. É importante destacar que, durante esse período, não havia concursos públicos para a admissão de professores permanentes na universidade e as contratações eram realizadas especificamente para funções e projetos determinados.

Existe registro de solicitações do coordenador do Núcleo pedindo a liberação de parte da carga horária dos professores para que pudessem se dedicar às atividades de pesquisa do NDIHR. Em alguns casos, essas solicitações eram atendidas, mas sempre que surgia a oportunidade de revogar essa concessão, tal medida era tomada. Correspondências de Centros e Departamentos buscavam informações sobre a distribuição de tempo dos professores e a possibilidade de redirecionar as horas dedicadas à pesquisa para o ensino no departamento de origem. Na cultura universitária daquele contexto, predominava a ideia de que o professor deveria focar no ensino, não na pesquisa. Por outro lado, no Núcleo, havia a defesa da conciliação dessas atividades, com o entendimento de que elas se retroalimentam.

Os interesses pessoais dos pesquisadores não eram determinantes nas investigações, mas sim os objetivos e as prioridades do próprio Núcleo. Alguns pesquisadores que pretendiam continuar seus projetos pessoais de pesquisa solicitaram desligamento das equipes às quais pertenciam. Por outro lado, outros justificaram sua permanência nas equipes ao demonstrar que seus projetos pessoais

eram, na verdade, uma extensão das investigações que estavam desenvolvendo no Núcleo.

O exemplo a seguir demonstra, de algum modo, como se organizavam a pesquisa, os pesquisadores, os problemas, os desafios e as potencialidades desse período inicial, bem como a formação do quadro profissional da entidade. Em fevereiro de 1979, Dora Isabel Paiva da Costa escreveu à coordenadora do NDIHR, a fim de explicar os motivos pelos quais havia decidido sair da equipe responsável pela linha temática *Relações Comerciais da Paraíba com o eixo Rio-São Paulo*.

Minha saída da temática “Relações Comerciais da Paraíba com o eixo Rio-São Paulo” pretende-se a (*sic*) razões pertinentes ao próprio sistema bem como pelo andamento de trabalho estabelecido pela equipe que, nos últimos tempos, não correspondia às minhas expectativas.

Eis os motivos: 1º O esvaziamento da equipe – A equipe de trabalho na metade do segundo semestre do ano de 1978 tornou-se um vazio em atividades e pessoas, tudo em vista de que os trabalhos desenvolvidos se esvaziavam a cada dia e os encontros entre os membros para trabalho em conjunto tornaram-se difíceis e ocasionais. Acredito que grande parte desse esvaziamento se deu motivado pelo acúmulo de atividades desempenhadas por alguns membros da equipe. Três deles, na época, estiveram muito envolvidos com outros trabalhos paralelos, o que veio progressivamente aumentar esse esvaziamento.

2º Indefinição metodológica – Estudos vinham sendo realizados desde o início de 1978 objetivando uma definição referente à linha metodológica que deveria ser trilhada. Na verdade, após 9 meses, a contar de março a dezembro, não se chegou sequer a alguma conclusão sobre metodologia. Discussões não faltaram. Uma intensiva série delas foram levadas a efeito durante o primeiro semestre do ano citado. Ainda no final deste mesmo ano, a coordenação da equipe me pedia para realizar leituras no campo da historiografia paraibana e fazer fichamentos dos assuntos que se prestavam como objeto de estudo. Essa bibliografia, que deveria ser trabalhada por mim, parecia-me bastante

abrangente, esparsa e sentia que o tema em estudo carecia de uma urgente delimitação sob pena de eu me perder por completo. Entretanto, mesmo entre muitas perguntas e discussões com a coordenação da equipe o inevitável aconteceu. Hoje, vejo com clareza que faltava esta delimitação tão necessária ao estudo do tema e entendimento sólido dos objetivos do trabalho de pesquisa. (Costa, 1979)

Destacamos dois elementos importantes do trecho da correspondência da pesquisadora Dora Isabel Paiva da Costa à coordenação do NDIHR: o esvaziamento da equipe e a indefinição metodológica. O primeiro elemento indica a existência de equipes formadas, mas, segundo a avaliação da pesquisadora, houve uma redução no número de membros devido à sobrecarga de trabalho dos pesquisadores. Isso relegou as atividades de pesquisa do Núcleo a um segundo plano e limitou os encontros para trabalhos colaborativos. O segundo elemento está relacionado à incerteza metodológica, sugerindo que os pesquisadores do NDIHR ainda estavam em fase de elaboração de uma metodologia própria. Essa ambiguidade metodológica foi um desafio para Isabel Costa, levando-a a tomar a decisão de deixar a equipe de pesquisa. Essa situação levanta a possibilidade de que a forma de se pesquisar, de realizar leituras historiográficas e de construir relatórios de pesquisas tenha sido construída de maneira diferente das abordagens convencionais adotadas em outros locais de produção de conhecimento histórico na época.

Na mesma correspondência, Dora Isabel Paiva da Costa compartilhou suas impressões sobre os motivos que a impediram de continuar trabalhando na linha temática especificada, relatando que:

[...] se tivesse redigido pelo menos um projeto e eu pudesse ter tido uma compreensão mais global e profunda do tema proposto jamais teria deixado a equipe.

Por que “Município e Poder no Estado da Paraíba” – No final do ano passado, tive contato com a Profa. Neiliane Maia e ela, por sua vez, falou-me da ideia de realizar um trabalho de

pesquisa que logo no princípio me despertou grande interesse por ter envolvimento em estudos pertinentes às oligarquias e aos grupos políticos locais. Além do mais, pensava eu, então, que seria um trabalho no qual eu teria oportunidade de participar efetivamente desde sua fase mais embrionária até seu completo amadurecimento. Isto sem contar que seria um trabalho de proporções bem menores em relação à temática “Relações comerciais da Paraíba com o eixo Rio-são Paulo”, o que seria, sem dúvida, mais fácil de se abraçar.

Neste momento, considero-me totalmente engajada no projeto de pesquisa “Município e Poder no Estado da Paraíba”, tendo em vista ter participado desde a fase preliminar de leituras e discussões de textos, até mesmo a elaboração do projeto.

É de se estranhar o fato de que se tenha elaborado o projeto no qual estou envolvida em apenas dois meses, incluindo leituras discussões, e a temática “Relações Comerciais da Paraíba com o eixo Rio-São Paulo” não tenha sequer definido metodologia e elaborado projeto depois de praticamente um ano de discussões e leituras (Costa, 1979).

Do trecho em análise, destacamos duas expressões: a primeira, “trabalho de pesquisa”, e a segunda, “interesse em se envolver em estudos”. A respeito da primeira, podemos inferir que havia entre os pesquisadores do Núcleo a concepção de que a pesquisa era entendida como trabalho, o que exigia a existência de condições básicas para a efetiva produção de conhecimento histórico. Já a segunda expressão reflete a visão de Dora Isabel Costa sobre a necessidade do pesquisador se engajar profundamente com o objeto de estudo, garantindo, assim, que ele mantivesse o interesse na pesquisa. Para ela, esse envolvimento era imprescindível, pois ajudava o pesquisador a perseverar, o que, naquele momento, não ocorreu com ela.

Ao referir-se a outro projeto de pesquisa do NDIHR, “Município e Poder no Estado da Paraíba”, a signatária destacou três elementos fundamentais na fase de elaboração de um projeto de pesquisa: as leituras, as discussões de textos e a elaboração do projeto. Segundo

a pesquisadora, seu envolvimento como integrante do Núcleo e sua permanência nesse projeto foram resultado de sua participação em todas as etapas da pesquisa histórica, desde a concepção do projeto até sua efetiva realização.

A experiência de Dora Isabel Costa em dois projetos distintos do NDIHR, um focado em “Relações Comerciais da Paraíba com o eixo Rio-São Paulo” e outro intitulado “Município e Poder no Estado da Paraíba”, demonstra que, durante a fase de implementação, havia diferentes concepções de pesquisa e trabalho em equipe no Núcleo. Essas divergências geraram variadas experiências de engajamento entre os membros. Existia uma disputa por diferentes metodologias de pesquisa, evidenciando a diversidade de ideias e perspectivas entre os pesquisadores.

Desse modo, na descrição feita por Dora Isabel Costa sobre sua participação em ambos os projetos, percebemos uma variação em seu nível de envolvimento. Em um dos projetos, ela esteve envolvida apenas na execução das atividades, enquanto no outro projeto, participou desde a concepção até a sua implementação. Isso evidencia que, apesar do trabalho colaborativo de pesquisa dentro do NDIHR, nem todos os membros estavam envolvidos em todas as etapas do processo, conforme planejado pelo Núcleo.

No geral, os pesquisadores que constituíam as equipes de trabalho do Núcleo eram oriundos da própria Universidade Federal da Paraíba, advindos dos departamentos, conforme podemos observar na comunicação realizada pela coordenação do NDIHR para o Chefe de Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, em 01 de outubro de 1976:

Com vistas à implantação em nossa Universidade do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, projeto a ser desenvolvido com participação interdepartamental dos docentes da UFPB, tendo em vista a natureza do empreendimento e a necessidade em Ciências Humanas e Sociais e dado o caráter regional do órgão bem como a sua proposta de atividades em

torno de linhas temáticas, conforme projeto de criação do NDIHR, em anexo, e dada a necessidade específica de homogeneizar as equipes de trabalho do NDIHR, dado o caráter interdisciplinar propostos para as mesmas (*sic*):

vimos solicitar a V. Sa. a forma de participação do Departamento de Economia nos trabalhos previstos para o Núcleo, participação esta que, em preliminar, poderia consistir na designação de dois a três economistas do quadro docente desse Departamento, para integrarem o grupo de especialistas que está sendo constituído para desenvolvimento de projeto; e paralelamente, estudando outros níveis de participação do Departamento junto ao NDIHR. (UFPB. CCHLA/NDIHR. Ofício nº 76/76, 1976)

Essa iniciativa tinha como objetivo não apenas fortalecer a instituição, mas também promover uma integração mais profunda entre os diferentes departamentos acadêmicos, valorizando a expertise específica de cada área do conhecimento. A decisão de utilizar o corpo docente já existente na Universidade Federal da Paraíba refletia uma estratégia para potencializar os recursos humanos disponíveis, assegurando que o NDIHR pudesse contar com profissionais qualificados e familiarizados com as demandas regionais e nacionais.

Além disso, a implementação do sistema departamental, conforme estabelecido na reforma universitária de 1968, representou uma mudança significativa no modelo de organização do ensino superior no Brasil. Embora o Núcleo não fosse um departamento, muito menos um programa de pós-graduação, ele se relacionava com essas estruturas universitárias vigentes no momento, que também influenciaram na constituição de sua infraestrutura científica.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, além de reunir pesquisadores, especialistas e estagiários no processo de pesquisa, também construiu uma rede de contatos e informações essenciais para a realização de seu trabalho. No final do primeiro ano de implantação, em 10 de dezembro de 1976, a coordenação do Núcleo, por meio do Ofício 128/76, fez contato com Wilson Nóbrega

Seixas, que possuía documentação relevante, especialmente aquela referente aos cartórios do município de São João do Cariri, PB, para tratar do acesso a essa documentação cartorial:

Estando o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal da Paraíba, em processo de implantação e tendo como uma de suas metas prioritárias o levantamento documental dos arquivos cartoriais da Paraíba, a fim de preservar e permitir a reconstituição do passado regional, e sabendo que V.S^a. é um dos renomados pesquisadores locais, dedicado que se tem aos assuntos Paraíba, nós, com grande esforço e mérito:

vimos, mediante este documento, solicitar a sua colaboração ao (*sic*) nosso trabalho, facilitando o acesso à documentação de que é possuidor, especialmente aquela referente aos cartórios do município de São João do Cariri. Na oportunidade, faz-se intermediária e pesquisadora do NDIHR nesta atividade a Prof.^a DIANA SOARES DE GALLIZA, responsável pelo arrolamento da documentação cartorial. Contando com o alto espírito público de V. S^a., reiteramos nossos agradecimentos e votos de estima e consideração (UFPB. CCHLA/NDIHR. Ofício nº 128/76, 1976).

Em qualquer pesquisa de caráter histórico, quando o pesquisador possui informações sobre onde encontrar as fontes que possam auxiliá-lo na operação historiográfica, ele tem melhores condições de prosseguir com seu projeto, formulando problemas históricos coerentes e que possibilitem respostas adequadas às suas questões. Caso o pesquisador tenha acesso a um acervo documental ainda em processo de organização, ele pode aproveitar essa etapa para realizar um inventário e formular novas questões históricas.

O Núcleo desempenhou esse papel ao funcionar tanto como uma agência de pesquisa histórica quanto como um espaço de formação de pesquisadores, sendo fundamental na mediação entre o pesquisador e o acervo documental. Um exemplo disso é o caso da professora Diana Soares de Galliza, que foi indicada como

intermediária e pesquisadora do NDIHR, vindo a ser a responsável pelo arrolamento da documentação cartorial. Em 26 de novembro de 1976, o reitor da Universidade Federal da Paraíba, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, encaminhou ao Secretário Executivo da Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU) um projeto de pesquisa do NDIHR, consultando-o sobre o interesse de se tornar assessor do Núcleo, ao mesmo tempo em que propunha a celebração de um convênio financeiro:

A Universidade Federal da Paraíba está iniciando uma política científica cuja tônica principal é o trabalho de elaboração e compreensão de temas regionais relevantes, conferindo-lhes, ao mesmo tempo, o necessário aprofundamento nas características locais e conjunturais e a universalidade e o vigor que são próprios de uma atividade científica moderna e responsável.

Dentro deste espírito, tomamos uma série de medidas, como a criação de um Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, a partir de um projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a UNESCO, conforme o material anexo. Neste programa de pesquisa, definimos como uma de suas linhas temáticas a Formação da Rede Urbana Regional. Paralelamente, estamos reforçando nosso quórum nas áreas de Ciências Sociais, Geografia, História e Arquitetura, com a finalidade de fazer do desenvolvimento urbano uma das grandes preocupações acadêmicas e científicas desta Universidade.

Para iniciar esta linha dentro de nossos programas, estamos em fase de montagem e ampliação de uma equipe de geógrafos, arquitetos e historiadores, com alunos da graduação na forma de estagiários, e com a consultoria periódica do Prof. Manuel Correia de Andrade, coordenador do mestrado em Geografia da vizinha Universidade Federal de Pernambuco. A referida equipe concebeu e preparou o projeto que tenho prazer de lhe enviar para avaliação de sua assessoria. Para acompanhar a avaliação inicial, como representante, o prof. Oswaldo Sevá, meu assessor.

Havendo interesse e concordância por parte da Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas – CNPU, celebraremos

um convênio para que fosse financiado pelo seu programa de pesquisas o montante de CR\$ 831.000,00 (OITOCENTOS E TRINTA E UM MIL CRUZEIROS) conforme o orçamento descritivo no projeto, para o período abril/77 a setembro/78 (UFPB. Gabinete do Reitor (*sic*). Ofício nº 640/76-R/GR, 1976).

Com base na correspondência trocada entre o reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e o Secretário da CNPU, destaca-se a atenção dedicada às áreas de conhecimento e aos profissionais envolvidos no projeto de pesquisa. A equipe mencionada pelo reitor era composta por especialistas de quatro campos distintos: Ciências Sociais, Geografia, História e Arquitetura. Entre os profissionais, encontravam-se geógrafos, arquitetos e historiadores, juntamente com estudantes de graduação desempenhando funções de estagiários e consultores periódicos. Adicionalmente, havia também profissionais prestando serviços de assessoria ao NDIHR, como exemplificado por Manuel Correia de Andrade.

Outro exemplo importante para compreender a formação do quadro de pesquisadores do núcleo foi a contratação de Uma Sati, formada em História pela Universidade de Indiana. Esse caso mostra outra forma de recrutamento de pesquisadores no começo do NDIHR. Em 15 de dezembro de 1976, a coordenação do NDIHR enviou um pedido formal ao reitor da Universidade Federal da Paraíba mostrando interesse em ter profissionais qualificados para fortalecer as pesquisas, demonstrando preocupação com a qualificação técnica que deveria ter as equipes de trabalho:

Estando o NDIHR em processo de implantação, sendo um de seus programas o de documentação histórica, dispondo de vários docentes do Departamento de Filosofia e História envolvidos nesta atividade, cuja amplitude exige sempre maior número de pessoas, sugerimos a Vossa Magnificência, de acordo com conversas anteriores, a contratação, a título de prestação de serviços, no nível de Auxiliar de Ensino RETIDE o nome da Sra. UMA SATI. A referida pessoa, licenciada em História

na Índia, onde estava cursando Mestrado em Ciência Política quando veio para o Brasil, encontra-se cerca de quatro meses prestando atividades em caráter voluntário na pesquisa de jornais que se desenvolve no NDIHR, sob orientação da professora Emília Augusta Lins Freire, que atesta a dedicação e vigor da pesquisadora nos trabalhos efetuados (UFPB. CCHLA/NDIHR. Ofício nº 129/76, 1976).

Além da contratação de pesquisadores, como Uma Sati, também havia a seleção de estagiários. Os critérios para essas seleções podem ser verificados em editais e ofícios administrativos produzidos pelo Núcleo, o que demonstra a construção de parâmetros para a formação de profissionais capacitados na produção de conhecimento científico.

O primeiro edital de seleção de estudantes bolsistas/estagiários para o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional foi publicado em 23 de março de 1977, sendo entregue aos coordenadores dos cursos de Arquitetura, Economia, História, Geografia e Serviço Social da UFPB a fim de que eles divulgassem entre os estudantes dos respectivos cursos já mencionados. Trata-se de um edital de duas páginas, com uma página de anexo, contendo o local de trabalho, o plano de trabalho, os requisitos básicos, os critérios de avaliação, as informações sobre a bolsa/estágio, o número de vagas para as áreas de interesse e as informações sobre inscrição. Desse edital, destacamos os critérios de avaliação requisitados e o número de vagas:

1. Encontra-se à disposição dos interessados, na Coordenação do NDIHR, um formulário de inscrição que deverá ser preenchido e devolvido ao NDIHR, juntamente com uma cópia xérox do histórico escolar do candidato. [...]

5.1. Interpretação de Leitura: será dado ao aluno um texto para interpretação que deverá versar sobre temas de interesse do Projeto de Pesquisa. A interpretação deverá ser feita no mesmo dia da inscrição do candidato. Para efeito de classificação, serão tomadas as notas obtidas de interpretação do texto e na entrevista. [...]

7. O número de vagas para as áreas de interesse já citadas é de 15, assim discriminados:

Arquitetura - - - - - 3 vagas

Economia - - - - - 4 vagas

História - - - - - 4 vagas

Geografia - - - - - 2 vagas

Serviço Social - - - - - 2 vagas

(UFPB. NDIHR. Ofício Circular nº 03/77, 23 mar. 1977)

Os participantes selecionados para integrar o Projeto de Pesquisa Preliminar intitulado “Tipologia das Cidades Nordestinas e Formação Histórica da Rede Urbana Regional” deveriam assumir um compromisso com todas as etapas previstas no plano de pesquisa, sobretudo, na interpretação de documentos relacionados ao projeto de pesquisa, que se encontrava em andamento, sendo pertencente à linha temática “Formação Urbana do Nordeste”, que objetivava compreender os processos históricos, sociais e econômicos das cidades da região Nordeste do Brasil ao longo do tempo.

Por último, é importante ressaltar que os candidatos foram avaliados levando em conta se já haviam realizado algumas disciplinas específicas do curso, o que nos permite entender a conexão desejada entre os conhecimentos das disciplinas especializadas e os objetivos do projeto para o qual os estudantes estavam sendo escolhidos. Neste edital, os pré-requisitos essenciais para cada curso eram, conforme exposto no Quadro 4:

Quadro 4 - Cursos e Disciplinas em 1977 - Edital 001 NDIHR/UFPB

Curso	Disciplinas
Arquitetura	Teoria da Arquitetura História da Arte e da Arquitetura ou Estética e História da Arte
Geografia	Cartografia III Geografia do Brasil III Geografia Regional I Geografia Humana I (já concluída) Geografia Humana III (já concluída)
História	Sociologia I Introdução ao Estudo da História (já concluída) História do Brasil IV História Contemporânea II
Serviço Social	Sociologia II Sociologia IV Economia I (já concluída) Política Social II Métodos e Técnicas de Pesquisa I (já concluída)
Economia	História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil I História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil II Geografia Econômica I Sociologia I Teoria do Desenvolvimento Econômico Economia Brasileira

Elaborado pelo autor (2025) com base no ofício 37/77 (NDIHR/UFPB),
de 28 de março de 1977

Um ano após o início das atividades, a coordenação do Núcleo solicitou ao Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFPB a contratação de estudantes para se dedicarem, por vinte horas semanais, ao estágio em pesquisa de uma das linhas temáticas do Núcleo, Economia Pesqueira do Nordeste, expressando que essa demanda advinda da constituição da equipe de docentes e dos processos do setor.

Conforme o Quadro 5, os estudantes listados no ofício 37/77 (NDIHR/UFPB), de 28 de março de 1977, eram:

*Quadro 5 - Estagiários da linha temática
Economia Pesqueira do Nordeste*

Estudante	Curso	Matrícula
Simone Ferreira de Lima	Geografia	7413480
Maria Goretti Silva	História	7623375
Francisca Rosinete da Silva	Pedagogia	7623139
Tereza Neuma Duarte de Farias	Serviço Social	7613025

Elaborado pelo autor (2025) com base no ofício 37/77 (NDIHR/UFPB),
de 28 de março de 1977

Percebe-se a presença de estagiários provenientes de diversos cursos de graduação, o que evidencia a diversidade de perspectivas almejada dentro da linha temática. Nas experiências de pesquisa do Núcleo, observa-se uma interação significativa entre pesquisadores, estagiários, recém-formados e indivíduos de outras instituições acadêmicas e universidades. Essa dinâmica contribui para a ampliação das oportunidades de intercâmbio em diferentes níveis da

universidade e até mesmo em nível nacional. Tais práticas reforçam a imagem do NDIHR como um espaço de caráter político-científico que estimula a integração entre diferentes áreas de conhecimento e estruturas universitárias com a sociedade. O propósito subjacente é promover a geração de conhecimento que possa embasar a formulação de projetos e políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da região Nordeste.

O Núcleo tornou-se uma referência para os cursos de graduação, sendo um espaço que possibilitava a realização de pesquisa ainda durante a graduação, algo incomum na época. O coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo encaminhou ao NDIHR, em março de 1977, a lista de estudantes interessados em realizar estágio no órgão. Ele expressou que seu intuito era auxiliar na organização da seleção de candidatos, tanto na divulgação quanto na avaliação das oportunidades de estágio disponíveis na UFPB. Nessa correspondência, o coordenador destacou que o critério utilizado como requisito eram as disciplinas de Teoria da Arquitetura e Estética ou História da Arte e Arquitetura I. Além disso, foi mencionado que o candidato precisava ter disponibilidade de vinte horas semanais, distribuídas em três horas diárias consecutivas. No Quadro 6, estão os nomes dos candidatos enviados:

Quadro 6 - Candidatos do curso de Arquitetura (UFPB) de 1977

Estudante	Curso	Matrícula
Maria do Socorro Guedes	Arquitetura	7511001
Joanice da Rocha Mendes	Arquitetura	7521007
Rosângela Queiros Teixeira	Arquitetura	7611034
Liamar Meira Bastos	Arquitetura	7621133
Roberto Soares Guedes	Arquitetura	7611023

Elaborado pelo autor (2025) com base no anexo ao ofício 23/77 (CCAU/UFPB), de 28 de março de 1977

Em síntese, é importante enfatizar que os alunos em questão eram recém-ingressos no curso de Arquitetura, com matrículas registradas em 1977, cujos números iniciados em 75 e 76 indicam que se tratava de matrículas iniciais nesse curso na UFPB, correspondendo ao estágio inicial ou à primeira metade de sua trajetória acadêmica. Essa situação demonstra como as práticas do Núcleo e as transformações institucionais desse período impactaram diretamente a formação desses estudantes. A experiência vivenciada por eles, ao participarem de atividades de pesquisa e estágio oferecidas pelo NDIHR, não apenas influenciou suas trajetórias individuais, mas também reflete as mudanças ocorridas nas universidades brasileiras, especialmente no contexto das reformas universitárias. Portanto, ao considerar essas datas, é possível compreender melhor a dinâmica entre as práticas acadêmicas promovidas pelo NDIHR e a formação dos futuros profissionais, ressaltando a importância de observar as influências do Núcleo no Ensino Superior.

3.4 AS LINHAS DE PESQUISAS DO NDIHR

Na fase de implantação, priorizou-se a pesquisa, especialmente o levantamento de fontes, como sua principal atividade, em comparação com as demais funções executadas pelo órgão. Em 7 de outubro de 1976, o Ministério do Interior, por meio da Diretoria Executiva da Paraíba, e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional assinaram conjuntamente um ofício circular informando sobre a realização da “Operação Especial Pesquisa Histórica”³⁸. O

³⁸ Nos apêndices da dissertação de mestrado de Laudereida Moraes (2012, p. 149), localizamos mais informações sobre esse projeto. Há um inventário de nº 0001, produzido pela pesquisadora, localizando a documentação no acervo NDIHR – PROJETO RONDON - OPERAÇÃO ESPECIAL PESQUISA HISTÓRICA. O projeto foi coordenado por Inês Caminha Lopes Rodrigues, que também atuou como pesquisadora, em conjunto com Rosa Maria Godoy Silveira, Emilia Augusta Lins Freire e cerca de 120 estudantes universitários. Não há menção de

objetivo dessa ação era realizar um levantamento da situação dos acervos em todos os arquivos públicos e particulares existentes no estado da Paraíba. O propósito desse levantamento não era transferir a grande quantidade de documentos para as instalações do NDIHR, mas identificar e catalogar informações históricas. Dessa forma, o Núcleo cumpria seu papel de coletar e organizar informações, facilitando o acesso dos pesquisadores durante a elaboração de seus projetos de pesquisa.

O trabalho de carregamento inicial dos arquivos do CDIHR não poderá ser feito aleatoriamente e a prospecção das fontes deverá ter algumas linhas de interesses definidas. Nesse ponto, os objetivos do projeto, em termos de desenvolvimento regional, podem se delinear através de grandes linhas de pesquisa, que seriam desenvolvidas pelos Departamentos afins da UFPB, com financiamento parcial por este projeto de Cooperação técnica com o PNUD, e parcialmente por órgãos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e de apoio à pesquisa, ou ainda, de apoio a atividades culturais

(Sevá, 1976, p. 2).

As linhas de pesquisas foram definidas com temáticas específicas, de acordo com os interesses políticos e sociais da época, tanto da estrutura estatal quanto dos pesquisadores que compunham o NDIHR naquele momento. Essa definição não ocorreu de maneira aleatória, mas sim a partir de um processo de análise das demandas sociais vigentes, das prioridades políticas estabelecidas pelas autoridades competentes e das necessidades identificadas pelos próprios pesquisadores envolvidos.

seu financiamento. Dentre os resultados obtidos na 1ª fase da Operação Especial Pesquisa Histórica, que corresponde ao período de setembro a dezembro de 1976, relata-se a participação de mais de 150 instituições cadastradas nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras, no estado da Paraíba.

Em 1977, o Núcleo contava com a linha temática Formação da Rede Urbana, sendo a primeira linha de pesquisa criada no Núcleo contando com um grupo de quatro professores e seis bolsistas. Em segundo lugar, a linha temática Economia Pesqueira iniciada em outubro de 1976, dispondo de três professores e quatro estagiários e outras duas linhas temáticas, “Migrações de Nordestinos e Processos de Caráter Nacional”, estavam em fase de elaboração do projeto por alguns professores da UFPB em Campina Grande, da mesma forma, “Relações Comerciais e Financeiras da Paraíba com o exterior e com o eixo Rio São Paulo”, na UFPB/ João Pessoa.

Além das linhas temáticas, outras estruturas foram sendo criadas no Núcleo, na medida que os trabalhos de pesquisa se desenvolviam e eram demandados ao órgão, conforme podemos observar na correspondência enviada pela coordenadora Rosa Maria Godoy ao Núcleo de Pesquisa Institucional da UFPB em 25 de março de 1977, exatamente um ano após o início das atividades.

Secundando as temáticas, estruturou-se um Grupo de Documentação Histórica, constituído pelos docentes do Departamento de Filosofia e História da UFPB, que se encontra em atividades de prospecção e levantamento de fontes históricas consideradas de interesse para a História da Paraíba e Regional (UFPB. NDIHR. Ofício nº 33/77, 25 mar. 1977).

O formato de pesquisa praticado no Núcleo, até o primeiro ano de implantação, estava profundamente integrado à estrutura administrativa, o que permitia uma organização eficiente e coordenada das atividades científicas. Essa integração possibilitou a realização de um programa de pesquisa robusto e bem estruturado, que promovia a colaboração entre diferentes setores e profissionais envolvidos no NDIHR, que, em 1977, já contava com os seguintes pesquisadores, como demonstra o Quadro 7:

Quadro 7 - Pesquisadores do NDIHR 1977

Membros	Departamentos/Instituição
Angela Maria Tude de Souza	Departamento de Arquitetura
Cristina Albuquerque da Fonseca	Departamento de Arquitetura
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Departamento de História
Leda Pereira Lira Cermóglio	Departamento de Geociências
Manuel Correia de Andrade	Pesquisador
Arnaldo Chain Richa	Pesquisador FEP
Moacir Madruga	Departamento de Geociências - FEP
Ana Madruga	Departamento de Geociências - FEP
Gisélia Gabrois	Departamento de Sociologia/ Campina Grande
Inês Caminha Lopes Rodrigues	Departamento de História
Diana Soares Galiza	Departamento de História
Elza Regis de Oliveira	Departamento de História
Emilia Augusto Lins Freire	Departamento de História
José Pedro Nicodemos	Departamento de História
Maria Marta Pimentel de Melo	Departamento de História
Irene Rodrigues Fernandes	Departamento de História
Maria Antônia Alonso de Andrade	Departamento de Ciências Sociais
Maria Ana Uchôa	Bibliotecária

Elaborado pelo autor (2025), com base no Ofício 33/77 (NDIHR/UFPB)

O Quadro 7 ilustra os diversos sujeitos e seus vínculos acadêmicos na formação do primeiro grupo de pesquisa do Núcleo. Os interesses dos membros em se envolver com a pesquisa científica, na constituição de acervos e na execução de vários projetos, são claramente evidenciados na composição da equipe. Esse processo de constituição do corpo de pesquisadores, alinhado com os interesses em diversas áreas temáticas, desde que relacionadas com a história regional, tanto do passado quanto do presente, e capazes de contribuir para a constituição de acervos e a realização de múltiplos projetos, era fundamental.

A seguir, apresenta-se o Quadro 8, o qual traz a relação de estudantes bolsistas:

Quadro 8 - Relação de estudantes bolsistas NDIHR/UFPB – 1977

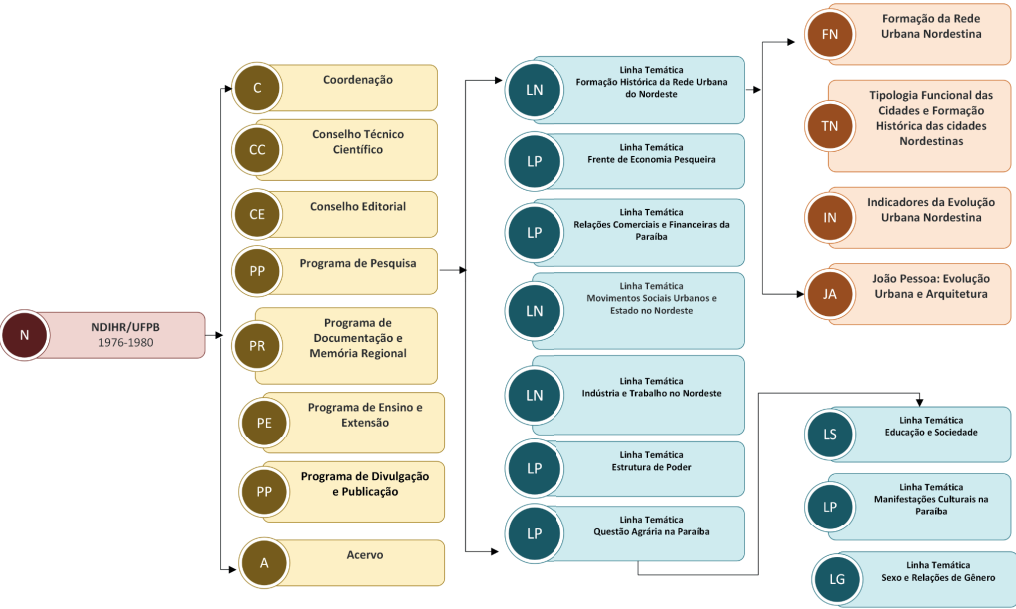
Cleanto Beltrão	Bolsista
Jacyra da Luz Garcia	Bolsista
Maria José de Almeida	Bolsista
Regina Celi da Silva	Bolsista
Marcílio Filgueiras Cruz	Bolsista
Élide Sena Barbosa	Bolsista
Hilda Ramalho	Bolsista
Lúcia de Fátima Guerra	Bolsista
Maria Aparecida Ramalho	Bolsista
Maria de Lourdes Batista Vasconcelos	Bolsista
Maria Santana de Souza	Bolsista
Marileuza Brito	Bolsista
Rosilda Maria de Carvalho	Bolsista
Vera Lúcia de Sousa	Bolsista
Ana Stela S. Cordeiro	Bolsista

Maria Adenilda Lira de Albuquerque	Bolsista
Simone Ferreira de Lima	Bolsista
Maria Goretti Silva	Bolsista
Francisca Rosinete da Silva Braz	Bolsista
Tereza Neuma Duarte de Farias	Bolsista

Elaborado pelo autor (2025), com base no Ofício 33/77 (NDIHR/UFPB)

A seguir, apresenta-se a Figura 4 que ilustra esse programa, tomando como referência o Programa de Pesquisa da Linha Temática Formação Histórica da Rede Urbana do Nordeste, o qual buscou compreender as dinâmicas urbanas e sociais ocorridas na região ao longo dos séculos. Essa abordagem interdisciplinar contribuiu para o desenvolvimento de estudos detalhados sobre a evolução das cidades, suas relações econômicas, culturais e políticas, além de fomentar a produção de conhecimento relevante para a formulação de políticas públicas e o planejamento urbano daquele período. Além disso, o programa estimulou a participação ativa de pesquisadores, estudantes e parceiros institucionais, promovendo um ambiente acadêmico dinâmico e colaborativo, essencial para o avanço das investigações científicas na área das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo no desenvolvimento da historiografia instrumental como caminho metodológico e teórico para se pensar estudos interdisciplinares.

Figura 5 - Estrutura administrativa e científica do NDIHR (1976-1980)



Elaborado pelo autor, 2025

Um exemplo disso, no NDIHR, foi o desenvolvimento de diversas pesquisas e parcerias com outras instituições com finalidades semelhantes às suas, como a notável parceria com o Projeto Rondon³⁹:

39 O Projeto Rondon é uma ação interministerial de cunho político e estratégico do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais e visando ao fortalecimento da Soberania Nacional. Em estreita parceria com os ministérios que compõem o Comitê de Orientação e Supervisão (COS) do Projeto Rondon torna-se uma ferramenta eficaz para fomentar o desenvolvimento sustentável e a capacitação da população dos municípios atendidos, com vistas a aproveitar as políticas públicas disponibilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais. Além do Ministério da Defesa, contribuem para o Projeto os seguintes ministérios: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação; Ministério da Cidadania; Ministério da Saúde; Ministério do Meio

A Fundação Projeto Rondon e o Núcleo de Documentação Histórica Regional da UFPB estão realizando, em âmbito Estadual, a “Operação Especial PESQUISA HISTÓRICA”, que objetiva fazer um levantamento sobre a situação e o acervo de todos os arquivos públicos e particulares existentes no estado. Os universitários portadores deste ofício estão credenciados por nós à realização desse levantamento, que é de grande importância para o melhoramento e para a preservação do nosso Patrimônio.

Essa parceria permitiu que os resultados das pesquisas contribuíssem de algum modo nas comunidades apoiadas pelo Projeto. Além disso, essa sinergia entre as instituições fortalecia o intercâmbio de conhecimento e experiências, contribuindo para a formação de profissionais abertos às demandas sociais, bem como ao desenvolvimento de perfis profissionais na universidade que tivessem compromisso com a inovação científica e a responsabilidade social. Durante o período de implantação, essa ideia de vincular as demandas sociais às práticas de pesquisa permaneceu em todo período como um dos pilares principais dessas parcerias, garantindo que os esforços realizados trouxessem benefícios concretos e duradouros para a pesquisa científica interdisciplinar.

Sobre o aspecto da especialidade do saber histórico do pesquisador do NDIHR, encontramos, datado de setembro de 1977, em uma correspondência feita entre o Núcleo e o chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, um trecho que ressalta:

Pelo presente, encaminho a V.Sa. o currículo da Arquiteta Ligia Tupy Caldas Henao, para submetê-lo a sua apreciação visando a uma possível contratação. Ressaltamos, na oportunidade, que o NDIHR se acha a (*sic*) fase de estruturação completa de suas equipes de pesquisadores, para poder cumprir com sua programação. Especificamente, em termos de Arquitetura, o

Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Regional; e Secretaria de Governo da Presidência da República (Brasil, 2020).

NDIHR carece de uma especialista em Planejamento Urbano e outro em História da Arte e Arquitetura, ambos para apoiarem a temática de “Formação de Rede Urbana do NE”, cujo volume de trabalho e necessidade de acompanhamento sistemático aos vinte bolsistas engajados na pesquisa estão sobrecarregando as horas da Profa. Angela Tude de Sousa. Além disso, o desencadeamento do Projeto de Restauração de Monumentos teóricos, que o NDIHR se comprometeu a promover em conjunto com o NEAU, exigirá também uma pessoa que se dedique a ele, o que, caso o NDIHR possa incorporar os dois especialistas solicitados, estará viabilizado (UFPB. NDIHR. Ofício nº 192/77, 16 set. 1977).

A partir dessa correspondência, observamos que a historiografia instrumental era uma característica comum nas pesquisas do NDIHR. Era fundamental que todos os envolvidos nos estudos, independentemente de sua formação acadêmica, tivessem noções e um entendimento básico de conhecimentos históricos e do método histórico. Essa exigência refletia a preocupação do núcleo em garantir que as análises e interpretações fossem embasadas em uma perspectiva crítica e fundamentada, capaz de contextualizar os fenômenos estudados dentro de uma linha temporal coerente e significativa. Para a constituição das equipes de pesquisa, o conhecimento histórico era um critério avaliado no currículo dos candidatos que aspiravam atuar como pesquisadores no órgão. Isso indicava que, além das habilidades técnicas específicas de cada área, havia uma valorização clara da interdisciplinaridade e da capacidade de dialogar com o passado para compreender o presente e projetar o futuro. Tal abordagem reforçava o compromisso do NDIHR com uma produção científica rigorosa e integrada, em que o histórico não era apenas um pano de fundo, mas um elemento ativo na construção do conhecimento.

Segundo o documento mencionado, havia à época a necessidade de contratar um especialista em planejamento urbano e outro em História da Arte e Arquitetura. Essa demanda específica revelava a complexidade dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo, que exigiam

profissionais com um olhar atento, tanto para os aspectos técnicos quanto para as dimensões culturais e históricas das cidades e seus espaços. A inserção desses especialistas visava enriquecer as análises, incorporando uma compreensão mais ampla dos processos de transformação urbana e dos patrimônios artísticos que os permeavam. O trecho em análise destaca a exigência de que esses profissionais possuísem um conhecimento histórico específico. Tal requisito reforçava a importância de que o planejamento urbano e o estudo da arte e arquitetura não fossem realizados de forma isolada ou puramente técnica, mas sim integrados a uma visão histórica que permitisse compreender as raízes e as evoluções dos contextos analisados. Isso garantia que as intervenções e propostas elaboradas tivessem uma base sólida e respeitassem as dinâmicas culturais e sociais que moldaram os espaços ao longo do tempo.

Esses dois especialistas foram fundamentais para apoiar o projeto “Formação de Rede Urbana do Nordeste”, um dos primeiros empreendidos pelo Núcleo. Esse projeto tinha como objetivo principal mapear e compreender as interconexões entre as cidades da região Nordeste, considerando não apenas os aspectos físicos e econômicos, mas também as relações históricas, culturais e sociais que as vinculavam. A atuação integrada dos especialistas em planejamento urbano e em História da Arte e Arquitetura permitia uma análise multidimensional, capaz de revelar as complexidades e especificidades do processo de urbanização regional. A abordagem adotada pelo NDIHR, ao valorizar o conhecimento histórico e a interdisciplinaridade, servia como um modelo inovador para pesquisas urbanas na época, demonstrando a importância de se considerar múltiplas dimensões na análise dos processos sociais e espaciais. Portanto, a correspondência não apenas evidencia a valorização da historiografia instrumental no trabalho do NDIHR, mas também revela a complexidade e o caráter multidisciplinar das pesquisas realizadas que buscavam integrar saberes diversos para compreender e intervir nos processos urbanos de forma crítica e fundamentada.

Essa perspectiva contribuiu significativamente para o avanço dos estudos urbanos no Brasil, especialmente no que diz respeito à região Nordeste, cuja riqueza histórica e cultural exige análises aprofundadas e contextualizadas.

Se o pesquisador do Núcleo também fosse professor na universidade, ele deveria ligar os temas de sua pesquisa às aulas, juntando o conteúdo das disciplinas com sua área científica. Essa ideia foi apoiada pelo reitor da UFPB, Lynaldo Cavalcanti. Em fevereiro de 1977, ele enviou uma carta à coordenação do Núcleo pedindo que o ensino, a pesquisa e a extensão fossem trabalhadas juntos:

[...] seria conveniente que os docentes já comprometidos com os trabalhos de pesquisa pudessem ter sua carga horária de aulas reduzida de forma a (*sic*) que pudessem dedicar aproximadamente 20 (vinte) horas semanais às pesquisas ou ao trabalho de implantação de Núcleo e programas. Muito interessante seria também que se facilitasse levar temas e atividades de pesquisa para dentro de salas de aula, fazendo coincidir ou, pelo menos, aproximar o conteúdo da disciplina de um determinado docente com a sua área de trabalho científico.

Por outro lado, tenho insistido junto aos responsáveis estes programas e núcleos para que procurem ter como diretriz de suas atividades o fortalecimento da estrutura departamental e para que procedam sempre, em comum acordo com os Chefes de Departamentos, tanto para o recrutamento de docentes e alunos para as pesquisas como para formulação de linhas e projetos de interesse inter-departamental. Somente a partir destas atitudes é que estaremos realmente integrando o ensino e a pesquisa e é com este objetivo que espero, e antecipadamente agradeço, a divulgação e a concretização destas recomendações em tempo hábil (UFPB. Gabinete do Reitor (*sic*). Ofício Circular nº 002/77-R/GR, 25 fev. 1977).

A análise deste trecho do documento permite inferir que o trabalho científico realizado pelo NDIHR buscava integrar pesquisa e ensino, seja pela conciliação das atividades de docente e pesquisador,

seja pela inserção de temas e atividades de pesquisa nas salas de aula. Observa-se que, embora o Núcleo não estivesse formalmente inserido nos departamentos da universidade, ele tinha a função de fortalecer essas estruturas que surgiram como resultado da reforma universitária de 1968, pela qual a universidade brasileira passou, mas, na prática, quando os professores dedicavam horas para pesquisa, colidia com os interesses dos departamentos, o que gerava conflitos de interesses. Para os sujeitos defensores do NDIHR, a partir dos documentos de sua implantação, o objetivo era que o conhecimento criado no Núcleo não ficasse só na pesquisa, mas fosse divulgado aos estudantes.

Essa integração entre pesquisa e ensino proporcionaria aos alunos uma experiência acadêmica mais aprofundada e contextualizada, permitindo que eles compreendessem não apenas os conceitos teóricos, mas também suas aplicações práticas e relevância social. Além disso, ao aproximar os pesquisadores do ambiente de sala de aula, criava-se um ambiente propício para o desenvolvimento de projetos colaborativos e para a troca constante de ideias entre docentes e discentes. Contudo, nem sempre os departamentos aceitaram essa ideia, uma vez que não havia naquele contexto consenso da necessidade de relacionar ensino e pesquisa, algo novo, considerando a Reforma de 1968.

Lynaldo Cavalcanti também destacou que essa ligação ajudaria a formar profissionais mais preparados para os desafios da sociedade daquela época e fortaleceria a imagem da universidade como um centro de excelência e compromisso social. Essa ideia mostra uma visão moderna do ensino superior defendido naquela época pelo reitor, que enfatizava que a universidade não poderia se limitar à mera transmissão de informações, mas deveria ser um espaço dinâmico em que o conhecimento é continuamente produzido, aplicado e compartilhado. Essa abordagem integrada estimulava, nos pesquisadores do NDIHR, a criatividade científica e a capacidade de resolver problemas complexos, bem como fomentava a responsabilidade social dos futuros profissionais, preparando-os para atuar de maneira ética e inovadora em suas respectivas áreas.

Assim, a recomendação do reitor indicava uma estratégia clara para fazer do NDIHR um espaço dinâmico e interdisciplinar que unisse saberes e práticas acadêmicas de forma integrada e produtiva, ajudando o avanço científico e formando uma comunidade acadêmica com práticas de pesquisas plurais. Essa proposta visava romper com a fragmentação tradicional do conhecimento, incentivando a colaboração entre diferentes áreas do saber e a construção coletiva de soluções para os problemas contemporâneos. O NDIHR, dessa forma, poderia se tornar um modelo para outras instituições, demonstrando como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão pode potencializar os resultados acadêmicos e sociais.

Além disso, a criação de um ambiente interdisciplinar favoreceria a formação de profissionais capazes de transitar entre diversas áreas do conhecimento, ampliando suas perspectivas e competências. Essa visão estratégica do reitor refletia um compromisso profundo com a excelência acadêmica e com a responsabilidade social da universidade, buscando transformar o espaço universitário em um verdadeiro agente de transformação social e científica. Para consolidar essa integração proposta, seria necessário também investir em infraestrutura adequada, capacitação contínua dos docentes e mecanismos de avaliação que valorizassem o impacto social e acadêmico das atividades desenvolvidas.

Em suma, a visão do reitor Lynaldo Cavalcanti para o NDIHR representava uma mudança paradigmática na forma como se concebia a educação superior na época. Ao defender a integração entre ensino, pesquisa e extensão, ele apontava para um modelo de universidade mais conectado com a realidade social e econômica do país, capaz de formar profissionais aptos a contribuir efetivamente para o desenvolvimento da sociedade.

3.5 A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA NO NDIHR: PARCERIAS E RELAÇÕES POLÍTICAS-ACADÊMICAS

Em 8 de julho de 1976, por meio do Ofício nº. 31/76, o coordenador *Pró-Tempore* do Núcleo de Documentação e Informação Histórico-Regional (NDIHR), professor Antônio de Souza Sobrinho, enviou uma correspondência oficial ao bibliotecário do Instituto Histórico, Geográfico e Cultural (IHGC), situado na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Nessa comunicação, o professor Antônio de Souza Sobrinho anunciou formalmente a criação do referido Núcleo, destacando a importância dessa iniciativa para o fortalecimento da pesquisa histórica regional e para a preservação do patrimônio documental local.

Foi criado na Universidade Federal da Paraíba o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, de acordo com o ofício nº. 3817/75/DAU/MEC, cujo objetivo é centralizar informações sobre instituições de interesse para o desenvolvimento da pesquisa de caráter estadual e regional, na área de Ciências Humanas, pesquisas essas que o referido Núcleo se propõe também a desenvolver.

Conhecedor do trabalho desempenhado por V. Sa(*sic*) à frente desta valiosa Instituição, como também relacionado à pesquisa bibliográfica, vimos solicitar a doação de alguns exemplares da publicação elaborada por V. Sa., tendo em vista a fundamental importância de trabalho desta natureza, como apoio às tarefas que nós propomos realizar.

Salientamos, outrossim, que temos à disposição, desde já, os trabalhos efetuados pelo NDIHR, num esforço comum de permutar estudos e informações (UFPB. CCHLA/NDIHR. Ofício nº 31/76, 8 jul. 1976).

Além de informar sobre a constituição do NDIHR, o ofício também continha um pedido específico: o coordenador solicitava ao

bibliotecário que enviasse informações detalhadas sobre os acervos, os documentos, as publicações e quaisquer outros materiais disponíveis no IHGC que pudessem contribuir para o enriquecimento das atividades do Núcleo recém-criado. Essa solicitação tinha como objetivo estabelecer uma cooperação entre as duas instituições, promovendo o intercâmbio de dados e o compartilhamento de conhecimentos que seriam fundamentais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas históricas na região.

O professor Antônio de Souza Sobrinho ressaltava, ainda, no documento, a relevância do trabalho conjunto entre o NDIHR e o IHGC, enfatizando que essa parceria poderia ampliar o acesso a fontes primárias e secundárias, facilitando o trabalho dos pesquisadores e historiadores locais. Ele demonstrava grande expectativa de que essa colaboração resultasse em projetos conjuntos, eventos acadêmicos e publicações que valorizassem e divulgassem a história e a cultura do Ceará e do Nordeste brasileiro.

O trecho da correspondência acima evidencia como eram realizadas as pesquisas bibliográficas durante as investigações e como os órgãos trocavam informações e compartilhavam estudos entre si. Há um volume considerável de documentos desse período, nos quais o coordenador do núcleo apresentava o órgão, tornando-o conhecido no Brasil, ao mesmo tempo em que outros órgãos e universidades solicitavam informações sobre os trabalhos realizados pelo Núcleo na Paraíba. Na fase de implantação, foi dada prioridade à pesquisa, em especial ao levantamento de fontes, como principal atividade em comparação com as demais funções executadas pelo órgão.

Na fase de implantação do NDIHR (1976-1980), outro fato que chama atenção é da pesquisadora Maria Malta Campos do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, que, em julho de 1976, escreveu ao coordenador do NDIHR, professor Renato Ortiz, para enviar informações e solicitar material bibliográfico produzido no Nordeste sobre a mulher brasileira:

Um trabalho no qual estamos especialmente interessados é a tese de mestrado de Doroty do Rego Azevedo, que, segundo informação dada por Zahidé Machado Neto (Universidade da Bahia) à Adrienne Germain (Fundação Ford), está atualmente lecionando aí na Paraíba, não sabemos exatamente onde. O nome da tese é “O Trabalho feminino na Agro-Industria (*sic*) Fumageira no Estado da Bahia”, Salvador, 1975. Se por acaso você souber como localizá-la ou puder nos enviar uma cópia de seu trabalho, isso nos seria de grande ajuda (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Ref. DP 1295/76, 22 jul. 1976).

Os intercâmbios institucionais estiveram presentes desde a primeira fase da história do NDIHR. Suas primeiras ações estavam direcionadas para a pesquisa científica interdisciplinar e para a construção de conhecimento em rede, com o objetivo de compartilhar informações históricas que servissem como instrumental para o ensino superior. A análise da documentação administrativa do período de implementação revela o papel do coordenador na construção dessa rede. Entre suas atribuições, estava a responsabilidade de designar funções aos membros do Núcleo, supervisionar a execução dos programas em desenvolvimento e tomar as medidas necessárias para alcançar os resultados esperados. Além disso, esperava-se que o coordenador produzisse relatórios anuais de atividades para avaliação, tanto pelo Conselho Técnico-Científico quanto pelo reitor da universidade.

O trabalho desenvolvido pelo órgão recebeu notório reconhecimento de outras instituições acadêmicas. Por exemplo, nas correspondências entre o Centro de Documentação e Informação Histórica da Fundação Universidade Federal do Acre e o NDIHR, relacionadas ao Simpósio de História do Acre, fica evidente que o Núcleo Paraibano já era reconhecido pelos historiadores da região norte do país. A professora Rosa Maria Godoy Silveira, que à época coordenava o órgão, expressava interesse em fortalecer os vínculos entre as entidades voltadas ao campo da Documentação e Informação Histórica.

Outro exemplo foi o contato com a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística que, em fevereiro de 1976, solicitou a divulgação da ampliação de suas atividades com a criação de uma equipe de jovens pesquisadores sob orientação de professores universitários. O objetivo era capacitar esses jovens na realização de levantamentos de fontes, classificação de documentos históricos, reprografia e microfilmagem de documentação. Esses contatos atestam que, desde o início de suas atividades, o NDIHR se tornou conhecido, mesmo sem ter, naquele momento, trabalhos de grande relevância já realizados.

Em 7 de outubro de 1976, o Ministério do Interior, por meio da Diretoria Executiva da Paraíba, e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional assinaram conjuntamente um ofício circular informando sobre a realização da “Operação Especial Pesquisa Histórica”, cujo objetivo dessa ação era realizar um levantamento da situação dos acervos em todos os arquivos públicos e particulares existentes no estado da Paraíba. O propósito desse levantamento não era transferir a grande quantidade de documentos para as instalações do NDIHR, mas identificar e catalogar informações históricas. Dessa forma, o Núcleo cumpria seu papel de coletar e organizar informações, facilitando o acesso dos pesquisadores durante a elaboração de seus projetos de pesquisa.

Outro exemplo do primeiro ano de sua implantação, em 1976, sob a representação do professor Mauro Guilherme Pinheiro Koury, o NDIHR se posicionou escrevendo para a Secretaria de Planejamento na Esplanada dos Ministérios, apoiando o documento Participação da Comunidade Científica no Processo Decisório de Ciência e Tecnologia. Isso destaca o interesse direto dos pesquisadores do Núcleo na orientação do orçamento destinado à pesquisa científica no Brasil. O diálogo com instituições acadêmicas e políticas, aliado ao acesso a arquivos públicos e privados, fomentou a produção e a divulgação de conhecimento histórico naquele contexto.

A viabilidade das pesquisas se sustentava, principalmente, na necessidade do Estado em investigar determinados problemas e nas

fontes disponíveis nos acervos paraibanos e regionais. Vale lembrar que, nos anos 1970, a internet ainda não existia, e a rede de informações articulada pelo NDIHR era analógica e, por isso, a documentação era impressa e enviada pelos correios e as informações repassadas por telefonemas, embora esse último recurso ainda não fosse tão acessível quanto o primeiro nesse contexto. Para explicar melhor essa ideia de rede de informações históricas e parcerias de pesquisas, apresentamos o projeto “Rede Urbana Atual do Nordeste” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana (Siplan), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), com quem o NDIHR estabeleceu uma parceria e começou a participar. Os interesses dessas instituições estavam intimamente ligados às pesquisas históricas em desenvolvimento no Núcleo naquele período.

Para o NDIHR, era fundamental unir pesquisa e ensino, um objetivo que só poderia ser alcançado pela harmonização das atividades dos profissionais que atuavam tanto no Núcleo quanto nos departamentos de ensino da universidade, já que, como já dito, durante esse período, não havia concursos públicos para a admissão de professores permanentes na universidade e as contratações eram realizadas especificamente para funções e projetos determinados, tornando-se um condicionante fundamental para a estruturação do Núcleo.

No segundo ano após a fundação do NDIHR, em 1977, foi iniciada uma ação de colaboração político-acadêmica com o intuito de estabelecer vínculos com outras instituições. O objetivo era encontrar formas de auxílio por meio de parcerias, troca de informações e capacitação dos pesquisadores. Em setembro desse mesmo ano, a coordenadora do NDIHR, Rosa Maria Godoy Silveira, enviou uma correspondência oficial ao Arcebispo da Paraíba, apresentando o órgão e solicitando informações:

Sendo NDIHR um centro de pesquisas de natureza histórica relativas ao Nordeste, e por conseguinte, a Paraíba sendo objeto

inicial de nossas preocupações, e sendo um de nossos programas o levantamento de fontes primárias em arquivos de variada natureza, entre os quais os de cunho Eclesiástico, vimos solicitar, mediante este, sua preciosa colaboração no sentido de apoiar nosso empreendimento. De imediato, solicitamos informações sobre as paróquias paraibanas, suas datas de fundação e outros dados históricos. Na oportunidade, apresentamos a profa. Marileuza Fernandes de Brito, que atua junto ao NDIHR em atividades de pesquisa, para que ela estabeleça nosso contacto com o Sr. Arcebispo, fornecendo inclusive informações sobre nosso trabalho (UFPB. CCHLA/NDIHR. Ofício nº 193/77, 16 set. 1977).

Essa correspondência revela que o NDIHR concebia a si mesmo como um Centro de Pesquisas de natureza histórica, voltado para o estudo do Nordeste. Para cumprir sua tarefa de produzir conhecimento histórico, era necessário realizar o levantamento de fontes primárias em diversos arquivos espalhados pelo estado da Paraíba e pela região Nordeste. Dessa forma, cabia ao Núcleo buscar dados históricos e construir redes de informações que permitissem aos pesquisadores acesso aos arquivos existentes e, simultaneamente, possibilitar a reflexão sobre novos espaços para o arquivamento da memória.

Não há indícios, nesta correspondência, de que o Núcleo pretendia se tornar um arquivo público na Paraíba. Considerando a legislação posterior, como a lei que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados de 1991, e a Lei Estadual nº 11.263 de 29 de dezembro de 2018, que criou o Arquivo Público do Estado da Paraíba e o Sistema Estadual de Arquivos, bem como definiu as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e privados de interesse público e social, concluímos que há uma distância temporal entre a implementação do NDIHR e a legislação referente a arquivos, demonstrando que o fato de que não houvesse uma legislação sobre arquivos, não significou a ausência de discussões sobre o tema já na década de 1970. Pela documentação analisada, a função do NDIHR era reunir informações sobre documentos históricos e integrá-las à

estrutura universitária, ou seja, vinculando-se à administração do Poder Executivo Federal.

No contexto dessa relação do NDIHR com outras instituições diretamente vinculadas à administração do Poder Executivo Federal, encontramos, no acervo do Núcleo, uma correspondência enviada em 1977 para Esther Bertoletti⁴⁰, quando ela atuava na Biblioteca Nacional. O conteúdo dessa correspondência inclui tanto uma solicitação de informações sobre os treinamentos oferecidos pela instituição quanto uma atualização sobre a fase de planejamento das atividades entre o NDIHR e a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro:

Tendo este centro de pesquisas e documentação mantido contactos (*sic*) com V.sa., (*sic*) através (*sic*) do Prof. Arnaldo Chaim Richa, no mês de julho p.p., ocasião em que nos foram dadas preciosas informações sobre as atividades da Biblioteca Nacional, vem esta Coordenação, na presente oportunidade, esclarecer alguns pontos de tais contactos, esperando, a partir dessa correspondência, manter um fluxo regular de informações com esta entidade.

Como o Prof. Richa deve ter informado, o NDIHR se propõe a um trabalho de natureza documental⁷ ampla, em que estão incluídas arquivos e bibliotecas e documentação de variada natureza. Embora muitas atividades estejam em execução, todavia, o NDIHR se encontra, no momento, em fase de planificação mais rigorosa de seus trabalhos. Assim sendo, tão logo esteja essa planificação acabada - para os arquivos de natureza pública, os cartórios e as

⁴⁰ Doutora Honoris Causa pela UFBA e, em 1999, recebeu a Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura. Tornou-se conhecida por seu trabalho na preservação de arquivos e documentos, tanto na Fundação Casa de Rui Barbosa quanto na Fundação Biblioteca Nacional. Sua formação abrange as áreas de Jornalismo e Direito. O fato de a correspondência estar endereçada diretamente à Dra. Esther Bertoletti despertou minha curiosidade, levando-me a buscar informações sobre suas produções acadêmicas, a fim de entender por que o NDIHR se dirigiu a uma pessoa cujo cargo não foi especificado no documento. Normalmente, correspondências desse tipo informam tanto o destinatário quanto seu cargo. Ao encontrar um texto escrito por ela (Bertoletti, 2013), deduzi que a mediação estabelecida pela coordenadora Rosa Godoy foi o que possibilitou o contato com a Biblioteca Nacional.

paróquias, pensamos enviá-la para sua apreciação e avaliação, caso isso não lhe dê transtornos. Solicitamos, então, orientação para o treinamento de pessoal a *(sic)* arquivos e para financiamentos possíveis bem como microfilmagem. Solicitamos também informações sobre o sistema internacional de microfilmagem, para que nossa planificação nessa área seja correta, conforme orientou o Prof. Richa. Quanto ao projeto de jornais para efeito de microfilmagem, fá-lo-emos *(sic)* juntamente com os demais planos (UFPB. CCHLA/NDIHR. Ofício nº 196/77, 19 set. 1977).

Diante do conteúdo desta correspondência, é importante destacar que a busca por informações sobre a orientação para o treinamento de pessoal em arquivos e para o financiamento de trabalhos de pesquisa estava em circulação no Núcleo. Naquele momento, havia projetos em andamento, como o mapeamento dos acervos cartoriais e paroquiais. O documento em análise também revela a solicitação do NDIHR por informações sobre o sistema internacional de microfilmagem. Em 1968, durante o governo militar de Costa e Silva, foi aprovada a Lei nº. 5.433 que regulamentava a microfilmagem de documentos oficiais. Havia uma preocupação em atender às necessidades da época, especialmente referente às técnicas, aos equipamentos e ao treinamento de pesquisadores, considerando a conformidade com a legislação vigente, diretamente ligada ao trabalho com cartórios e acervos paroquiais na fase inicial do Núcleo.

Observamos, por parte da coordenação do NDIHR, uma atenção especial e uma abertura significativa para o uso de ferramentas emergentes que pudessem auxiliar as pesquisas em andamento. Essa postura demonstra não apenas o interesse, mas também a disposição do Núcleo em estabelecer diálogos produtivos e colaborativos com outras instituições e entidades, sejam elas acadêmicas, culturais ou tecnológicas. Ao aproveitar as tecnologias mais recentes e as informações disponíveis, o Núcleo busca potencializar a qualidade e a profundidade da pesquisa histórica realizada, reconhecendo que o avanço tecnológico pode ser um aliado fundamental na análise e

interpretação dos dados históricos. Essa abordagem inovadora reflete um compromisso com a modernização dos métodos de pesquisa, ao mesmo tempo em que preserva o rigor científico e a autenticidade das fontes históricas.

Além disso, essa abertura para novas ferramentas permite que o NDIHR amplie seu alcance, conectando-se com redes de conhecimento mais amplas e diversificadas, o que pode enriquecer ainda mais os estudos desenvolvidos. Dessa forma, a coordenação demonstra uma visão estratégica, que valoriza a interdisciplinaridade e a integração entre diferentes áreas do saber, fortalecendo o papel do Núcleo como um centro de referência na pesquisa histórica contemporânea.

4

PESQUISA CIENTÍFICA NO NDIHR:

historiografia instrumental, interdisciplinaridade e a rede de informação histórica

Neste capítulo, apresentaremos a argumentação de que a Lei nº 5540/1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e possibilitou a legalidade de articulação, foi um ponto fundamental para o fortalecimento da pós-graduação no Brasil. Essa legislação não apenas estabeleceu diretrizes para os cursos de mestrado e doutorado, mas também fomentou a criação de centros de pesquisa e núcleos especializados, promovendo a produção científica e acadêmica em diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, as universidades brasileiras puderam implementar programas de pesquisa e pós-graduação com maior autonomia e diversidade metodológica, permitindo o surgimento de experiências diversas, como também a expansão das investigações nas instituições de ensino superior do país.

A Lei nº 5.540/1968, ao estabelecer diretrizes para o ensino superior no Brasil, reconheceu formalmente a pós-graduação como uma das modalidades essenciais da formação acadêmica no ensino superior. Essa inclusão, ainda que genérica, abriu espaço para a institucionalização de programas voltados à pesquisa científica e ao desenvolvimento intelectual. O artigo 3º da referida lei menciona explicitamente os cursos de pós-graduação como parte da organização

do ensino superior, o que permitiu que instituições como o Núcleo de Documentação e Informação Histórica (NDIHR) estruturassem suas atividades em consonância com os princípios legais vigentes.

Nesse contexto, o Núcleo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) se destacou como um exemplo notável da aplicação prática desses novos paradigmas. O NDIHR não apenas adotou os princípios da interdisciplinaridade e da integração entre departamentos em suas pesquisas, mas também incentivou uma abordagem historiográfica que valorizava a documentação e a análise crítica das fontes históricas regionais. Essa atitude permitiu que os pesquisadores envolvidos explorassem as particularidades locais e regionais de maneira aprofundada, contribuindo para a produção historiográfica brasileira.

Neste capítulo, dar-se-á ênfase aos estudos interdisciplinares e interdepartamentais, demonstrando como práticas universitárias de ensino e pesquisa da UFPB, até então vigentes, são impactadas pela maneira com que o NDIHR realizava seus trabalhos, entre as diversas áreas do conhecimento, incentivando o diálogo entre historiadores, sociólogos, arquitetos, geógrafos e outros especialistas. Essa integração contribuiu para a elaboração de pesquisas mais amplas e complexas, capazes de capturar as múltiplas dimensões dos fenômenos históricos e sociais analisados. O Núcleo funcionou como um espaço de convergência intelectual, no qual diferentes perspectivas e metodologias se entrelaçaram para aprimorar a compreensão da história regional, consequentemente a história em escala nacional.

É igualmente relevante mencionar que o surgimento do NDIHR e sua atuação no âmbito da UFPB refletiram as transformações mais amplas que ocorriam no cenário acadêmico brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980, período marcado por uma crescente valorização da pesquisa científica e pela expansão das instituições de ensino superior, que passaram a investir na formação de recursos humanos qualificados e na produção de conhecimento científico. Nesse sentido, o NDIHR simboliza não apenas um avanço institucional, mas também um compromisso com o acesso à informação

histórica, à produção do conhecimento histórico para emancipação e com o fortalecimento da identidade regional por meio da pesquisa acadêmica.

Portanto, parte-se do pressuposto de que essas reflexões são necessárias e permitem examinar as possibilidades de modelos e estruturas científicas possíveis a partir da Lei nº 5540/1968 na universidade brasileira, destacando que essa lei não apenas estabeleceu uma base para a pós-graduação, mas também fomentou outros arranjos estruturais para investigação científica, para inovação metodológica e para a valorização de pesquisas interdisciplinares para o ambiente universitário. Assim, a trajetória do NDIHR emerge como um exemplo paradigmático da produção científica no Brasil, ilustrando particularmente o desenvolvimento de uma história regional e sua interconexão entre diferentes saberes acadêmicos, revelando as interações de saberes, que engendraram a historiografia instrumental, um modelo de pesquisa histórica interdisciplinar.

4.1 O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR) COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

A construção de uma nova camada de sentido para o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), revela-se fundamental para a compreensão das dinâmicas de formação, produção e divulgação dos saberes históricos no contexto acadêmico regional. Ao considerar a pluralidade das práticas historiográficas desenvolvidas nesse espaço, amplia-se a narrativa sobre os cursos de História, contribuindo para a diversificação da historiografia brasileira e para a valorização de experiências locais que, muitas vezes, permanecem à margem dos grandes centros de produção acadêmica.

Essa abordagem encontra respaldo na perspectiva de Le Goff, que afirma: “a história da história não deve se preocupar apenas

com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade de uma época” (LE GOFF, 1996, p. 48). Ao deslocar o foco da historiografia tradicional para os espaços de produção coletiva e interdisciplinar, como o NDIHR, é possível reconhecer a importância de práticas que articulam memória, documentação e pesquisa como elementos constitutivos da cultura histórica regional.

A experiência do NDIHR distingue-se dos modelos institucionais predominantes, especialmente daqueles estabelecidos pela reforma universitária de 1968, que consolidaram os Centros, Departamentos e Programas de Pós-Graduação como principais espaços de produção acadêmica. Essa reforma, ao promover a racionalização da estrutura universitária, contribuiu para a centralização da produção científica em moldes burocráticos e normativos, muitas vezes distantes das realidades locais. O NDIHR, ao operar por meio da historiografia instrumental e da interdisciplinaridade, configura-se como uma alternativa metodológica e epistemológica, promovendo práticas que enriquecem o caráter histórico das ciências na Universidade. Essa perspectiva metodológica e epistemológica permite ampliar as possibilidades interpretativas, ao tempo que constroem uma base histórica para pesquisa científica nas diferentes áreas de conhecimento.

A compreensão do NDIHR como espaço de produção e produto social encontra respaldo na teoria de Henri Lefebvre, que concebe o espaço como uma construção social, simultaneamente lugar de produção e resultado das relações sociais. Para o autor, “o espaço é um produto, literalmente: produto da produção” (LEFEBVRE, 2000, p. 16). Nesse sentido, o Núcleo pode ser entendido como um “espaço de produção de saberes históricos universitários” e, nele, articulam-se práticas de pesquisa, organização de acervos, catalogação e análise documental, ou seja, um ambiente de formação acadêmica e de construção coletiva do conhecimento.

Ainda segundo Lefebvre, os espaços sociais são “campos de forças, repletos de tensões e distorções” (LEFEBVRE, 2000, p. 205).

Essa concepção permite compreender o NDIHR como um ambiente permeado por disputas teóricas, epistêmicas e metodológicas que não devem ser interpretadas como entraves, mas como elementos constitutivos do processo científico. As tensões observadas no Núcleo refletem a coexistência de diferentes perspectivas e interesses, evidenciando a riqueza do debate intelectual e a complexidade das práticas sociais no campo acadêmico.

A atuação de profissionais de História, estagiários e estudantes dos cursos de História, Ciências Sociais, Geografia e Arquitetura da UFPB contribuiu significativamente para a constituição do NDIHR como espaço científico. A convivência entre diferentes áreas do saber favoreceu a troca de conhecimentos e a emergência de novas abordagens teóricas e metodológicas, ampliando os horizontes da pesquisa histórica regional. Essa interação interdisciplinar potencializou a reflexão crítica e a problematização dos temas abordados, consolidando o Núcleo como espaço ativo de produção e circulação de saberes.

A análise dos documentos coletados durante a pesquisa revela que o NDIHR não se limitava à função de repositório, mas operava como espaço dinâmico de interação entre passado e presente, teoria e prática, memória e história. A participação dos estudantes em atividades práticas complementava a formação teórica recebida em sala de aula, permitindo o desenvolvimento de competências técnicas e críticas essenciais à atuação profissional. Essa vivência contribuiu para a construção de uma identidade acadêmica fundamentada na reflexão crítica e no compromisso com a preservação da memória histórica regional.

Além disso, é necessário considerar que o NDIHR funcionava como um espaço de resistência epistemológica frente às tendências hegemônicas da produção historiográfica. Ao valorizar os saberes locais e as experiências regionais, o Núcleo contribuiu para a construção de uma historiografia regional que procurava se distanciar dos modelos historiográficos eurocêtricos e das narrativas lineares, propondo uma

abordagem plural e situada. Essa perspectiva dialoga com os estudos de Walter Benjamin, o qual, ao refletir sobre a história, afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele realmente foi’. Significa apropriar-se de uma lembrança tal como ela relampeja no instante de um perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 225). O NDIHR, ao se apropriar das memórias regionais e dos documentos locais, atua como espaço de construção de sentidos históricos que emergem das urgências sociais e das demandas comunitárias.

Por fim, as tensões e os conflitos observados no NDIHR devem ser compreendidos como expressões das disputas epistemológicas e metodológicas que permeiam o campo das ciências humanas e sociais. Tais disputas funcionam como motores do avanço científico ao estimular a revisão de teorias, a inovação metodológica e o aprofundamento das reflexões críticas. O Núcleo exemplifica, portanto, como o espaço acadêmico pode ser entendido como campo de forças dinâmico, no qual o confronto de ideias é essencial para o desenvolvimento do conhecimento e para a formação de sujeitos críticos e socialmente engajados.

A fim de aprofundar essa análise, recorreremos ao conceito de “paisagens históricas” proposto por John Lewis Gaddis. Segundo o autor, “os historiadores constroem paisagens do passado com base em evidências fragmentadas, mas organizadas por meio de narrativas que conectam eventos, contextos e interpretações” (GADDIS, 2003, p. 23). No contexto do NDIHR, esse conceito possibilita compreender as práticas de pesquisa desenvolvidas, bem como os acontecimentos que marcaram sua implantação, oferecendo uma visão contextualizada das interações entre os elementos que compõem sua trajetória histórica.

Concebemos o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) como um espaço de interações acadêmico-científicas e de produção de saberes históricos, cuja configuração ultrapassa os limites físicos da instituição e se insere em uma rede complexa de relações sociais, políticas e epistemológicas. A análise desse espaço exige uma abordagem que considere não apenas sua

estrutura organizacional, mas, sobretudo, as dinâmicas sociais que o constituem e o atravessam.

Nesse sentido, a compreensão do NDIHR deve ser realizada à luz das relações sociais, conforme argumenta Lefebvre (2000), ao afirmar que “o espaço não é apenas o lugar das relações, mas também o produto dessas relações” (LEFEBVRE, 2000, p. 116). Essa concepção permite reconhecer o Núcleo como um campo de forças que entrelaça práticas acadêmicas, disputas teóricas e processos de construção coletiva do conhecimento histórico. O espaço, portanto, não é neutro nem passivo, mas ativo na constituição das práticas historiográficas que nele se desenvolvem.

A pesquisa historiográfica, por sua vez, está intrinsecamente vinculada ao contexto de produção socioeconômica, política e cultural em que se insere. Como destaca Certeau (1982), “a operação historiográfica não é uma simples leitura do passado, mas uma prática situada que seleciona, organiza e interpreta os vestígios conforme as exigências do presente” (CERTEAU, 1982, p. 57). O historiador, ao escolher seus métodos, seus documentos e suas questões de pesquisa, realiza uma operação que é tanto técnica quanto política, pois envolve decisões que refletem posicionamentos epistemológicos e compromissos sociais.

A partir dessa perspectiva, o NDIHR pode ser entendido como um espaço de mediação entre o passado e o presente, no qual se articulam diferentes temporalidades e racionalidades. Além disso, a produção de saberes históricos nesse Núcleo não se limita à reprodução de modelos acadêmicos consagrados, mas busca construir narrativas que dialoguem com as especificidades regionais e com as demandas sociais emergentes. Essa prática historiográfica, situada e comprometida, contribui para a ampliação dos horizontes interpretativos da história e para a valorização de experiências locais como fontes legítimas de conhecimento.

Além disso, o NDIHR opera como um espaço de formação, em que estudantes, pesquisadores e profissionais da área de História e

afins desenvolvem competências críticas e técnicas por meio da participação em atividades de pesquisa, organização de acervos e análise documental. Essa vivência acadêmica, ao articular teoria e prática, favorece a construção de uma identidade profissional comprometida com a preservação da memória histórica regional e com a produção de conhecimento socialmente relevante.

Portanto, ao considerar o NDIHR como local de produção historiográfica, é necessário reconhecer que sua existência e seu funcionamento estão profundamente imbricados nas relações sociais que o constituem. Desse modo, a análise desse Núcleo exige, assim, uma abordagem que articule os conceitos de espaço social, prática historiográfica e contexto de produção, conforme proposto por Lefebvre (2000) e Certeau (1982), permitindo compreender a complexidade e a riqueza das experiências acadêmicas que nele se desenvolvem.

4.2 A HISTORIOGRAFIA INSTRUMENTAL: AS INTERFACES DO SABER HISTÓRICO ESPECIALIZADO COM AS DEMANDAS SOCIAIS

Nos anos de 1970, o antropólogo e educador Darcy Ribeiro desenvolveu uma crítica sistemática à estrutura universitária brasileira, especialmente no que diz respeito à sua função social e à produção científica. Para o autor, a universidade deveria assumir um papel ativo na valorização da América Latina, construindo um modelo de ciência que considerasse as singularidades históricas, culturais e sociais da região. Em sua análise, Ribeiro identificava uma “deficiência capital da atividade científica” nas universidades brasileiras, marcada pela ausência de adequação ao contexto nacional e pela falta de autenticidade epistemológica (RIBEIRO, 1975, p. 249).

Essa deficiência, segundo Ribeiro, manifestava-se na forma como o conhecimento era produzido, frequentemente a partir de referenciais estrangeiros, sem considerar as especificidades locais. O autor observa que há uma inadequação ao “meio natural e humano,

encarados com ótica de estrangeiros”, e uma falta de autenticidade “relativamente a nossos valores e interesses”, o que resulta em “simulação ou duplicação precária da criatividade alheia” (RIBEIRO, 1975, p. 249). Essa crítica revela a necessidade de uma universidade comprometida com a realidade brasileira, capaz de produzir saberes que dialoguem com os problemas concretos da sociedade.

A ausência de um modelo de pesquisa contextualizado resultava, conforme Ribeiro, em uma ciência importada e adaptada de forma superficial, sem o devido reconhecimento das condições locais que influenciam diretamente o processo de produção do saber. Essa perspectiva é fundamental para compreender os limites da institucionalização da pesquisa científica no Brasil após a reforma universitária e os desafios enfrentados por iniciativas que buscaram construir outras formas de articular os saberes científicos para investigar fenômenos sociais, políticos, econômicos, dentre outros da região Nordeste do Brasil.

As reflexões de Darcy Ribeiro sobre universidade, ciência e pesquisa oferecem uma chave interpretativa relevante para a análise do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Ao propor uma universidade voltada para a transformação da realidade social, o autor defende que a produção científica deve estar “intimamente ligada à realidade social do país” (RIBEIRO, 1975, p. 251), sendo capaz de gerar conhecimento que contribua efetivamente para a resolução de problemas locais.

Nesse sentido, o NDIHR pode ser compreendido como uma experiência que se aproximou da proposta ribeiriana, ao desenvolver metodologias e abordagens que dialogaram com as especificidades do ambiente acadêmico nacional. Assim, a atuação do Núcleo não se restringia à reprodução de modelos teóricos consagrados, mas buscava construir práticas historiográficas que respondessem às demandas sociais, culturais e econômicas da região Nordeste. No âmbito do NDIHR, as linhas de pesquisa surgiram como uma resposta direta às necessidades concretas da sociedade, especialmente no que diz

respeito à preservação da memória histórica regional e à valorização dos saberes locais.

O historiador francês Olivier Dumoulin (2017) desenvolveu uma reflexão crítica sobre o papel social do historiador, especialmente no contexto das sociedades contemporâneas marcadas por disputas de memória, demandas por reconhecimento e instrumentalização do passado. Em sua obra, Dumoulin argumenta que o historiador não é apenas um técnico da análise documental, mas um agente social cuja prática está inserida em um campo de tensões políticas, éticas e epistemológicas. Para Dumoulin, o papel do historiador é inseparável de sua responsabilidade pública. Ele destaca que, ao produzir narrativas sobre o passado, o historiador participa da construção de sentidos coletivos e, portanto, influencia diretamente os modos como a sociedade compreende sua trajetória e projeta seu futuro. Essa atuação exige, segundo o autor, um compromisso com a crítica, com a pluralidade de fontes e com a recusa de versões únicas ou dogmáticas da história (DUMOULIN, 2017).

Um dos pontos centrais de sua análise é a crítica à ideia de neutralidade. Dumoulin sustenta que a objetividade na história não se confunde com imparcialidade absoluta, mas com o rigor metodológico e a transparência na construção das interpretações. O historiador, ao selecionar fontes, formular problemas e construir narrativas, realiza escolhas que são, ao mesmo tempo, científicas e políticas. Além disso, Dumoulin enfatiza que o historiador deve estar atento às formas pelas quais o passado é mobilizado no presente por instituições, por grupos sociais ou pelo Estado. Nesse sentido, o historiador atua como mediador entre a memória social e o conhecimento histórico, sendo chamado a intervir em debates públicos, disputas judiciais e processos de reparação histórica.

Essa concepção aproxima-se da noção de “historiografia engajada”, mas sem renunciar à autonomia intelectual. Nessa perspectiva, o historiador, para Dumoulin, deve manter uma postura crítica diante das pressões externas, mas não pode se eximir de participar

dos debates que envolvem a sociedade e sua relação com o passado. Ademais, tal concepção dialoga diretamente com Paul Ricoeur, que, em *A memória, A história, e O esquecimento*, propõe que o historiador deve lidar com a tensão entre a memória viva e a história crítica. Ricoeur destaca, então, que a história é uma forma de “memória trabalhada” que exige distanciamento, método e responsabilidade interpretativa. O historiador, segundo ele, deve assumir a tarefa ética de representar o passado com consciência dos limites da linguagem e da subjetividade (RICOEUR, 2007, p. 85-87).

Jacques Le Goff, por sua vez, reforça a ideia de que a história é uma construção social e política. Em *História e memória*, Le Goff afirma que o historiador atua em um campo de disputas, em que a memória coletiva é constantemente reconfigurada. Para ele, o historiador deve ser crítico diante das narrativas dominantes e atento às vozes silenciadas, operando como agente de democratização do conhecimento histórico (LE GOFF, 1990, p. 15-17).

A investigação desenvolvida no Núcleo não se limitava à análise documental, mas envolvia a construção de narrativas que articulavam passado e presente, teoria e prática, memória e história, em consonância com os princípios de uma ciência comprometida com a transformação social. Essa perspectiva encontra ressonância na crítica de Michel de Certeau, que entende a prática historiográfica como uma operação situada, condicionada pelas circunstâncias sociais, políticas e culturais em que se realiza. Para o autor, “a história é uma prática social que se inscreve em um lugar e em um tempo determinados, e que responde a interesses específicos” (CERTEAU, 1982, p. 57). Assim, o historiador, ao selecionar objetos, fontes e métodos, realiza escolhas que são tanto epistemológicas quanto políticas, refletindo os condicionantes do contexto em que atua.

Portanto, ao articular as reflexões de Darcy Ribeiro e Michel de Certeau, é possível compreender o NDIHR como um espaço de produção científica que busca superar os limites da ciência importada, propondo uma abordagem historiográfica situada, crítica e

comprometida com a realidade social brasileira. Essa concepção reforça a importância de iniciativas acadêmicas que valorizem a autenticidade epistemológica e a adequação metodológica às condições locais, contribuindo para a construção de uma universidade verdadeiramente latino-americana.

A criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), vinculado à Universidade Federal da Paraíba, representou uma inflexão significativa na lógica de produção de conhecimento histórico no estado durante os anos de regime autoritário. Diferentemente das práticas historiográficas dominantes até então, centradas em narrativas político-institucionais e em abordagens eurocêntricas, o NDIHR propôs uma reorientação metodológica e epistemológica voltada para a realidade regional, articulando pesquisa empírica, interdisciplinaridade e crítica social.

Desse modo, a atuação do Núcleo não se limitou à coleta e organização de fontes documentais. Ao estruturar linhas de pesquisa voltadas para temas como urbanização, economia pesqueira, relações comerciais e migrações internas, o NDIHR passou a operar como um espaço de investigação que tensionava os limites entre ciência e política. A linha Formação da Rede Urbana Regional, por exemplo, ao reunir arquitetos, geógrafos e historiadores, buscava compreender os processos históricos de constituição das cidades nordestinas, não apenas para subsidiar o planejamento urbano, mas para revelar as dinâmicas de poder e exclusão que moldaram o espaço urbano⁴¹. Essa abordagem rompe com a tradição positivista da história urbana, ao incorporar elementos da crítica espacial e da análise social, conforme discutido por Carlos Nelson Ferreira dos Santos⁴².

41 ABREU, Maurício de Almeida. **A questão urbana:** o debate sobre a cidade e o urbanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 27.

42 SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **O espaço urbano:** estudos sobre a geografia urbana. São Paulo: Nobel, 1981. p. 52.

Ademais, a linha Economia Pesqueira do Nordeste também exemplifica essa mudança de paradigma. Isso se refletiu quando os pesquisadores investigaram as práticas produtivas locais sem se limitarem à análise econômica funcionalista, mas buscaram compreender as relações sociais e ambientais que estruturavam o setor. Essa perspectiva se aproxima da crítica formulada por Milton Santos, ao denunciar a tecnocracia como forma de ocultação das desigualdades estruturais⁴³. O NDIHR, nesse sentido, tensionava a lógica da pesquisa aplicada ao propor uma leitura histórica que não dissociava técnica e política.

A linha Relações Comerciais da Paraíba com o Eixo Rio-São Paulo introduziu uma abordagem crítica sobre os mecanismos de dependência econômica regional. Ao invés de reproduzir os modelos de integração subordinada, os estudos buscaram evidenciar os limites do desenvolvimento periférico, em diálogo com as formulações de Celso Furtado sobre a concentração regional do capital⁴⁴. Essa crítica à lógica centro-periferia contribuiu para o fortalecimento de uma historiografia comprometida com a autonomia intelectual e com a denúncia das assimetrias estruturais.

A linha Migrações de Nordestinos e Processos de Caráter Nacional, por sua vez, rompeu com a abordagem funcionalista predominante nos estudos migratórios da época. Ao incorporar a memória dos sujeitos migrantes e suas experiências de deslocamento, os pesquisadores do NDIHR se aproximaram das reflexões de Ecléa Bosi sobre a centralidade da memória como categoria analítica⁴⁵. Essa perspectiva permitiu compreender os

⁴³ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 45.

⁴⁴ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. p. 219.

⁴⁵ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 31.

fluxos migratórios não apenas como fenômenos demográficos, mas como processos históricos marcados por rupturas, resistências e reconfigurações identitárias.

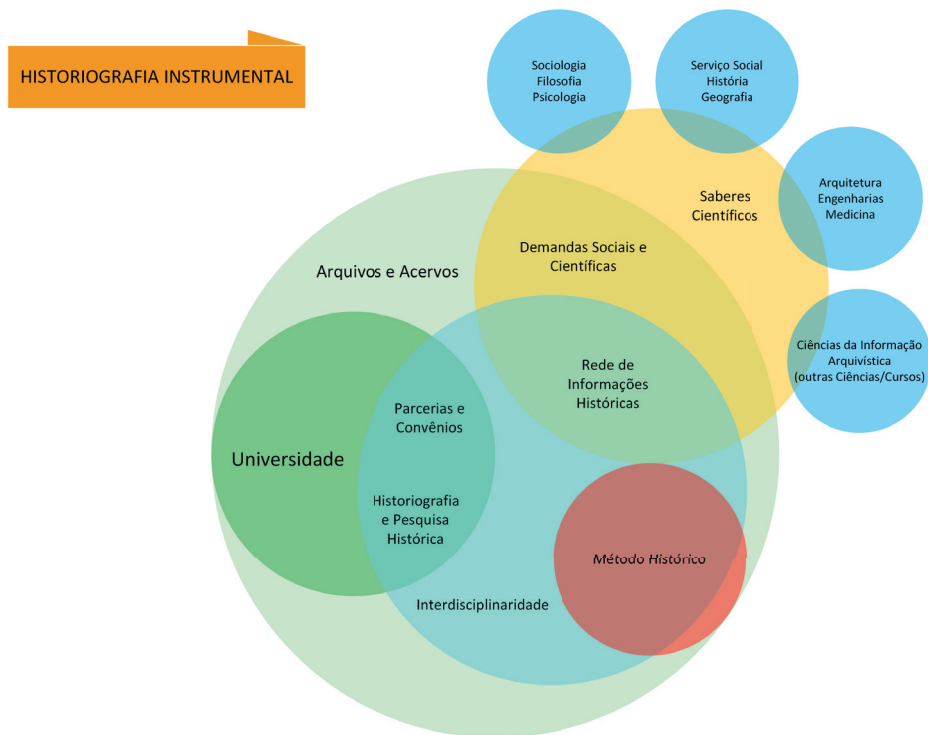
A proposta metodológica do NDIHR, baseada no método histórico e na colaboração interdisciplinar, contribuiu para a construção de uma historiografia regional crítica, voltada para os sujeitos e processos invisibilizados pela narrativa oficial. Como observa Jacques Le Goff, a história é sempre uma construção social e política, e o NDIHR, ao se posicionar como espaço de produção de memória situada, rompeu com a neutralidade epistemológica e assumiu um papel ativo na disputa por sentidos históricos⁴⁶.

Assim, o NDIHR não apenas produziu conhecimento sobre a Paraíba e o Nordeste, mas transformou as condições de possibilidade da pesquisa histórica na região. Ao articular crítica, interdisciplinaridade e compromisso social, o Núcleo contribuiu para a reconfiguração da historiografia local, desafiando os modelos hegemônicos e propondo novas formas de pensar o passado e suas implicações no presente.

O modelo de pesquisa adotado no NDIHR, apresenta a historiografia instrumental como uma prática de pesquisa orientada pelo método histórico, envolvendo várias áreas do conhecimento científico. O principal objetivo dessa prática foi produzir conhecimento histórico acadêmico capaz de auxiliar no desenvolvimento de políticas científicas, econômicas, culturais, sociais para o nordeste do Brasil, em diferentes perspectivas teóricas, epistêmicas e metodológicas. Os pesquisadores do Núcleo integravam seus saberes específicos com os saberes históricos, permitindo que os fenômenos investigados fossem interpretados em caráter interdisciplinar, cuja orientação se dava, a princípio, por analisar qualquer demanda em uma perspectiva temporal.

46 LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 15.

Figura 6 – Diagrama Historiografia Instrumental



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A historiografia instrumental, conforme desenvolvida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), constituiu-se como uma prática de pesquisa orientada pelo método histórico, articulando diferentes áreas do conhecimento científico. Essa abordagem não se limitava à aplicação técnica de procedimentos historiográficos, mas envolvia a construção de explicações com sentido histórico, voltadas à compreensão de fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos da região Nordeste do Brasil.

O principal objetivo dessa prática era produzir conhecimento histórico acadêmico capaz de subsidiar o desenvolvimento de políticas

e ações governamentais, contextualizadas em diferentes perspectivas teóricas, epistêmicas e metodológicas. A atuação dos pesquisadores do Núcleo evidenciava a integração entre saberes específicos — oriundos da História, Geografia, Sociologia, Economia, Arquitetura e outras áreas — e os saberes históricos, permitindo que os objetos de estudo fossem interpretados em caráter interdisciplinar. Essa orientação metodológica partia do princípio de que qualquer demanda investigativa deveria ser analisada em uma perspectiva temporal, considerando os processos históricos que a constituíram.

Nesse contexto, a historiografia instrumental operava como eixo estruturante da pesquisa científica no NDIHR, funcionando como fio condutor de todo o processo investigativo. A prática historiográfica não se restringia à produção de narrativas, mas envolvia o exame crítico da escrita da história, das categorias analíticas utilizadas e dos métodos empregados na construção do conhecimento. Como destaca Silveira (2022), “a ferramenta historiográfica é também um dispositivo de mediação entre o historiador e seu objeto, entre o passado e o presente, entre a pesquisa e a escrita” (SILVEIRA, 2022, p. 225), o que reforça o papel da historiografia instrumental como prática intelectual situada.

A constituição das linhas de pesquisa no NDIHR refletia diretamente as demandas sociais, econômicas e políticas da região Nordeste, evidenciando o compromisso do Núcleo com uma produção científica voltada à realidade local. Essas linhas, desenvolvidas por equipes interdisciplinares, abordavam temas como economia pesqueira, rede urbana regional, relações comerciais interestaduais e migrações internas, articulando investigação empírica e análise histórica. A escolha desses temas não se dava de forma arbitrária, mas respondia a necessidades concretas da sociedade, buscando compreender os processos históricos que transformaram a estrutura regional.

A integração entre pesquisa e ensino constituiu um elemento central na atuação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Os pesquisadores eram incentivados a

incorporar os temas investigativos às disciplinas que ministravam, promovendo uma articulação entre formação acadêmica e produção científica. Essa prática visava superar a fragmentação entre ensino e pesquisa, intensificada com a institucionalização dos programas de pós-graduação após a reforma universitária de 1968.

Nesse sentido, a função social da pesquisa histórica desenvolvida pelo Núcleo pode ser compreendida à luz das reflexões de Antoine Prost. O autor afirma que:

“não há projeto coletivo possível sem educação histórica dos atores e sem análise histórica dos problemas. Nossa sociedade, mais focalizada na memória, pensa que, sem história, ela perderia sua identidade; no entanto, a postura mais apropriada consistiria em dizer que uma sociedade sem história é incapaz de projeto” (PROST, 2015, p. 272).

Prost destaca que “a história não é apenas uma busca pela verdade, mas também uma forma de compreender o presente e de intervir no mundo” (PROST, 2015, p. 272). Tais afirmações reforçam o papel da história como prática intelectual situada, capaz de produzir conhecimento que contribua para a construção de uma consciência histórica coletiva e para a intervenção crítica na realidade social. Em síntese, a historiografia instrumental praticada pelo NDIHR consolidou-se como uma abordagem metodológica e epistemológica que articulava múltiplos saberes em torno da investigação histórica. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, o núcleo contribuiu para a construção de uma ciência comprometida com a realidade brasileira, operando como espaço de produção de conhecimento situado, interdisciplinar e socialmente relevante.

Os dados históricos analisados neste estudo evidenciam a existência de múltiplas estruturas de produção científica na universidade brasileira pós-reforma de 1968, revelando que, além dos centros e departamentos formalmente instituídos, coexistiam infraestruturas alternativas que desempenhavam papel relevante na geração de

conhecimento. O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), por exemplo, funcionava como um espaço científico diretamente vinculado à Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o que lhe conferia uma posição institucional diferenciada e estratégica.

Essa vinculação direta à Reitoria permitiu ao NDIHR estabelecer relações interdepartamentais, articulando projetos e linhas de pesquisa com diferentes áreas do conhecimento. Conforme a concepção administrativa vigente, a interlocução com chefes de departamentos era considerada o caminho viável para o recrutamento de docentes e estudantes, bem como para a formulação de projetos de interesse coletivo. Essa configuração institucional, embora distinta dos modelos departamentais tradicionais, demonstrava um esforço de integração entre as estruturas acadêmicas, com vistas à consolidação de uma universidade capaz de cumprir suas funções científicas, sociais e políticas.

As linhas temáticas desenvolvidas pelo NDIHR refletem esse compromisso institucional com a realidade regional. Ao abordar questões de relevância social e econômica para o Nordeste, o Núcleo integrava diferentes perspectivas disciplinares, oferecendo análises abrangentes e contextualizadas. A escolha dessas temáticas evidencia a preocupação em produzir conhecimento que dialogasse diretamente com as especificidades locais, contribuindo para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento da pesquisa aplicada.

4.3 A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA NO NDIHR: UM MODELO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA HISTÓRICA

A pesquisa histórica constitui uma operação científica da ciência histórica, cujo objetivo é investigar ações humanas situadas em tempo e espaço determinados, com vistas à construção de explicações que possuam sentido histórico para o presente. Tal operação exige não apenas o domínio de procedimentos metodológicos gerais e

específicos, mas também a existência de uma infraestrutura científica que viabilize o desenvolvimento da investigação. Essa infraestrutura compreende recursos humanos qualificados, financiamento adequado e suporte técnico, elementos indispensáveis à efetividade da pesquisa.

No caso do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), os critérios de regionalidade e interdisciplinaridade foram centrais na formulação dos projetos de instalação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. Os relatórios institucionais do Núcleo evidenciam que suas proposições se destacavam pela natureza multicientífica, refletida na diversidade de especialidades dos pesquisadores envolvidos e na pluralidade temática das investigações realizadas. Essa configuração permitiu que o NDIHR operasse como um espaço de articulação entre diferentes campos do saber, promovendo uma prática investigativa que transcendia os limites disciplinares convencionais.

A construção de uma história regional exigia, nesse contexto, o reexame das fontes documentais já existentes, utilizadas em pesquisas anteriores, mas agora sob novas abordagens e perspectivas. O projeto de implantação do NDIHR previa a leitura, transcrição, cópia e sistematização de documentos relacionados aos projetos em curso, com o objetivo de enriquecer o patrimônio documental da universidade e disseminar informações históricas para estudantes e para o público em geral. Essa concepção será aprofundada no capítulo seguinte, no qual se discutirá a noção de patrimônio e conhecimento histórico construída pelos pesquisadores do Núcleo.

Durante o desenvolvimento das práticas de pesquisa, observou-se uma concepção recorrente, segundo a qual o uso de fontes e a elaboração de um plano de trabalho seriam suficientes para a produção de uma narrativa historiográfica. No entanto, essa visão tende a restringir o papel do historiador, concebendo-o como um agente solitário e desvinculado de outras áreas do conhecimento. John Lewis Gaddis argumenta que os historiadores são “os principais praticantes de uma abordagem ecológica no estudo das questões humanas”,

pois, ao utilizarem o método histórico, analisam as interações entre os componentes da realidade social, formando sistemas coesos que permitem a construção de narrativas com sentido histórico.

Nos primeiros projetos de pesquisa empreendidos pelo NDIHR, o caráter interdisciplinar e a produção coletiva de conhecimento foram elementos estruturantes. Essa abordagem exigia dos pesquisadores não apenas competências acadêmicas, mas também habilidades políticas, especialmente no que se refere à negociação de interesses e à articulação institucional. A historiografia instrumental, nesse contexto, desempenhou papel decisivo, ao exigir um esforço colaborativo entre profissionais de diversas áreas, todos aplicando o método histórico em suas investigações. Esse processo envolvia o exame detalhado da prática de escrita da história, bem como da própria concepção de história, com vistas à compreensão dos métodos, categorias analíticas e elementos discursivos utilizados pelos historiadores.

Os documentos institucionais também indicam a necessidade de vincular os projetos de pesquisa às atividades de ensino. A separação entre pesquisa e ensino, intensificada com a estruturação dos programas de pós-graduação no país, contribuiu para o distanciamento entre o professor e o pesquisador. O reitor Lynaldo Cavalcanti recomendava que os docentes vinculados ao NDIHR incorporassem os temas e as atividades de pesquisa em suas aulas, alinhando o conteúdo das disciplinas às suas áreas de investigação científica. Essa orientação buscava preservar a unidade entre ensino e pesquisa, evitando a fragmentação das práticas acadêmicas.

Embora o NDIHR tenha sido concebido com objetivos e propósitos definidos em seu projeto inicial, foi ao longo do processo de implantação que o Núcleo consolidou sua atuação como centro de investigação histórica. Seu reconhecimento decorreu das relações acadêmicas estabelecidas em âmbito regional e nacional, bem como da adoção de um modelo de pesquisa interdisciplinar distinto daquele praticado pelos programas de pós-graduação em História instituídos após a reforma universitária de 1968.

As reflexões sobre a pesquisa histórica e a historiografia instrumental no ensino universitário de História permitem elaborar novos sentidos para as práticas investigativas desenvolvidas nas universidades durante o período da Ditadura Militar. Nesse contexto, torna-se relevante a crítica ao modelo de pós-graduação adotado no Brasil, inspirado no sistema norte-americano, que se tornou referência para a pesquisa universitária e dificultou a criação de formatos alternativos de infraestrutura científica. A experiência do NDIHR, ao propor uma prática investigativa contextualizada e interdisciplinar, representa uma possibilidade concreta de superação das limitações impostas por esse modelo, contribuindo para o fortalecimento da autonomia epistemológica e da relevância social da pesquisa histórica.

4.4 INTERDISCIPLINARIDADE E CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO NDIHR

A atuação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), ligado à Universidade Federal da Paraíba, pode ser vista como uma experiência de ruptura com os modelos clássicos de produção historiográfica, ao adotar práticas interdisciplinares que desafiam as fronteiras entre diferentes áreas do conhecimento. Essa visão é apoiada teoricamente pelas ideias de Ivani Fazenda, que define a interdisciplinaridade como uma postura epistemológica que busca superar a fragmentação do conhecimento, exigindo diálogo, escuta e uma nova configuração dos objetos de pesquisa⁴⁷.

No NDIHR, essa abordagem foi concretizada pela formação de equipes compostas por historiadores, geógrafos, arquitetos, economistas, sociólogos e bibliotecários, que colaboravam na análise

⁴⁷ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. São Paulo: Cortez, 1994. p.16-21.

de problemas regionais complexos, como urbanização, economia pesqueira e migrações. A interdisciplinaridade, nesse cenário, ia além da cooperação técnica, envolvendo uma reconfiguração dos próprios objetos de estudo, de acordo com Edgar Morin, que afirma que “a complexidade exige o entrelaçamento dos saberes” e que o conhecimento deve ser capaz de contextualizar, globalizar e integrar⁴⁸.

A análise da composição das equipes de pesquisa revela a presença integrada de profissionais de áreas como História, Geografia, Sociologia, Economia, Arquitetura e Biblioteconomia trabalhando em conjunto em projetos comuns. Essa configuração possibilitou a superação das limitações epistemológicas convencionais, gerando diálogos que enriqueceram a produção científica e ampliaram o alcance das análises empreendidas. A historiografia instrumental, nesse contexto, funcionava como um eixo integrativo que potenciava a união dos diferentes saberes, contribuindo para a construção de análises mais complexas e contextualizadas.

Outro avanço metodológico importante foi a valorização das fontes orais como elementos centrais na reconstrução histórica, especialmente para compreender processos sociais recentes e experiências de grupos marginalizados. Essa ênfase possibilitou a democratização da produção do conhecimento e a inclusão de perspectivas até então desconsideradas pela historiografia convencional. A adoção de fontes orais, combinada a métodos quantitativos e à análise documental, revela uma prática investigativa que buscava ampliar o escopo interpretativo da história regional.

A lógica interdisciplinar adotada pelo NDIHR também dialoga com a crítica de Boaventura de Sousa Santos à “monocultura do saber rigoroso”, que ignora os saberes locais e populares em nome da cientificidade formal. Para Santos, a interdisciplinaridade é uma

⁴⁸ MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000. p. 27–29.

das formas de promover a “ecologia de saberes”, permitindo que diferentes racionalidades coexistam e se articulem na produção de conhecimento voltado para a transformação social⁴⁹. Ao investigar temas como migrações internas e relações comerciais entre a Paraíba e o eixo Rio-São Paulo, o NDIHR incorporava dimensões históricas, econômicas e culturais que escapavam à lógica disciplinar tradicional.

Por sua vez, Immanuel Wallerstein contribui para essa discussão ao criticar a segmentação das ciências sociais e sugerir a construção de um saber histórico-social unificado. Para Wallerstein, a interdisciplinaridade é condição essencial para a superação da crise epistemológica das ciências modernas, caracterizada pela separação artificial entre tempo, espaço e estrutura⁵⁰. O NDIHR, ao articular pesquisa empírica com reflexão teórica e ao integrar múltiplas dimensões da realidade regional, operava dentro dessa lógica de recomposição epistemológica.

Além disso, a integração entre pesquisa e ensino, promovida institucionalmente por Lynaldo Cavalcanti, realizava-se na inserção dos temas de pesquisa do NDIHR nas disciplinas dos cursos de graduação. Os professores envolvidos nos projetos eram estimulados a relacionar suas atividades de pesquisa com o conteúdo programático, promovendo uma articulação real entre as funções universitárias. Dessa maneira, a interdisciplinaridade no NDIHR não foi apenas uma estratégia metodológica, mas uma postura epistemológica que desafiava os limites da historiografia tradicional e contribuía para a reconfiguração da produção de conhecimento histórico na Paraíba. Trata-se de uma postura crítica diante da fragmentação do saber, que permitiu ao núcleo produzir conhecimento situado, contextualizado e comprometido com os sujeitos históricos da região.

⁴⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 238-240.

⁵⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *Abrindo as ciências sociais*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 17-19.

Ao romper com os modelos hegemônicos de pesquisa, o NDIHR contribuiu para a reconfiguração da historiografia regional, assumindo um papel ativo na construção de uma memória social plural e na democratização do conhecimento. Nesse contexto, a historiografia instrumental funcionava como eixo articulador das práticas investigativas, ao integrar diferentes saberes em torno do método histórico. Essa abordagem possibilitou a construção de análises mais complexas e contextualizadas, que consideravam múltiplas dimensões dos fenômenos sociais. Como destaca Certeau (1982), “a escrita da história é uma prática social situada, que articula saberes diversos em função de um projeto interpretativo” (CERTEAU, 1982, p. 57).

Quanto às metodologias desenvolvidas no NDIHR, caracterizavam-se pela integração entre abordagens disciplinares e pela ênfase na pesquisa empírica. A documentação institucional revela a adoção de técnicas, como o uso de métodos quantitativos, análise de fontes orais e abordagens interdisciplinares que naquele contexto eram pouco usadas. A combinação entre métodos qualitativos e quantitativos permitiu a produção de análises mais robustas, ampliando a capacidade explicativa dos estudos realizados.

Nesse sentido, a historiografia instrumental funcionava como ferramenta metodológica e epistemológica, articulando diferentes campos do saber em torno do método histórico. Conforme Silveira (2022), “a ferramenta historiográfica é também um dispositivo de mediação entre o historiador e seu objeto, entre o passado e o presente, entre a pesquisa e a escrita” (SILVEIRA, 2022, p. 225). Essa mediação foi central para a atuação do NDIHR, que buscava construir narrativas históricas comprometidas com a realidade social e com a formação crítica dos sujeitos envolvidos.

A produção historiográfica do Núcleo também se insere no debate sobre os desafios da escrita da história no Brasil. João José Reis (2010) destaca que “o desafio historiográfico consiste em pensar a história como prática intelectual situada, que exige do historiador não apenas rigor metodológico, mas também sensibilidade para com

os contextos sociais e culturais que moldam a pesquisa” (REIS, 2010, p. 17). O NDIHR, ao integrar ensino e pesquisa e ao valorizar as especificidades regionais, respondeu a esse desafio por meio de práticas investigativas que articulavam teoria e realidade, memória e política.

A valorização das fontes orais, o uso de técnicas quantitativas e a incorporação de sistemas de informação contribuíram para ampliar o escopo da investigação histórica e para ampliar a produção do conhecimento, incorporando perspectivas até então marginalizadas pela historiografia acadêmica. Essa prática está em consonância com a concepção de espaço proposta por Milton Santos, para quem “o espaço é um sistema de objetos e de ações, concretizado por meio de relações sociais que se manifestam em múltiplas escalas” (SANTOS, 2009, p. 58). O NDIHR, ao operar como espaço de produção científica, configurou-se como campo de forças dinâmico, onde saberes, práticas e disputas se entrelaçavam na construção do conhecimento histórico.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional pode também ser compreendido como um espaço de memória historiográfica, no qual se articulam práticas de preservação, interpretação e produção de conhecimento histórico. A concepção de Pierre Nora sobre os “lugares de memória” é útil para compreender essa dimensão, ao afirmar que tais espaços “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 9), sendo resultado de uma construção deliberada que busca fixar e transmitir experiências coletivas. O NDIHR, ao reunir informações sobre acervos documentais, promover investigações interdisciplinares e produzir narrativas históricas vinculadas à realidade regional, operava como instância mediadora da institucionalização da memória, especialmente em um contexto marcado por silenciamentos e disputas políticas. A memória historiográfica construída no Núcleo não se limitava à conservação de documentos, mas envolvia a elaboração de sentidos históricos a partir de fontes, práticas de pesquisas e interpretações que escapavam à lógica centralizadora da historiografia oficial. Nesse sentido, o NDIHR consolidou-se como espaço de mediação entre o passado e

o presente, entre a pesquisa e a escrita historiográfica, contribuindo para a formação de uma memória histórica regional crítica e situada.

Por fim, a experiência do NDIHR evidencia a possibilidade de construção de modelos alternativos de pesquisa histórica no ambiente universitário, capazes de responder às limitações impostas pelo paradigma científico dominante. Ao valorizar as especificidades regionais, promover a interdisciplinaridade e integrar ensino e pesquisa, o Núcleo contribuiu para o fortalecimento da autonomia epistemológica e para a renovação das práticas historiográficas no Brasil. Essa trajetória, situada no contexto da Ditadura Militar e da modernização conservadora, representa uma forma de resistência acadêmica e de afirmação de uma ciência comprometida com a transformação social.

4.5 REDE DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA E O NDIHR: UMA ARTICULAÇÃO ESTRUTURAL E EPISTEMOLÓGICA

A expressão *rede de informação histórica*, refere-se a um conjunto articulado de instituições, práticas e sistemas voltados à coleta, preservação, organização e disseminação de dados relacionados ao passado. Essa rede envolve arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus, universidades, constituindo uma infraestrutura que sustenta a produção historiográfica e a preservação da memória social. Segundo Nora (1984), os lugares de memória são construções sociais que dependem de dispositivos institucionais e simbólicos para garantir sua permanência e acessibilidade, o que evidencia a importância das redes de informação como mediadoras entre o passado e o presente.

A formação de uma rede de informação histórica no contexto do NDIHR/UFPB não se deu apenas como um mecanismo técnico de coleta e organização de dados, mas como uma estratégia epistemológica e política de produção de conhecimento histórico regional. O Núcleo, criado durante a Ditadura Militar, operou como um espaço

de articulação entre diferentes instituições, pesquisadores e acervos, promovendo a circulação de informações históricas por meio de parcerias com arquivos públicos, universidades, centros culturais e órgãos governamentais. Essa rede, conforme demonstrado na obra, foi fundamental para viabilizar projetos como o levantamento de acervos cartoriais e paroquiais, a formação da rede urbana do Nordeste e a documentação da economia pesqueira regional.

A concepção de rede no NDIHR ultrapassava a dimensão arquivística. Ela se estruturava como infraestrutura científica, integrando pesquisadores de diversas áreas — História, Geografia, Arquitetura, Sociologia, Economia — em projetos interdisciplinares orientados pelo método histórico. Essa prática, denominada na obra como historiografia instrumental, implicava o uso da história como ferramenta de análise e intervenção social, articulando saberes e fontes para responder às demandas concretas da sociedade nordestina. A rede de informação histórica, nesse sentido, não era apenas um suporte documental, mas um dispositivo de produção de sentido histórico, conforme os conceitos de Pierre Nora (1993) e Michel de Certeau (1982).

A atuação do NDIHR também revela uma crítica à centralização da historiografia brasileira nos eixos Rio-São Paulo-Minas Gerais. Ao construir uma rede de informação histórica regional, o Núcleo contribuiu para a descentralização epistemológica, valorizando fontes locais, memórias regionais e práticas de pesquisa que escapavam ao modelo hegemônico da pós-graduação institucionalizada. Essa perspectiva é reforçada pelo NDIHR ao operar fora dos departamentos e programas de pós-graduação, propondo um modelo alternativo de pesquisa científica baseado na interdisciplinaridade e na integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, a rede de informação histórica articulada pelo NDIHR foi também uma rede política, no sentido bourdieusiano do campo científico. A obra demonstra como o Núcleo negociava recursos, legitimidade e autonomia institucional em meio às tensões da reforma

universitária de 1968 e ao controle ideológico da ditadura. A figura do reitor Lynaldo Cavalcanti, por exemplo, foi central na viabilização do projeto, articulando interesses acadêmicos e políticos para consolidar o NDIHR como espaço de resistência e inovação. Assim, a rede de informação histórica do NDIHR não apenas preservou documentos, mas produziu história, memória e crítica social em um contexto de repressão e disputa simbólica.

Exemplos concretos dessa rede incluem a colaboração com a Arquidiocese da Paraíba para levantamento de acervos eclesiásticos, a parceria com a Fundação Projeto Rondon na “Operação Especial Pesquisa Histórica”, que mobilizou várias cidades paraibanas, e o intercâmbio técnico com a Biblioteca Nacional para microfilmagem e treinamento de pessoal. Além disso, o NDIHR estabeleceu diálogo com o Instituto Histórico, Geográfico e Cultural do Ceará e solicitou acervos a pesquisadores locais, como no caso de São João do Cariri, com intermediação da professora Diana Soares de Galliza. Essas ações revelam que o Núcleo operava como centro de articulação de saberes e fontes, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme as diretrizes da Reforma Universitária de 1968.

A constituição de redes de informação histórica naquele contexto se apresentava como elemento central para a historiografia instrumental, pois permitia o acesso ampliado às fontes, a descentralização da produção de conhecimento e a valorização das memórias locais. Nora (1993) destaca que os lugares de memória só se tornam significativos quando articulados por instituições que preservam e interpretam documentos, o que exige estruturas organizadas e profissionais capacitados. Certeau (1982) argumenta que a escrita da história depende da operação sobre fontes e que o historiador atua como mediador entre o documento e a narrativa. Nesse sentido, a rede de informação histórica não é apenas técnica, mas epistemológica: ela define o que pode ser conhecido, como e por quem.

A experiência do NDIHR evidencia que a constituição de redes de informação histórica exigia a atuação de profissionais da história

com formação técnica e sensibilidade crítica. O trabalho dos historiadores no Núcleo envolvia não apenas a coleta de documentos, mas a definição de linhas temáticas, a elaboração de projetos de pesquisa e a formação de estagiários e bolsistas. A ausência de concursos públicos e a necessidade de contratação por projetos reforçam a importância de políticas públicas que garantissem a permanência e a qualificação dos profissionais da história nestes projetos.

Assim, sem estrutura científica consolidada, as redes de informação histórica tendem à instabilidade institucional. Essa fragilidade foi identificada nos próprios documentos internos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), que registraram dificuldades recorrentes na constituição de equipes permanentes e na manutenção de projetos de pesquisa de longo prazo. A ausência de vínculos formais e a dependência de contratações temporárias por meio de projetos comprometeram a continuidade das ações e a sistematização dos acervos, revelando a necessidade de políticas públicas que assegurassem suporte técnico e científico às iniciativas de documentação histórica empreendidas pelo órgão naquele contexto de sua implantação.

5

CONCLUSÕES

Esta pesquisa foi concebida com o propósito de examinar, de forma detalhada, as práticas relacionadas à pesquisa e à produção de conhecimento promovidas pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O objetivo principal desta análise foi compreender, de maneira abrangente, a relação estabelecida entre essas práticas e a historiografia instrumental, bem como avaliar a contribuição específica desse núcleo para o avanço da pesquisa científica na referida instituição. A investigação girou em torno de questões centrais, formuladas para orientar o percurso metodológico do estudo: primeiramente, buscou-se responder quais práticas concretas de pesquisa e produção de conhecimento foram implementadas pelo NDIHR e de que forma tais práticas dialogaram com os conceitos e metodologias da historiografia instrumental. Em segundo lugar, foi fundamental indagar de que maneira as práticas interdisciplinares geridas pelo Núcleo exerceram impacto no progresso científico e acadêmico dentro da Universidade Federal da Paraíba, buscando também identificar os elementos que favoreceram ou dificultaram esse processo de avanço.

Relativamente à primeira questão de investigação, as análises desenvolvidas apontaram que o NDIHR estruturou suas atividades principalmente em torno da coleta sistemática, organização criteriosa e disponibilização acessível de acervos documentais que abrangeram

uma diversidade significativa de fontes históricas. Paralelamente, o Núcleo incentivou e promoveu pesquisas acadêmicas orientadas exclusivamente para o estudo aprofundado da história regional, contemplando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da Paraíba e do Nordeste brasileiro em um contexto ditatorial. Essas práticas, analisadas sob a ótica da historiografia instrumental, mostraram-se alinhadas com os princípios metodológicos propostos por teóricos como Marc Bloch (2001, p. 57) e Jacques Le Goff (1990, p. 23), que enfatizam a importância da utilização rigorosa de fontes primárias e da sistematização meticulosa dos dados para a base investigativa em história, sustentando a centralidade dos documentos como pilares fundamentais para a construção do conhecimento histórico. Dessa forma, a atuação do Núcleo ultrapassou o mero papel de manutenção e preservação documental, incorporando metodologias inovadoras que permitiram a formulação e a execução de análises críticas e complexas sobre a realidade regional, reforçando a relevância do NDIHR no cenário da pesquisa histórica e fortalecendo sua posição como polo de referência no estudo da história regional.

No que tange à segunda problemática levantada pelo estudo, os resultados evidenciaram que a interdisciplinaridade constituiu uma dimensão essencial e estruturante das ações executadas pelo NDIHR. A interrelação entre os campos do conhecimento da História, das Ciências Sociais, da Educação e de áreas afins possibilitou a concepção e a implementação de projetos de pesquisa integrados, que fomentaram tanto a formação de pesquisadores quanto a ampliação da diversidade das abordagens interpretativas adotadas. Esse modelo interdisciplinar foi fundamental para a criação de um ambiente de pesquisa dinâmico, capaz de dialogar e interagir com múltiplos campos do saber, além de fortalecer a produção científica da UFPB, proporcionando condições para investigações que excederam os limites da narrativa histórica tradicional, ao incorporar diferentes perspectivas e metodologias, enriquecendo a análise e ampliando o alcance dos estudos históricos regionais e nacionais.

A hipótese que norteou o trabalho, segundo a qual o NDIHR teria funcionado como um modelo alternativo para a produção e divulgação do conhecimento histórico, distinto do padrão hegemônico prevalente na pós-graduação e nas instituições tradicionais, foi confirmada parcialmente. De fato, o Núcleo estimulou a adoção de práticas inovadoras no âmbito da pesquisa e da extensão, evidenciando um caráter experimental e pioneiro em suas ações. Contudo, a atuação do NDIHR foi condicionada por limitações institucionais significativas, sobretudo no que se refere à dependência de recursos financeiros externos e à fragilidade da estrutura de apoio institucional, fatores estes que acabaram por restringir a continuidade e a expansão de algumas iniciativas idealizadas. Essa constatação ressaltou, de forma clara, a necessidade urgente de implementação de políticas acadêmicas estruturadas que assegurem a sustentabilidade e o desenvolvimento perene de núcleos interdisciplinares voltados prioritariamente à preservação documental e à pesquisa histórica aprofundada.

Por fim, o presente estudo reconhece e evidencia alguns limites metodológicos e operacionais, especialmente no que concerne à abrangência temporal da pesquisa e à disponibilidade de fontes documentais que foram acessadas. Reconhece-se que investigações futuras poderão aprofundar ainda mais a compreensão das redes de colaboração que o NDIHR estabeleceu, tanto no âmbito nacional quanto internacional, assim como realizar estudos comparativos com experiências análogas desenvolvidas em outras universidades brasileiras. Dessa forma, essas novas pesquisas poderão contribuir de maneira substancial para a construção de um panorama mais amplo e detalhado das transformações que marcaram a historiografia nacional e seus desdobramentos no contexto acadêmico brasileiro.

A temática central deste texto suscitou uma discussão aprofundada acerca da capacidade do NDIHR em consolidar uma extensa e diversa rede de colaboração com diferentes instituições acadêmicas, culturais e governamentais, possibilitando a constituição do que foi denominado de Rede de Informação Histórica. A análise minuciosa

das correspondências trocadas pelo Núcleo revela um conjunto amplo de contatos estabelecidos com diversas Universidades situadas em distintas regiões do Brasil, Institutos Históricos, Arquivos públicos e privados, Bibliotecas, além de Centros de Documentação especializados. Essa rede colaborativa transcendeu o simples intercâmbio de informações, incorporando a realização conjunta de projetos de pesquisa, o compartilhamento de metodologias inovadoras e a formação conjunta de pesquisadores e técnicos. Exemplos emblemáticos dessa dinâmica de parceria incluem a colaboração mantida com o Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, as ações conjuntas com a Biblioteca Nacional, além das interações estabelecidas com órgãos de relevância nacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entre outros já mencionados anteriormente.

Por meio das análises criteriosas realizadas, foi possível observar que a experiência prévia de alguns dos membros e integrantes do NDIHR em órgãos governamentais, aliada à habilidade política do reitor Lynaldo Cavalcanti em articular interesses acadêmicos e institucionais conflituosos, foi determinante para que o Núcleo lograsse êxito na construção da complexa e influente rede de informações históricas. Destaca-se, nesse contexto, a participação do Núcleo em projetos nacionais relevantes, como a denominada “Operação Especial Pesquisa Histórica”, desenvolvida em associação com o Projeto Rondon, o que exemplifica cabalmente essa sua capacidade de articulação interinstitucional. A existência dessa rede colaborativa ampliou o alcance e a visibilidade do Núcleo, ocasionando o acesso facilitado a fontes diversificadas e o intercâmbio de experiências que qualificaram a produção científica. Deste modo, a articulação com instituições de âmbito nacional e internacional possibilitou sua inserção em debates acadêmicos amplos e variados, elevando o prestígio do NDIHR no cenário da pesquisa histórica brasileira contemporânea.

Diante do aprofundamento da discussão empreendida ao longo da pesquisa, conclui-se que as parcerias institucionais estabelecidas

pelo Núcleo tiveram papel fundamental na formação de uma comunidade acadêmica comprometida tanto com a valorização da história regional quanto com a promoção de práticas investigativas inovadoras e diversificadas. A rede colaborativa realizada pelo NDIHR consolidou-se como um modelo exemplar para outras iniciativas acadêmicas semelhantes, evidenciando a importância decisiva da cooperação institucional e interdisciplinar para o desenvolvimento científico, cultural e social.

Os dados históricos e a análise rigorosa das fontes documentais também permitiram constatar que o NDIHR se beneficiou substancialmente de recursos provenientes de fontes internacionais, especialmente em virtude de sua inclusão no Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT). Esse programa foi implementado com o objetivo de captar assistência técnica e financeira do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Embora essa colaboração internacional tenha gerado desconfortos e suspeitas por parte de setores da comunidade acadêmica local, motivadas pelo receio de possíveis ingerências externas, ela foi de fundamental importância para a consolidação do Núcleo, evidenciando o valor inestimável da infraestrutura científica para o desenvolvimento de processos de pesquisa contemporâneos.

Ao examinar detalhadamente a documentação histórica, verificou-se que os recursos internacionais captados foram aplicados prioritariamente na aquisição de equipamentos tecnológicos, na capacitação e treinamento de pessoal técnico e acadêmico, assim como no financiamento de projetos específicos do Núcleo. O uso criterioso e objetivo desses recursos possibilitou ao NDIHR a instalação de uma infraestrutura técnica avançada, especialmente para os padrões da época, incluindo a obtenção de equipamentos sofisticados para microfilmagem e sistemas atualizados de catalogação documental. Essa cooperação internacional, apesar de suas controvérsias e de certa resistência, foi determinante para a consolidação efetiva do Núcleo, viabilizando a implementação de tecnologias e metodologias

que dificilmente teriam sido adotadas apenas com fundos nacionais. Além disso, o acesso a esses financiamentos permitiu a capacitação contínua dos pesquisadores e técnicos envolvidos, elevando o padrão científico e tecnológico do Núcleo. A inserção do NDIHR em redes internacionais de cooperação também propiciou uma constante atualização dos pesquisadores por meio de intercâmbios acadêmicos e participações em eventos científicos relevantes, fortalecendo sobremaneira tanto a produção acadêmica quanto a visibilidade do Núcleo no âmbito do cenário nacional e internacional.

A partir da experiência proporcionada pelo NDIHR, foi possível construir um entendimento aprofundado acerca da concepção que o Núcleo tinha acerca dos conceitos fundamentais de historiografia e interdisciplinaridade, percebendo claramente as contribuições significativas dadas para o avanço científico durante o período analisado. Em primeiro lugar, o Núcleo protagonizou uma renovação metodológica reconhecível, promovendo e introduzindo abordagens interdisciplinares que, até então, eram pouco difundidas ou utilizadas de maneira sistemática na historiografia vigente daquela época. Ademais, a forte ênfase colocada na pesquisa empírica, aliada à utilização intensiva e criteriosa de fontes primárias, contribuíram decisivamente para alçar os estudos históricos regionais a patamares elevados de rigor científico e acadêmico. No âmbito temático, o NDIHR ampliou significativamente o espectro de investigação dos estudos históricos regionais, inserindo novas áreas temáticas relevantes, tais como história urbana, história econômica, história social, história do tempo presente e inclusive histórias técnicas e especializadas. Essa diversificação temática refletia integralmente a proposta interdisciplinar do Núcleo e sua preocupação constante em dialogar com as demandas acadêmicas e culturais contemporâneas.

É imprescindível destacar, ainda, que o NDIHR desempenhou um papel fundamental na valorização de temas historicamente marginalizados pela historiografia regional tradicional, como as migrações internas, as dinâmicas sociais e culturais das populações

tradicionais e os processos econômicos locais que estruturaram a sociedade nordestina. Essa ampliação temática enriqueceu sobremaneira a compreensão da história do Nordeste, promovendo, conseqüentemente, uma visão mais inclusiva, plural e profundamente crítica. Nesse sentido, cabe registrar que a inovação metodológica implementada pelo Núcleo também se traduziu na incorporação pioneira de novas fontes e técnicas de análise históricas, tais como a utilização de fontes cartoriais, a cartografia temática e a realização de entrevistas, o que permitiu trazer abordagens mais detalhadas, contextualizadas e diversificadas para os estudos realizados. Essas práticas metodológicas posicionam o NDIHR como um espaço acadêmico-científico vital de renovação e inovação para a historiografia brasileira e para as ciências humanas de modo geral.

Quando se volta o olhar para o impacto do Núcleo na formação de cientistas e pesquisadores naquele contexto específico, um dos efeitos mais duradouros identificados foi a sua contribuição fundamental para a formação de uma nova geração de pesquisadores em História e áreas afins. Muitos dos estudantes que participaram ativamente como bolsistas ou estagiários nos projetos realizados pelo Núcleo posteriormente desenvolveram carreiras acadêmicas notáveis, levando consigo e multiplicando amplamente as abordagens inovadoras e metodologias aprendidas no NDIHR para outras universidades brasileiras. É plausível e recomendável que, em estudos futuros que investiguem as trajetórias individuais e coletivas dos ex-integrantes do NDIHR, seja possível constatar que diversos desses pesquisadores assumiram posições de liderança em instituições universitárias, institutos de pesquisa e órgãos governamentais, desempenhando papéis relevantes na disseminação e continuidade das práticas inovadoras iniciadas no Núcleo.

Mais do que uma simples formação acadêmica formal, o NDIHR promoveu a formação de uma comunidade intelectual comprometida com a pesquisa crítica e interdisciplinar, fortalecendo redes de colaboração que transcenderam temporalmente o próprio período

de funcionamento efetivo do Núcleo. Essa comunidade intelectual desempenhou um papel fundamental na consolidação de uma historiografia regional mais pluralista, engajada e socialmente orientada. O impacto produzido pelo NDIHR estendeu-se também para além do meio universitário e acadêmico, influenciando diretamente políticas científicas, econômicas, culturais e sociais que marcaram a evolução da Paraíba e do Nordeste brasileiro.

A produção científica gerada pelo NDIHR materializou-se em diversas formas e suportes: desde artigos científicos com exposição crítica, livros acadêmicos, relatórios técnicos, catálogos documentais até materiais didáticos elaborados com rigor e inovação. Essa estrutura diversificada de produção evidencia a preocupação do Núcleo em responder às necessidades de públicos variados, incluindo tanto a comunidade acadêmica altamente especializada quanto professores da educação básica e a sociedade em geral. Embora tal diversidade de públicos ainda não tenha recebido atenção específica em nossa análise, a documentação e os relatos indicam reiteradamente esse cuidado, o que destaca o compromisso social do Núcleo, mesmo que não tenha sido objeto principal de investigação neste trabalho.

Além disso, merece atenção especial a criação de publicações próprias específicas do NDIHR, tais como os “Cadernos de Estudos Regionais” e os “Textos UFPB/NDIHR”, que desempenharam papel decisivo na consolidação do Núcleo como agente ativo e propositivo na socialização e divulgação do conhecimento histórico regional. Essas publicações não somente apresentavam os resultados das pesquisas realizadas, como também contribuíam para a construção e fortalecimento de uma identidade acadêmica regional consistente e reconhecida. Inicialmente, coletamos uma variedade significativa desses materiais com o intuito de realizar análises mais aprofundadas; entretanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, percebemos as limitações impostas pelo recorte temporal estabelecido, abrangendo exclusivamente os anos de 1976 a 1980, e pelo tempo disponível, o

que restringiu a possibilidade de uma análise detalhada dessas publicações específicas.

Ainda sobre a atuação do NDIHR, destacou-se que o Núcleo, naquele momento histórico, promoveu estratégias inovadoras de divulgação do conhecimento produzido, incluindo a organização de seminários acadêmicos, exposições culturais e a formalização de parcerias com escolas públicas e órgãos culturais locais. Tais ações permitiram ampliar consideravelmente o alcance social da produção científica do Núcleo, contribuindo para aproximar a universidade da sociedade civil e para democratizar o acesso ao conhecimento histórico. Esse compromisso com a divulgação do conhecimento refletia a concepção do NDIHR acerca do papel social da historiografia, entendida não apenas como uma atividade acadêmica restrita, mas como uma ferramenta poderosa para a formação de uma consciência crítica e cidadã entre diferentes segmentos da população.

Apesar dos inúmeros sucessos e avanços conquistados, o NDIHR enfrentou ao longo de sua trajetória uma série de desafios institucionais e organizacionais. Em especial, as tensões com departamentos acadêmicos dentro da Universidade mostraram-se como um problema recorrente, especialmente no que se refere à liberação da carga horária dos docentes para participação em atividades de pesquisa desenvolvidas no Núcleo. A documentação analisada revela que essas tensões derivavam de concepções divergentes acerca das funções atribuídas à universidade e do papel desempenhado pela pesquisa na formação acadêmica dos estudantes e professores. Essa constatação aponta para a ausência de um consenso claro sobre os modelos e práticas de pesquisa universitária, mesmo após as reformas universitárias implementadas em 1968, que buscavam modernizar e democratizar as instituições acadêmicas.

Não obstante, é imprescindível destacar que, embora a estrutura do Núcleo tenha proporcionado certos graus de flexibilidade e autonomia, ela também gerou ambiguidades institucionais e conflitos de competência entre os profissionais envolvidos. A indefinição do status

acadêmico do NDIHR resultava em dificuldades consideráveis para a progressão na carreira dos pesquisadores associados e para o reconhecimento institucional das atividades desenvolvidas. Essas tensões refletem as dificuldades inerentes a iniciativas inovadoras que desafiam as estruturas e normas consolidadas, especialmente no contexto de ambientes marcados por autoritarismo, burocracia e conservadorismo acadêmico. Dessa forma, o NDIHR, ao operar com um formato atípico e inovador, teve de negociar continuamente seu espaço, legitimidade e reconhecimento dentro da universidade, enfrentando resistências e obstáculos que caracterizam os processos de mudança e inovação em instituições de tradição, como é a universidade.

Nesse sentido, é válido ressaltar que as disputas internas enfrentadas pelo NDIHR naquele período desencadearam debates mais amplos e profundos sobre a função da universidade e o papel da pesquisa acadêmica, debates estes que permanecem atuais e que são fundamentais para a compreensão das dinâmicas institucionais enfrentadas pelas universidades brasileiras na contemporaneidade. O exame detalhado dessas tensões institucionalmente motivadas oferece subsídios valiosos para a formulação de reflexões críticas acerca dos desafios inerentes à inovação acadêmica em ambientes institucionais rígidos, muitas vezes conservadores e resistentes a mudanças estruturais.

É pertinente também observar que a dependência de recursos externos, apesar de inicialmente representar uma vantagem importante para o Núcleo, tornou-se um fator problemático com o transcurso do tempo. A redução dos financiamentos internacionais, somada às dificuldades enfrentadas para a captação de recursos nacionais, comprometeram a continuidade de diversos projetos desenvolvidos, além de limitar significativamente as possibilidades de expansão e consolidação das atividades realizadas pelo Núcleo. Essa situação evidenciou a vulnerabilidade que projetos acadêmicos inovadores apresentam quando dependem majoritariamente de fontes externas

de financiamento, sobretudo em contextos políticos e econômicos instáveis e pouco favoráveis à pesquisa científica.

Apesar da diversidade metodológica ser uma das maiores forças do NDIHR, ela acarretou também desafios internos, configurações de tensão e dificuldades na definição clara da identidade acadêmica do Núcleo. A correspondência mantida por pesquisadores como Dora Isabel Paiva da Costa, por exemplo, revela as dificuldades enfrentadas por alguns membros do Núcleo em adaptar-se às práticas interdisciplinares, assim como às indefinições metodológicas que caracterizavam a operação do Núcleo naquele período. Tais dificuldades refletem os obstáculos internos comuns a qualquer experiência inovadora, mas ressaltam igualmente a necessidade de maior sistematização teórica e metodológica a respeito das práticas desenvolvidas no âmbito do NDIHR. Essas questões apontam para a importância de manutenção contínua de reflexões críticas e registros escritos acerca das práticas de pesquisa realizadas nas universidades, permitindo que gerações futuras de pesquisadores possam analisar criticamente diferentes tradições epistemológicas e correntes metodológicas.

A experiência do NDIHR, ao se deparar e experimentar a complexidade dessas tensões, contribuiu decisivamente para o debate em torno da interdisciplinaridade e de seus limites no contexto universitário brasileiro naquele período. Além disso, a busca por uma definição mais clara e precisa das metodologias utilizadas e dos objetivos institucionais do Núcleo ressalta a necessidade premente de institucionalizar e oficializar práticas inovadoras, garantindo assim sua continuidade, reconhecimento e consolidação dentro do campo acadêmico. Essa reflexão torna-se fundamental para a compreensão das condições institucionais e acadêmicas que favorecem ou dificultam a consolidação de experiências pioneiras na pesquisa científica e no ensino universitário.

A análise detalhada das práticas relacionadas à produção e divulgação do conhecimento histórico pelo NDIHR revela que, apesar do contexto político repressivo imposto pela Ditadura Militar

brasileira, o Núcleo conseguiu estruturar-se e afirmar-se como um espaço efetivo de inovação acadêmica. As experiências desenvolvidas no âmbito do NDIHR oferecem uma perspectiva inédita sobre a historiografia daquele período, contribuindo para a compreensão complexa das relações sociais e acadêmicas que permeavam o regime militar, destacando as estratégias de resistência, inovação e criatividade adotadas pelos pesquisadores.

O conceito de “historiografia instrumental”, elaborado a partir da análise das práticas desenvolvidas pelo NDIHR, representa uma importante contribuição teórica para os estudos sobre a história da historiografia. Essa abordagem consiste na utilização consciente e estratégica do conhecimento histórico como uma ferramenta eficaz para a coordenação de pesquisas interdisciplinares, exercendo um papel importante no entendimento do posicionamento dos historiadores e do diálogo estabelecido com diferentes públicos e atores na produção científica da história. Essa perspectiva amplia o campo da historiografia tradicional, promovendo a reflexão crítica sobre os usos sociais do conhecimento histórico.

Apesar das dificuldades impostas pelo contexto regional e político, o Núcleo desenvolveu práticas inovadoras que contribuíram significativamente para a renovação da historiografia nacional, promovendo o aprofundamento dos estudos regionais ao incorporar novas temáticas, metodologias e perspectivas críticas. As limitações e os desafios enfrentados pelo NDIHR evidenciam as dificuldades inerentes às experiências inovadoras em contextos institucionais conservadores, marcados por restrições orçamentárias, políticas e acadêmicas. Todavia, o impacto das práticas desenvolvidas pelo Núcleo na formação de pesquisadores e na renovação dos estudos históricos regionais demonstra inequivocamente sua importância histórica e sua relevância nas transformações enfrentadas pela universidade brasileira ao longo do tempo.

Este estudo desempenha um papel fundamental ao contribuir para preencher uma lacuna significativa na historiografia da

educação superior brasileira, trazendo à tona experiências e iniciativas pioneiras que, por diferentes motivos, foram marginalizadas, ocultadas ou esquecidas pela literatura especializada. A recuperação e análise dessas experiências são essenciais para a construção de uma compreensão crítica do período, que abranja não apenas os aspectos repressivos e modernizadores impostos pela Ditadura Militar, mas também as práticas de resistência, inovação e renovação acadêmica que emergiram naquela conjuntura complexa e conflituosa.

Finalmente, a experiência vivenciada pelo NDIHR oferece importantes contribuições para o debate contemporâneo em torno da organização da pesquisa universitária, da interdisciplinaridade e do papel social das universidades. Em um momento histórico marcado por intensas discussões acerca da necessidade de renovação das práticas acadêmicas e da maior integração entre as universidades e as demandas sociais, a trajetória do NDIHR configura-se como um exemplo histórico de grande relevância, demonstrando como tais questões podem ser enfrentadas de maneira criativa, inovadora e rigorosamente científica, mesmo em contextos desafiadores.

Portanto, o estudo aprofundado do NDIHR não apenas resgata uma experiência pioneira e de grande significado na história das universidades brasileiras, mas também serve de inspiração para reflexões atuais sobre os desafios e possibilidades inerentes à produção do conhecimento em ambientes complexos de produção do conhecimento científico. A trajetória desse Núcleo evidencia que, mesmo diante de pressões políticas, institucionais e econômicas, é possível construir e consolidar espaços de liberdade intelectual e inovação, capazes de contribuir efetivamente para a transformação social e acadêmica.

Ademais, ao encerrarmos a presente pesquisa, reconhecemos que ainda há muito por ser discutido e explorado sobre a experiência de pesquisa do NDIHR. Delimitamos nosso escopo metodológico, optando por não adentrar a análise detalhada de cada linha de pesquisa, projeto e publicação, tais como os “Cadernos de Estudos

Regionais” e os “Textos NDIHR”, pelos inúmeros desafios que uma abordagem tão ampla exigiria, além das limitações temporais e estruturais enfrentadas.

É fundamental reconhecer que fatores como o tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, a dedicação necessária para análise documental aprofundada e a ausência de investimentos financeiros adequados impactaram diretamente os resultados e as conclusões obtidas. Além disso, é importante frisar que realizar pesquisa científica sem bolsas de estudo, sem financiamentos institucionais e sem infraestrutura adequada constitui um enorme desafio, pois a produção de conhecimento científico exige um compromisso contínuo e condições materiais apropriadas para garantir a qualidade, relevância e profundidade dos estudos realizados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A questão urbana:** o debate sobre a cidade e o urbanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Entrevista concedida a Cláudio José Lopes Rodrigues, Zélia Melo, Rosa Maria Godoy Silveira e Maria das Dores Limeira Santos. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1990. Transcrição datilografada.
- ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. **Ciência e Tecnologia:** O grande desafio. 1980. Disponível em <https://acta.inpa.gov.br/sumario.php?volume=10&edicao=1>. Acesso em 5 de mar. de 2025. Acta Amazônica Mar 1980, Volume 10 Nº 1 Páginas 3 – 5
- ARAÚJO, Robson Arruda de. **A historiografia acadêmica na Paraíba:** o NDIHR e a história regional. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- ASSIS, T. A. T. Microfilmagem: uma revisão de literatura. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em? <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17035> . Acesso em: 17 jul. 2024.
- BERTOLETTI, E. C. Preservação e acesso de acervos de documentos históricos considerados como patrimônio comum. **Página4sa&b: Arquivos e Bibliotecas**, Lisboa, n. 1, p. 113-128, 2013. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeab/article/view/61> . Acesso em: 2 jun. 2024.
- BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974):** aspectos acadêmicos e institucionais. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **Le champ scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.
- BRASIL. **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**. [S. l.], 13 dez. 1968. Disponível em: Site do Planalto GOV.BR. Acesso em: 30 jul. 2025.

- BRASIL. Decreto Nº 81.454, de 17 De Março de 1978. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 março 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81454-17-marco-1978-430536-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de Jul. 2025
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 477, De Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. seção 1, Brasília, DF, 26 de fevereiro 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 30 de jul. 2025
- BRASIL. Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 1968.
- BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário oficial da União**
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº. 4.341, de 13 de Junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações.
- BRASIL. Lei nº. 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 1968.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**: Conheça. Brasília, DF, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/conheca> . Acesso em: 12 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**: Conheça. Brasília, DF, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/conheca>. Acesso em: 12 out. 2024.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício nº. 869/76**. Brasília: CODEAI/DAU/BSB, 15 mar. 1976. Assunto: Comunicação (faz). Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- BRASIL. Secretaria de Ensino Superior. O ensino superior no Brasil – 1974-1978: *relatório*. Brasília: MEC/SESu/CODEAC, 1979. 210 p.
- CAMPOS, M. M. [**Correspondência**]. Destinatário: Prof. Renato Ortiz. São Paulo, 22 jul. 1976. Departamento de Pesquisas Educacionais.
- CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS (UFMG)**. Circular nº 1/77, sobre o 6º Seminário de Estudos Mineiros. Assinada por Norma de Góes Monteiro (diretora). Belo Horizonte, 3 jan. 1977. Correspondência enviada ao NDIHR/UFPB. Arquivo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CERTEAU, M. A Escrita da História. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. Carta enviada à coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), tratando dos motivos de sua saída. Fevereiro de 1979. **Documento interno**. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- FÁVERO, M. L. A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortês, 1991.
- FÁVERO, Maria Lucia A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortês, 1991.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Ditadura Militar, universidade e ensino de história**: da Universidade do Brasil a UFRJ. Cienc. Cult., São Paulo, v. 66, n.4, out./dez. 2014.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, pp. 29-60, 2004b.
- FREITAS, I. **Histórias do ensino de história no Brasil**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2006.

FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Departamento de Pesquisas Educacionais**. Carta Ref. DP 1295/76, enviada por Maria Malta Campos ao Prof. Renato Ortiz (NDIHR/UFPB). São Paulo, 22 jul. 1976. Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO CEARÁ. **Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos**. Correspondência enviada por Francisco de Assis Pitombeira (vice-diretor em exercício). Limoeiro do Norte, 7 jan. 1977. Mensagem dirigida ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), Universidade Federal da Paraíba. Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

GADDIS, J. L. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. São Paulo: UNESP, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Loyola, 2000.

MANSAN, Jaime Valim. **Expurgados**: afastamentos sumários de professores da UFRGS durante a Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; LOSSO, Tiago (Orgs.). **Estado e desenvolvimento**: política e relações internacionais no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre, 2010.

MANSAN, Jaime Valim. **Subversivos**: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988). 2014. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2014.

- MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15–35, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968: entre a modernização conservadora e a racionalização autoritária**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 93–111, 2002.
- MORAIS, L E. M. **Memória Arquivada: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR – (1976-1999)**. Orientadora: Profa. Dra. Francisca Arruda Ramalho. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- MORAIS, L E. M. Memória Arquivada e História Contada. **Textos NDIHR**, João Pessoa, n. 31, p. 01-57, jan/jun. 2024.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.
- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014
- NASCIMENTO, Alexandre Tavares do. A reforma universitária de 1968: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, p. 456–472, 2007.
- NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury **Proj. Hist. (Online)**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> . Acesso em: 13 out. 2024
- NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História (Online), São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/1210>. Acesso em: 13 out. 2024.
- OLIVEIRA, Itamar Freitas de. **Discursos sobre o método em manuais de História (1870-1930)**. 200f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019

- OLIVEIRA, M. M. D. Por uma história plural da pesquisa e do ensino nas instituições de ensino universitário no Brasil: o caso do NDIHR/UFPB. **Boletim Tempo Presente**, Rio de Janeiro; Recife, v. 10, n. 09, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/16516> . Acesso em: 13 out. 2024.
- OLIVEIRA, M. M. D. **Por uma história plural da pesquisa e do ensino nas instituições de ensino universitário no Brasil**: o caso do NDIHR/UFPB. **Boletim Tempo Presente**, Rio de Janeiro; Recife, v. 10, n. 09, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/16516>. Acesso em: 13 out. 2024.
- ORTIZ, Renato. Correspondência ao Reitor da UFPB, 28 abr. 1976. NDIHR UFPB. Documento interno. **Acervo do NDIHR**, Universidade Federal da Paraíba
- PARAIBA. Lei Ordinária Nº 11.263 de 29 dezembro 2018. dispõe sobre a criação do arquivo público do estado da paraíba, do sistema estadual de arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social. **Diário Oficial do Estado**. 30 de dezembro de 2018
- PAULO NETTO, José. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2014
- PELEGRINE, Ayala R. Oliveira. **Ditadura Militar e universidades**: A importância do acesso aos arquivos da repressão política. *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano II, n. 5, pp. 135-143, out. 2017.
- PEREIRA, F. M. Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira. **Rev. Ibero-am. Ciênc. Inf.**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 278, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2109> . Acesso em: 2 jun. 2024.
- PEREIRA, F. M. Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 278, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2109>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Heloísa Maria Murgel (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. São Paulo: Contexto, 1997. p. 36-59.
- REIS, J. C. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

- RODRIGUES, Vicente A. Câmara. **Documentos (in)visíveis**: Arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **O espaço urbano**: estudos sobre a geografia urbana. São Paulo: Nobel, 1981.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SEVÁ FILHO, A. O. **Esboço de Prospecto de Divulgação e Apresentação**. Recebido pela Comissão de Implantação do NDIHR, João Pessoa, 1976.
- SILVA, Danilo Alves da. Arquivo NDIHR/UFPB. [fotografia]. João Pessoa, 2025.
- SILVA, Danilo Alves da. Vista externa do NDIHR/UFPB. [fotografia]. João Pessoa, 2025.
- SILVA, Gustavo Bianchi. **A educação superior no regime militar**: rupturas ou continuidades? Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, Jul./Dez., 2016.
- SILVEIRA, P. T. O que é uma ferramenta historiográfica? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 40, p. 219–231, set.–dez. 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i40.2071. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/207>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- SILVEIRA, P. T. O que é uma ferramenta historiográfica?. **Historiogr., Ouro Preto**, v. 15, n. 40, p. 219-231, set.-dez. 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i40.2071. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2071> . Acesso em: 2 jun. 2024.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. Gabinete do Reitor. **Ofício nº 640/76-R/GR**, 26 nov. 1976. Assinado pelo reitor da Universidade Federal da Paraíba. Correspondência dirigida ao Secretário Executivo da Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPUR). Documento interno. Arquivo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Gabinete do Reitor. **Ofício Circular nº 002/77-R/GR**, 25 fev. 1977. Assinado pelo reitor

- da Universidade Federal da Paraíba. Correspondência dirigida ao Coordenador do NDIHR (CCHLA). Assunto: Recomendação (faz). Documento interno. Arquivo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício Circular nº 03/77**, 23 mar. 1977. Encaminha o Edital nº 01/1977. Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício Circular nº 33/77**, 25 mar. 1977. Assunto: informações sobre as atividades do NDIHR. Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício n.º 004/76**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 10 dez. 1976..Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício n.º 128/76**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 10 dez. 1976. Assunto: Solicitação de acesso à documentação. Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício nº. 129/76**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 15 dez. 1976. Assunto: Contratação de pesquisador para o NDIHR. Solicitação (faz).Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício n.º 192/77**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 16 set. 1977. Assunto: Proposta(faz). Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício n.º 193/77**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 16 set. 1977. Assunto: Apresentação(faz). Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício n.º 196/77**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 19 set. 1977.Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba

- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício nº. 31/76**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 8 jul. 1976. Assunto: Comunicação (faz) e Solicitação (faz). [Ao Bibliotecário do IHGC – Fortaleza – CE]. Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. **Ofício n.º 76/76**. João Pessoa: CCHLA/NDIHR, 10 dez. 1976. Documento interno. Acervo do NDIHR, Universidade Federal da Paraíba
- VERAS, D. B. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). **Principia**, João Pessoa, n. 25, p. 94-106, dez. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/176>. Acesso em: 12 set. 2024.
- VERAS, D. B. **Palácios cariados**: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 - 1975). 2018. Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2018.
- VIRGULINO, Maria Helena Cavalcanti. **O itinerário de duas uspianas na UFPB - Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira**: trajetórias que se cruzam a partir da História ensinada 2016. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Abrindo as ciências sociais**. São Paulo: Loyola, 2001.

SOBRE O AUTOR



Danilo Alves da Silva

Graduado em História (Licenciatura) pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP, 2014), especialista em História do Brasil (UNIFIP, 2015), mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROFHISTÓRIA/UFRN, 2018) e doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN, 2025). Atua como professor de História na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba desde 2018 e como Coordenador Socioeducacional da Rede Marista Brasil,

Regional Recife. É membro do Grupo de Pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais (UFRN), presidente da Associação Nacional de Professores de História Seção Paraíba (2024-2026) e coordenador do Grupo de Trabalho Ensino de História da mesma Associação desde 2020. Associado na Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), membro do Conselho Editorial da Revista Palavras Abertas (2026-2027) e integrante do Comitê Científico da ClioEduca Editora. Possui experiência nas áreas de história e ensino de história, patrimônio cultural, memória, arquivo, pesquisa e informação histórica, tecnologias digitais, com atuação em formação de professores de história, educação patrimonial, gestão educacional e história pública. Desenvolve estudos e ações voltados à produção do conhecimento histórico na educação básica e graduação, à organização e interpretação de acervos documentais e suas interfaces com o ensino, à preservação da memória institucional e social, aos usos públicos do passado e à valorização do patrimônio cultural, articulando universidade, escola e sociedade na produção e difusão do conhecimento.

[illegible]